



Brazil Restoration
and Bioeconomy
Finance Coalition

Mapeamento de Empreendimentos de Populações Indígenas e Tradicionais, Fundos Comunitários e Organizações Habilitadoras

Junho 2025

REALIZAÇÃO

Brazil Restoration & Bioeconomy Finance Coalition (BRB FC)

COLABORAÇÃO

Climate Ventures

APOIO

The Nature Conservancy Brasil e Instituto Clima e Sociedade

AUTORES

Silvia Pinheiro, Diogo Velasco, Lina Ferreira

INSTITUIÇÃO REALIZADORA

Consultoria SPinheiro

DESIGN EDITORIAL

Suspira Comunicação

CRÉDITOS DAS IMAGENS DA CAPA

Marcio Sá / Adobe Stock

Brastock Images / Istock

REALIZAÇÃO



COLABORAÇÃO



APOIO



Sumário

Agradecimentos	04
Sumário Executivo	05
Seção 1 – Contexto	08
Seção 2 – Análise do Perfil	11
Seção 2.1 - Perfil dos Empreendimentos de Populações Tradicionais, de Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações Dinamizadoras	11
Seção 2.2 - Perfil das Finanças	33
Seção 3 – Apresentação dos Empreendimentos de Populações Tradicionais de Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações Dinamizadoras	40
Seção 3.1 – Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas (EPTI)	40
Seção 3.2 - Fundos Comunitários	90
Seção 3.3 - Organizações Dinamizadoras	113
Seção 4 – Considerações Finais	135
Seção 5 - Considerações Finais e Recomendações da Secretaria Executiva para o Ecossistema de Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza	139
Seção 6 – Bibliografia	143
Anexo 1	147

Agradecimentos

A Coalizão Brasil para o Financiamento da Restauração e da Bioeconomia (BRBFC) tem como objetivo central catalisar e escalar investimentos para a restauração florestal e o desenvolvimento de uma bioeconomia robusta e sustentável no Brasil. Buscamos fomentar soluções financeiras inovadoras, fortalecer as cadeias de valor da sociobiodiversidade e promover um ambiente de negócios favorável que gere impacto socioambiental positivo em larga escala. O presente estudo, "Mapeamento de Empreendimentos de Populações Indígenas e Tradicionais, Fundos Comunitários e Organizações Habilitadoras", que a BRBFC orgulhosamente apresenta, conecta-se diretamente a esses objetivos.

Alinhada à nossa missão, esta pesquisa vital ilumina o papel crucial dos empreendimentos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais no impulsionamento da bioeconomia e dos esforços de conservação do Brasil, ao mesmo tempo em que explora seu potencial para atrair financiamento climático. Além disso, o mapeamento destaca seu significativo impacto na conservação e sua resiliência, mas ressalta a necessidade de soluções financeiras e mecanismos de apoio personalizados para superar desafios e liberar todo o seu potencial.

A BRBFC é imensamente grata por todas as sugestões, críticas e contribuições que enriqueceram este documento. Estendemos nossos sinceros agradecimentos aos nossos parceiros: The Nature Conservancy Brasil pela colaboração; ICS (Instituto Clima e Sociedade) pelo apoio; Consultoria SPinheiro, juntamente com os autores Sílvia Pinheiro, Diogo Velasco e Lina Ferreira, pela dedicada execução; Natural Investment Lab e Climate Ventures por sua revisão perspicaz; e Suspira pelo design editorial.

Ressaltamos que as recomendações apresentadas são de responsabilidade da BRBFC e da Consultoria SPinheiro, e não refletem necessariamente as opiniões de terceiros. Convidamos calorosamente você a explorar os resultados do estudo e a se juntar a nós na promoção de uma economia próspera e positiva para a natureza no Brasil.

Sumário Executivo

Este mapeamento é fruto de esforço coordenado entre os setores da filantropia, financeiro e empresarial, com o objetivo de identificar empreendimentos comunitários de populações tradicionais e de indígenas com potencial para atrair financiamento climático. O foco do estudo são as atividades produtivas desenvolvidas por populações tradicionais e indígenas em áreas protegidas, territórios indígenas e quilombolas, os quais, segundo especialistas, apresentam menores índices de perda de vegetação nativa em comparação com outros territórios. Diversos estudos confirmam que a demarcação de territórios indígenas, unidades de conservação de uso sustentável e de quilombolas, aliada a monitoramento eficaz, resulta em menores taxas de desmatamento em comparação com as encontradas em florestas públicas não destinadas. Além disso, áreas protegidas legalmente reconhecidas tendem a atrair mais recursos humanos e financeiros, públicos e privados para os povos e atividades do que nas áreas fora de seus limites (PPCDAM, 2023).

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM define quatro pilares estratégicos: Pilar 1 – Atividades produtivas sustentáveis; Pilar 2 – Monitoramento e Controle Ambiental; Pilar 3 – Ordenamento Fundiário e Territorial; e Pilar 4 – Instrumentos Regulatórios e Econômicos (PPCDAM - V, 2023). **Este mapeamento busca contribuir com o Pilar 1 do plano de ação**

do Ministério do Meio Ambiente, ao destacar empreendimentos de populações tradicionais e indígenas nos biomas brasileiros, cujas existências são fundamentais para a conservação da floresta e captura de carbono (WRI, 2023; Nature, 2021).

Com esse propósito, representantes de empreendimentos com e sem fins lucrativos, cooperativas e associações atuantes nos biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga foram entrevistados e responderam questionários para a realização deste mapeamento. Das 110 organizações contatadas, 52 foram entrevistadas, 47 responderam questionários, e 37 foram selecionadas. Os critérios utilizados para a seleção incluíram: maturidade organizacional, grau de transparência e existência de indicadores, número de pessoas alcançadas, abrangência territorial, experiência com doações e empréstimos, vulnerabilidade às mudanças climáticas e potencial de escalabilidade.

Entre os principais resultados e aspectos mais relevantes dos empreendimentos liderados por populações tradicionais entrevistadas, **estaca-se o forte potencial de replicação e multiplicação de suas atividades. É importante ressaltar que muitas dessas instituições atuam em mais de um tipo de categoria fundiária e podem integrar redes de produção e comercialização que reúnem dezenas de iniciativas produtivas em diferentes biomas.**

Além disso é comum encontrar pequenas agroindústrias localizadas em áreas remotas nos diferentes biomas, voltadas ao processamento de frutas e outros recursos naturais com agregação de valor e certificação orgânica de geleias, molhos, vinagres e bebidas variadas. Chama atenção também o potencial de oferta de produtos e da demanda local e regional e a urgência quanto a investimentos em ampliação da capacidade produtiva, aprimoramento da logística e qualificação de recursos humanos em gestão.

Terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação exercem um papel fundamental na captura de carbono. Estudos indicam que florestas manejadas por comunidades indígenas, frequentemente por meio de práticas tradicionais e sustentáveis, contribuem com a captura de aproximadamente 0,78 a 2,0 toneladas métricas de CO₂ por hectare ao ano, segundo Vait e colaboradores, em artigo publicado em 2023. Muitas organizações e empreendimentos consultados para este mapeamento relataram o envolvimento em projetos de reflorestamento em áreas degradadas adicionando níveis ainda maiores de captura de carbono.

Apoiadas nas respostas aos questionários e entrevistas com lideranças de Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações Dinamizadoras são propostas abaixo algumas recomendações voltadas à atração de investimentos que promovam de forma eficaz geração de renda no longo prazo, preservação biodiversidade com retorno econômico aos investidores:

- **A escolha do mecanismo financeiro apropriado**, em se tratando de empreendimentos de base comunitária, deve contar com a participação dos empreendedores locais desde o desenvolvimento do projeto até a concessão do financiamento;
- Dada frequência de eventos climáticos extremos, é urgente **a adoção de salvaguardas** em contratos e projetos garantindo flexibilidade quanto aos prazos e metas e mecanismos de apoio emergenciais;
- **Projetos com foco em desenvolvimento territorial** e empreendimentos de base comunitária devem contar com recursos para salários de colaboradores locais, a fim de transformar a dependência de "voluntariado" em meio de vida sustentável, trabalho e renda para moradores;
- **Redes de produção e comercialização** que conectam fornecedores e produtores em diferentes territórios devem ser priorizadas por investidores pois fortalecem múltiplas iniciativas, agregação de valor e escalabilidade dos empreendimentos;
- **Apoiar os Fundos Comunitários de Indígenas e Populações Tradicionais** uma vez que detém o conhecimento das necessidades locais e almejam a autonomia do público beneficiado, priorizando apoio financeiro para formação de recursos humanos para sua gestão.



Imagem: Azzedine Rouichi / Unsplash



01

Contexto

Para o alcance das metas do Acordo de Paris é indispensável ao Brasil zerar o desmatamento na Amazônia até 2030, restaurar grandes áreas da floresta e adotar novas formas de gerar e consumir energia no campo e nas cidades (Systemiq- Maratona da Amazonia, 2022; WRI -NEA, 2023). Pouco adiantará adotar novas formas de geração de energia, por exemplo, sem conter o desmatamento, uma vez que o sistema de uso da terra no Brasil é responsável por 73% das emissões de carbono graças a seu uso intensivo e as mudanças no uso do solo (Systemiq, 2022, p. 14).

Em termos de atividades econômicas, no Bioma da Amazônia, existem dois cenários que impactam de forma diferenciada as mudanças climáticas e o desenvolvimento local: o das cadeias de produção intensivas em carbono que exaurem os recursos da floresta, como pecuária, mineração, grãos - algodão e o das cadeias de produção que não esgotam os recursos naturais garantindo a saúde da floresta e dos rios, a bioeconomia. As cadeias exaustivas da floresta, segundo dados de 2015, foi

responsável pela geração de 863 MT de CO₂ e a produção foi dirigida para consumo e agregação de valor fora do bioma amazônico e mercado externo. Esse padrão, em que a degradação ocorre em um espaço e os benefícios econômicos são colhidos em outro, reproduz-se nos dias de hoje. Apenas 12% do desmatamento na Amazônia Legal é associado a atividades de baixo impacto, ou seja, que não exauram a floresta, voltados para a demanda e agregação de valor na própria região (WRI-NEA, 2023). É sobre esse grupo de produtores e produtoras, integrantes da economia florestal, que o presente estudo e mapeamento vai se dedicar.

Cadeias da biodiversidade se desenvolvem na Amazônia desde o século XIX, quando diversos produtos do extrativismo na floresta, consumidos localmente, eram disputados no mercado europeu. Com o avanço da pecuária extensiva, do setor grãos-algodão e da mineração, os produtos da biodiversidade no Brasil são invisibilizados enquanto fontes de riqueza e renda. A partir dos anos 2000, com o agravamento das mudanças climáticas, pesquisas começam a destacar a relevância das florestas e de seus moradores para o equilíbrio do planeta, ambos assumindo protagonismo em fóruns nacionais e internacionais do clima.

Porém, o caminho a trilhar é longo no sentido do reconhecimento do potencial da bioeconomia da floresta. Em sua maioria, as cadeias da sociobiodiversidade nos biomas do Brasil, ainda não resultam em salários e empregos, mas em renda e trabalho por serem majoritariamente informais (WRI, 2023).

Ressalvados os esforços que já existem nessa direção, os métodos de captura de dados ainda não retratam adequadamente o tamanho da bioeconomia florestal.

A pujança econômica dos setores exaustivos de recursos naturais e emissores de carbono retratada pelos números de exportação do Brasil contrasta com seus impactos socioeconômicos na economia real. A cadeia produtiva da soja, por exemplo, que figura entre os primeiros setores na pauta de exportações brasileira impacta pouco na geração de empregos e distribuição de riqueza ao longo da cadeia de valor. **Já a bioeconomia florestal, cujo vetor é o da proximidade, "multiplica" arranjos produtivos locais intensivos em mão de obra, inclui novos grupos sociais e territórios, e por meio do manejo sustentável mantém a vegetação nativa.** Some-se ainda, a economia circular, parte da cultura e subsistência das comunidades tradicionais, como declarado por alguns dos consultados para o mapeamento, que combinada com adaptações tecnológicas resulta em inovação e repartição de benefícios.

Desde a criação das Unidades de Conservação em 2000, ocorre aumento significativo no número de legalizações de áreas de proteção caracterizadas pelo uso coletivo dos recursos naturais. Demarcações atendem a reivindicações de comunidades tradicionais por garantia da terra em histórico de graves conflitos entre interesses econômicos e políticos que afetam a região. Observa-se, no presente mapeamento, que a maioria dos empreendimentos de populações tradicionais e de indígenas está,

atualmente, em áreas de uso coletivo dos recursos naturais por comunidades organizadas em cooperativas e associações.

Na Amazônia, são 388 Unidades de Conservação o que corresponde a 29% da extensão do Bioma, sendo que deste total 275, ou seja, mais da metade, são de uso sustentável e coletivo e ocupadas por atividades realizadas por organizações em modelos societários sem fins lucrativos (CNUC, 2025).

O contexto atual da bioeconomia nos Biomas brasileiros, captado pelo presente mapeamento retrata perspectiva de forte tendência de multiplicação de arranjos produtivos locais liderados por organizações sem fins lucrativos ainda com dificuldades na gestão e pendências burocráticas para completar a formalização. Essas lacunas, dentre outras, deixadas pelo poder público, são preenchidas pelas organizações dinamizadoras, ONGs locais, nacionais e internacionais por meio de doações, financiamentos, capacitações e assistência técnica. Novos atores como os Fundos Comunitários, liderados por mulheres e homens indígenas e de populações tradicionais e financiadores climáticos, instituições financeiras e organizações sem fins lucrativos, vem contribuindo para o reconhecimento do potencial da bioeconomia florestal no país.

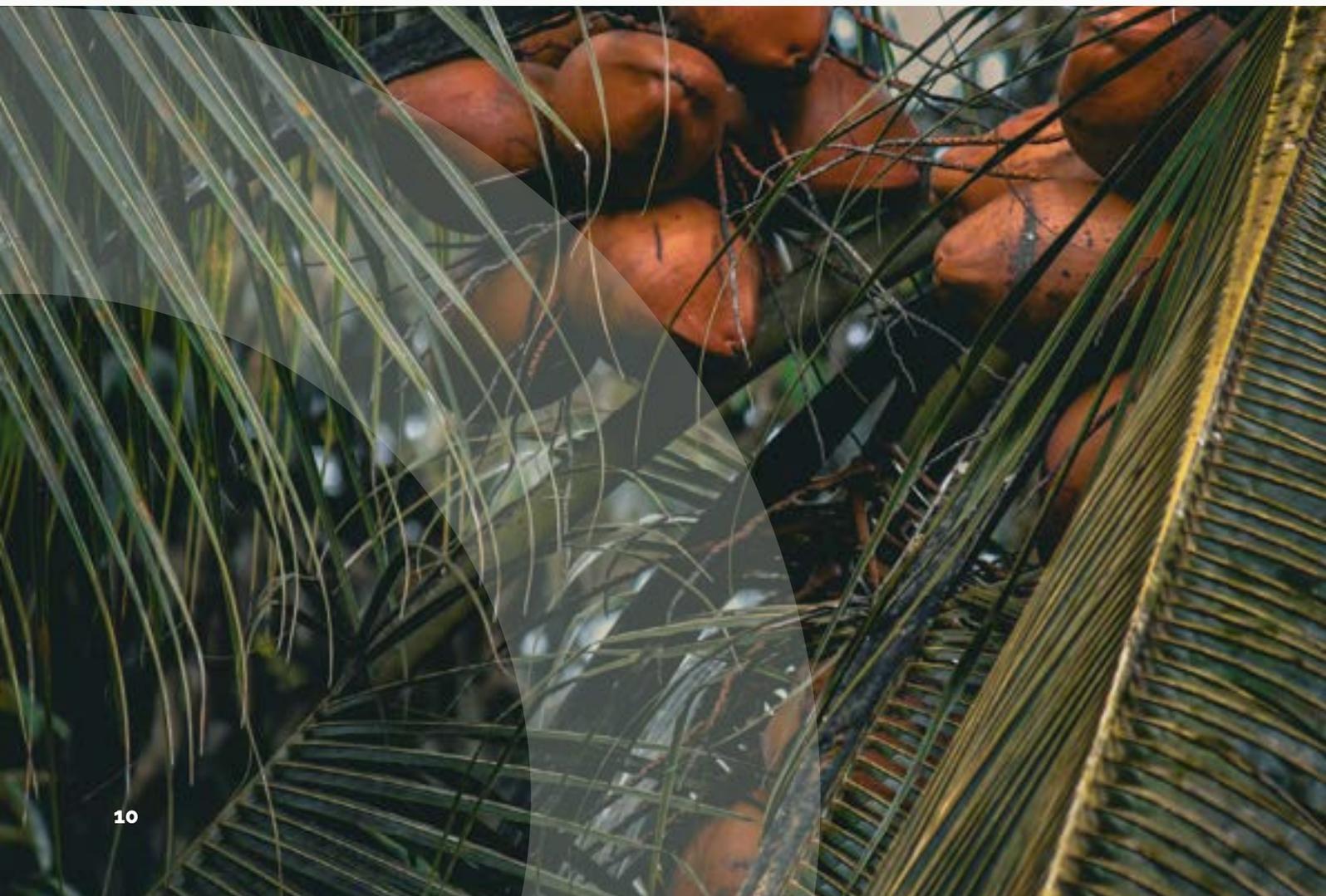


Imagem: Rawpixel



02

Análise do Perfil

Seção 2.1 - Perfil dos Empreendimentos de Populações Tradicionais, de Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações Dinamizadoras objeto do estudo:

Recentes estudos publicados no Brasil como o *Mapeamento de Negócios da Bioeconomia da Amazônia* (PNUD e MDIC) e o *Bioeconomia da Restauração na Amazônia* (Aliança pela Restauração na Amazônia, PROISE e TNC) são referências importantes para a análise dos empreendimentos florestais, sejam eles de base comunitária ou empresas atuantes na área, e para a compreensão dos desafios, oportunidades e boas práticas no fortalecimento da bioeconomia. O presente mapeamento, por sua vez, amplia essa

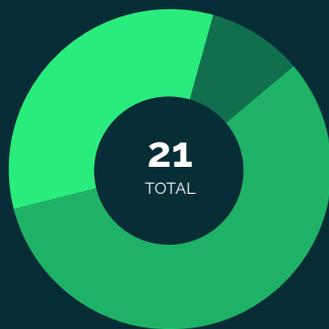
abordagem ao focar exclusivamente empreendimentos de populações tradicionais e indígenas distribuídos por diferentes biomas e regiões vulneráveis a eventos climáticos extremos e à devastação ambiental. Para uma compreensão mais holística do tema, tornou-se essencial considerar também o papel dos fundos comunitários e das organizações dinamizadoras que atuam no fortalecimento dessas iniciativas contactadas para o presente estudo. Os formulários respondidos e informações obtidas nas entrevistas com lideranças locais e de ONGs atuantes em todos os biomas do Brasil, permitiu que fosse realizada análise do perfil dos Empreendimentos de Populações Tradicionais e de Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações dinamizadoras contactadas. É importante enfatizar que os perfis a seguir apresentados não pretendem retratar a realidade da economia florestal nos biomas brasileiros, mas oferecem importantes informações que poderão ser confirmadas em aprofundamento subsequente da pesquisa.

1. Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas (EPTI)

Para fins do mapeamento foram considerados empreendimentos de populações tradicionais e de indígenas aqueles geridos por populações tradicionais e indígenas de acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados. Desta forma, foram ao todo 21 EPTIs incluídos no mapeamento, agrupados entre 12 organizações sem fins econômicos e sem fins lucrativos (associações), sete organizações com fins econômicos e sem fins lucrativos (cooperativas), e dois empreendimentos privados com fins lucrativos (unidade agrícola familiar e microempresa). As informações obtidas nas entrevistas e questionários foram sistematizadas em grandes temas e nos critérios de elegibilidade ao portfólio na forma que se segue.

Governança

Com exceção dos dois empreendimentos privados – que oferecem grande contribuição ao desenvolvimento econômico comunitário - todos os outros 19 empreendimentos escutados possuem mecanismos participativos de governança, com a realização de assembleias e eleições periódicas para definição dos cargos de gestão e liderança, e 4 deles possuem políticas afirmativas para inclusão e equidade como cargos para mulheres e jovens.



Empreendimentos de povos tradicionais e indígenas

- 7 Cooperativas: 33%
- 12 Associações: 57%
- 2 Empresas privadas: 10%

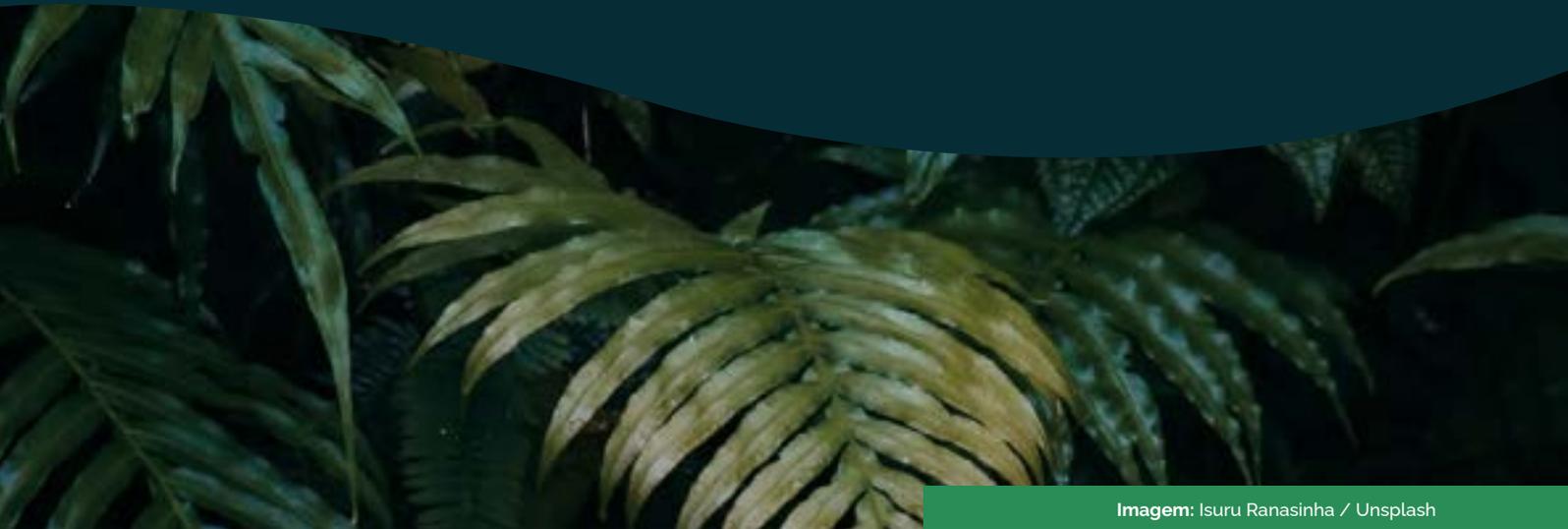
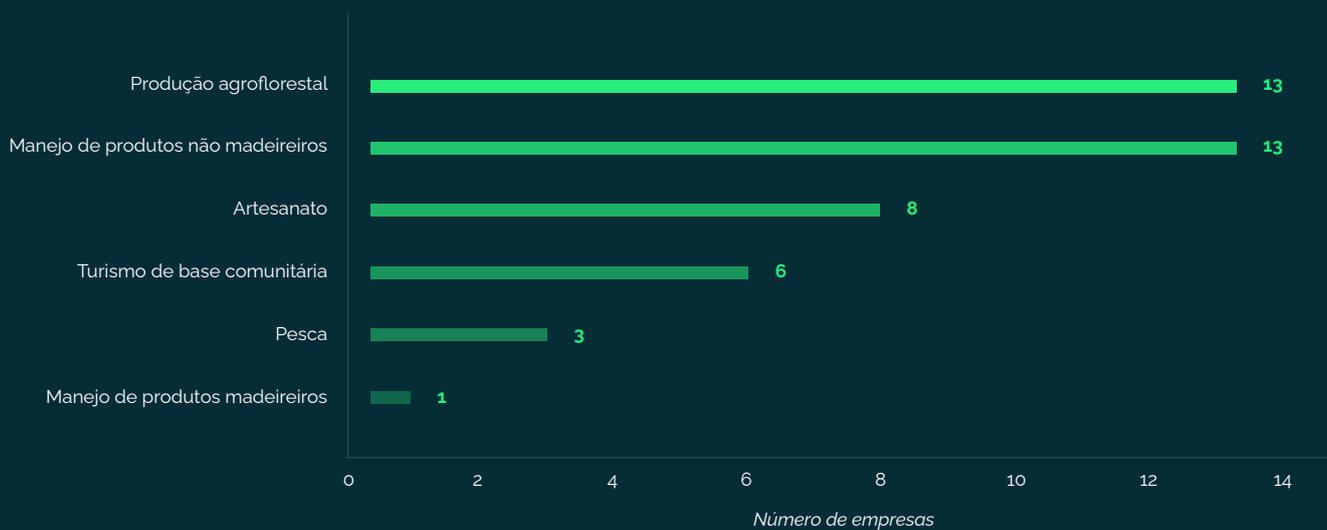


Imagem: Isuru Ranasinha / Unsplash

Atividades

As atividades produtivas foram divididas em seis grupos nos questionários: manejo florestal não madeireiro, manejo florestal madeireiro, pesca, produtos agroflorestais, agricultura familiar, artesanato e turismo de base comunitária. A maioria dos empreendimentos entrevistados relata atuar em mais de uma cadeia produtiva, um reflexo do conhecimento tradicional e versatilidade que a biodiversidade proporciona, permitindo que os empreendimentos aproveitem múltiplos recursos naturais e diversifiquem suas atividades para ampliar suas fontes de renda e fortalecer sua resiliência econômica. Como poderá ser observado no mapeamento, as atividades agroflorestais que no Bioma da Caatinga é chamada de agroecológica, incluem, desde a produção agrícola até a coleta de frutas com beneficiamento. Destacam-se pelo uso dos sistemas agroflorestais (SAF) que combinam culturas, aproveitando espaços e aumentando a produtividade. As atividades de manejo sustentável não madeireiro, foco importante dos empreendimentos, concentram-se no extrativismo e na amostra contemplada, tem maior foco no manejo de sementes oleaginosas e castanhas fornecidas aos setores de cosméticos, farmacêutico e alimentício.

Tipos de Empresas de Base Comunitária



Categorias Fundiárias

Com atuação em áreas de grande extensão as cooperativas entrevistadas alcançam diferentes categorias fundiárias. Note-se pela tabela abaixo que as áreas de uso coletivo são as de atuação preferencial incluindo as terras de indígenas, de quilombolas e Unidades de Conservação, demarcados ou em processo de demarcação. Além dos territórios de uso coletivo observa-se também a presença de agricultores em programas de reforma agrária destinados ao uso privado. Como fica evidente na tabela a seguir, a maior concentração está em territórios indígenas e quilombolas, já demarcados ou em processo de demarcação.

Categorias de Posse da Terra de Empreendimentos Comunitários



Biomias

A predominância de empreendimentos localizados em territórios de povos tradicionais e indígenas dentre os entrevistados, está diretamente relacionada a maior concentração de entrevistados no bioma Amazônia, onde se encontram extensas áreas protegidas com grande diversidade sociocultural.



Biomass dos Empreendimentos Comunitários

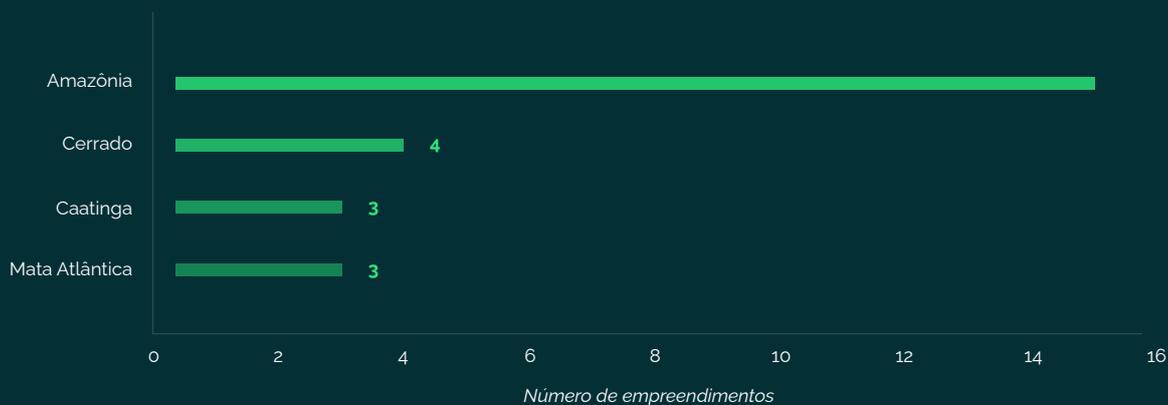


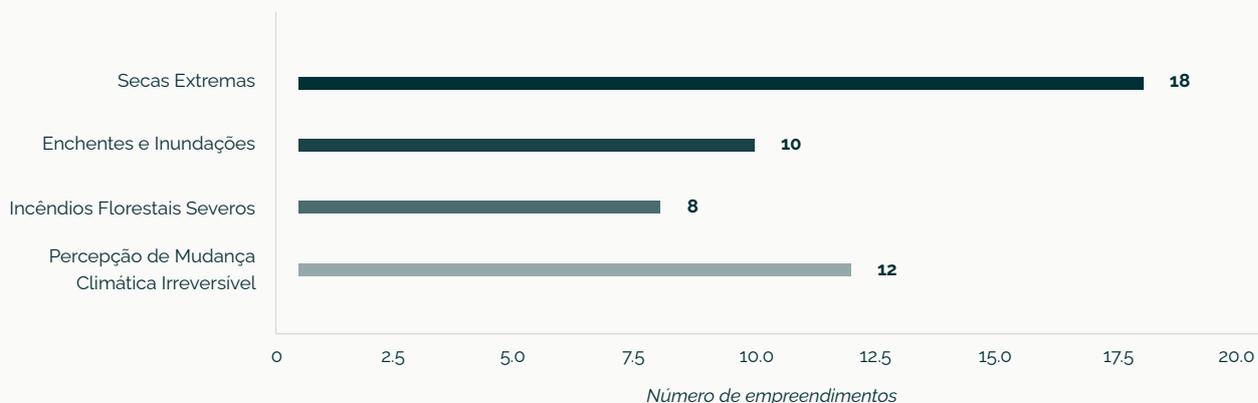
Imagem: Isuru Ranasinha / Unsplash

Emergências Climáticas

Ao longo das entrevistas, ficou evidente a percepção dos participantes em relação à emergência climática; foram trazidos relatos de prejuízos causados por secas e queimadas severas, e sobre as dificuldades especialmente em atividades de agricultura e pesca. Dentre os 21 empreendimentos, apenas quatro afirmaram que não sofrem ou não sofreram recentemente com eventos climáticos extremos.

Secas severas foram o evento mais comum, afetando 18 dos 21 entrevistados. Além disso, enchentes e inundações foram mencionadas em quase metade dos casos, e incêndios florestais de grande escala também surgiram como uma questão recorrente. Entre eles, 12 empreendimentos comunitários expressaram preocupação com as mudanças climáticas que percebem como irreversíveis, incluindo o aumento da escassez de água, o desequilíbrio ecológico e os impactos diretos na produção agrícola e no bem-estar das comunidades. **Esses relatos ressaltam a necessidade urgente de apoio para a adaptação climática, com estratégias específicas para fortalecer a resiliência dos empreendimentos comunitários diante da intensificação dos eventos climáticos.**

Eventos Climáticos Vivenciados por Empreendimentos Comunitários

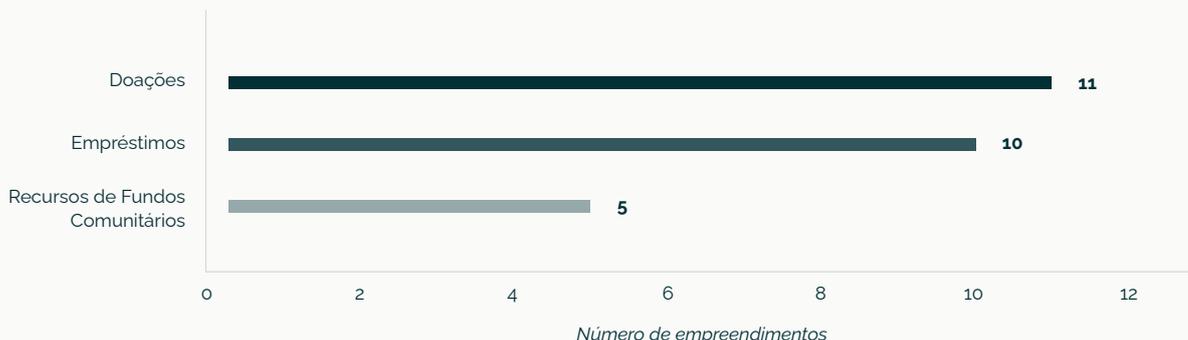


Financiamento

Em relação à experiência dos empreendimentos com recursos recebidos através de doações, empréstimos ou fundos comunitários, observa-se que a maioria (16 dos 21 mapeados) já acessou algum tipo de financiamento. Doações foram a forma mais comum de financiamento presente em 11 iniciativas, seguidas por empréstimos junto a bancos e instituições (10 empreendimentos).

Apenas cinco relataram ter recebido recursos diretamente de fundos comunitários. Dificuldades de alcance de empreendimentos e problemas com comunicação em localidades remotas, foram razões trazidas pelos entrevistados de Fundos Comunitários para o acesso ainda limitado de beneficiários. No entanto, apesar da baixa incidência prática observada, 14 dos 21 empreendimentos afirmam considerar os fundos comunitários como os mecanismos mais adequados para atender às necessidades dos negócios de base comunitária. Esse dado revela uma percepção de **maior alinhamento dos fundos comunitários com a realidade local, destacando seu potencial estratégico para ampliar o alcance e a efetividade do financiamento climático voltado a populações tradicionais e indígenas.**

Experiência de Financiamento dos Empreendimentos Comunitários



Transparência

Dos 21 empreendimentos mapeados, 15 afirmam ter experiência com elaboração de relatórios contábeis e prestação de contas. Foi relatada a necessidade de maior capacidade por meio de treinamentos e da alocação de recursos específicos para a contratação de profissionais dedicados à gestão. Em muitos casos, essas funções são desempenhadas informalmente por membros das comunidades, de forma voluntária ou acumulada com outras atividades produtivas, o que pode comprometer a continuidade, a qualidade e a conformidade dos processos administrativos exigidos por financiadores.

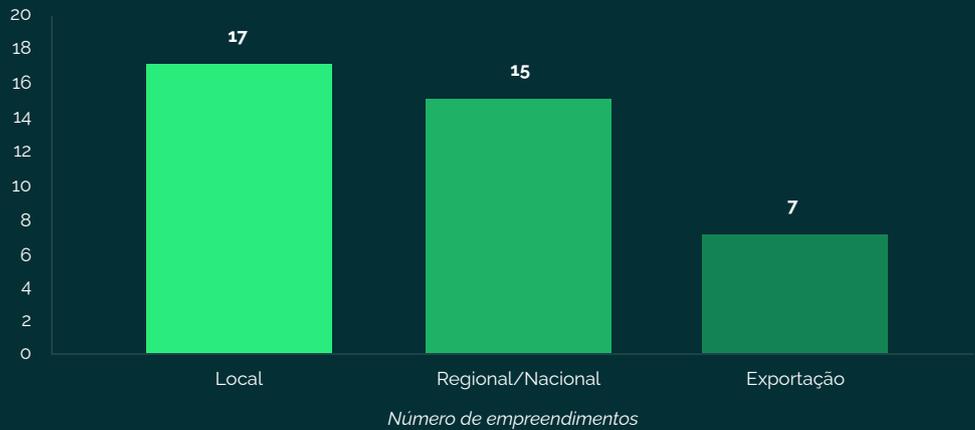
Alcance de Mercado

Foi observado também que a limitação de capacidades em gestão, assessorias financeira e comercial, impactam diretamente o alcance de mercados em empreendimentos comunitários. Dos 21 mapeados, 17 comercializam seus produtos apenas em nível local, 15 acessam mercados regionais ou nacionais, e apenas 7 exportam. Porém é sempre importante lembrar que "nível local" considerando as dimensões de municípios brasileiros nas regiões norte e nordeste do país, pode significar relações comerciais com fornecedores e consumidores em territórios de grandes extensões e envolvendo variadas populações, além do enfrentamento de "gargalos" logísticos dentre outros bem complexos.

Os dados indicam que, embora existam iniciativas com potencial para escalar sua atuação, a falta de suporte técnico ainda dificulta a inserção em mercados mais exigentes, que requerem padronização, regularidade na entrega, certificações e processos administrativos robustos. Além disso, muitos empreendimentos expressaram o desejo de se tornarem suficientemente estruturados para não depender mais de atravessadores — especialmente aqueles que já atuam com exportação — buscando, assim, maior controle sobre seus processos comerciais e melhor retorno financeiro para as comunidades envolvidas.



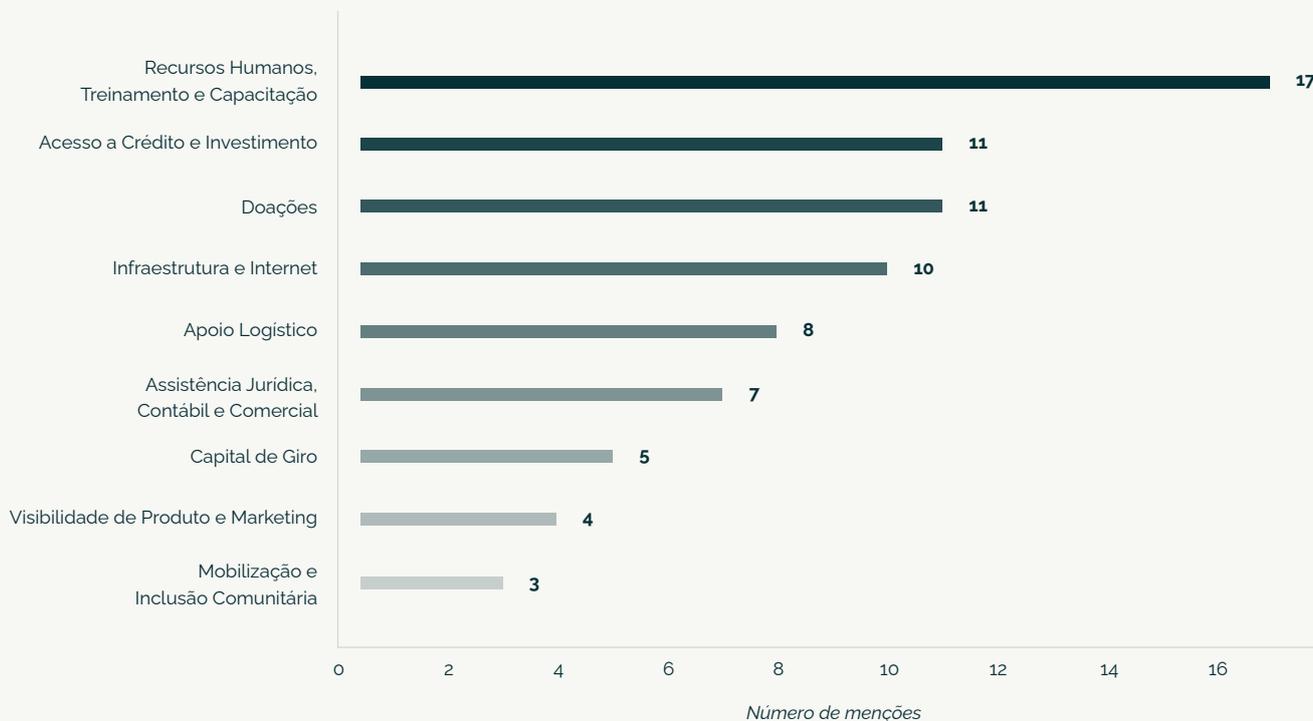
Alcance de Mercado dos Empreendimentos Comunitários (n=21)



As respostas dos empreendimentos revelam um conjunto consistente de "gargalos" que dificultam a consolidação e o crescimento das iniciativas de base comunitária. A demanda mais recorrente constante nos questionários foi por **capacitação e treinamentos, especialmente em gestão, comercialização, e qualificação de recursos humanos locais, evidenciando a necessidade de investimentos em formação continuada.** Também se destaca a busca por **acesso a crédito e investimentos em condições diferenciadas, voltados ao perfil e realidade desses empreendimentos, para capital de giro, compra de insumos, remuneração de pessoal, pagamento de fornecedores e aumento de capacidade produtiva.**

Outros pontos críticos incluem infraestrutura e conectividade, com menções frequentes à dificuldade de acesso à internet, transporte, energia, equipamentos e armazenamento, além da falta de apoio logístico para escoamento da produção. A assessoria jurídica, contábil e comercial também surge como uma lacuna relevante, impactando a regularização fundiária, a prestação de contas e o posicionamento no mercado.

Principais Necessidades de Apoio Identificadas pelos Empreendimentos Comunitários

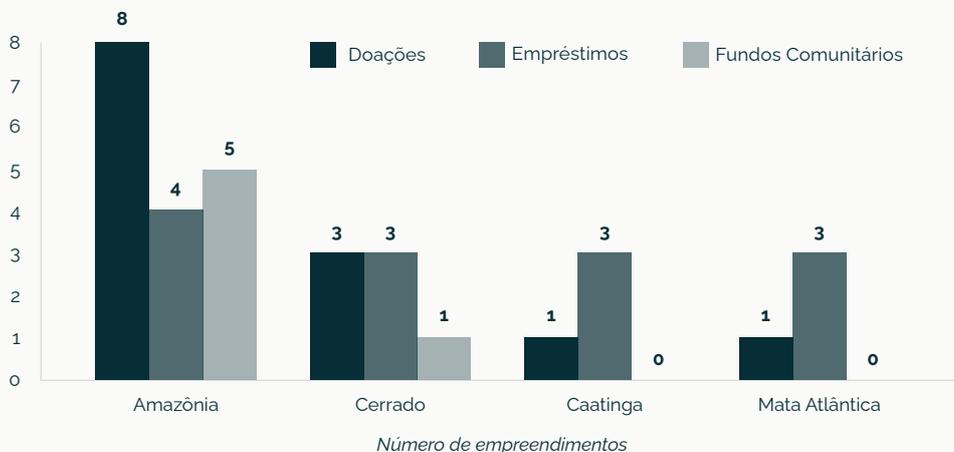


Crédito e Investimentos

Dos 21 empreendimentos ouvidos, apenas 8 relataram ter acessado empréstimos ou financiamentos com bancos ou organizações, e todos consideraram a experiência positiva. No entanto, a maioria ainda não conseguiu acessar esses recursos, principalmente devido a barreiras estruturais. Entre os principais desafios apontados estão, segundo eles, os juros elevados, a exigência de garantias incompatíveis com a realidade das comunidades, a burocracia excessiva e a complexidade na prestação de contas. Também foram mencionadas **dificuldades relacionadas a contratos inflexíveis, prazos inadequados, e à falta de protagonismo das comunidades na construção das propostas de financiamento**. Além disso, destaca-se a falta de previsão no caso de doações de recursos para pagamento de pessoal local, o que compromete a execução adequada dos projetos e a inclusão de cláusulas de salvaguardas e recursos específicos para combate a eventos climáticos extremos.



Acesso a Recursos Financeiros por Bioma



A análise realizada neste estudo revelou que o acesso ao financiamento varia significativamente conforme o território analisado. A Amazônia concentrou a maior parte dos empreendimentos que receberam doações e recursos de fundos comunitários, enquanto os empréstimos foram mais distribuídos entre os demais biomas, como Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

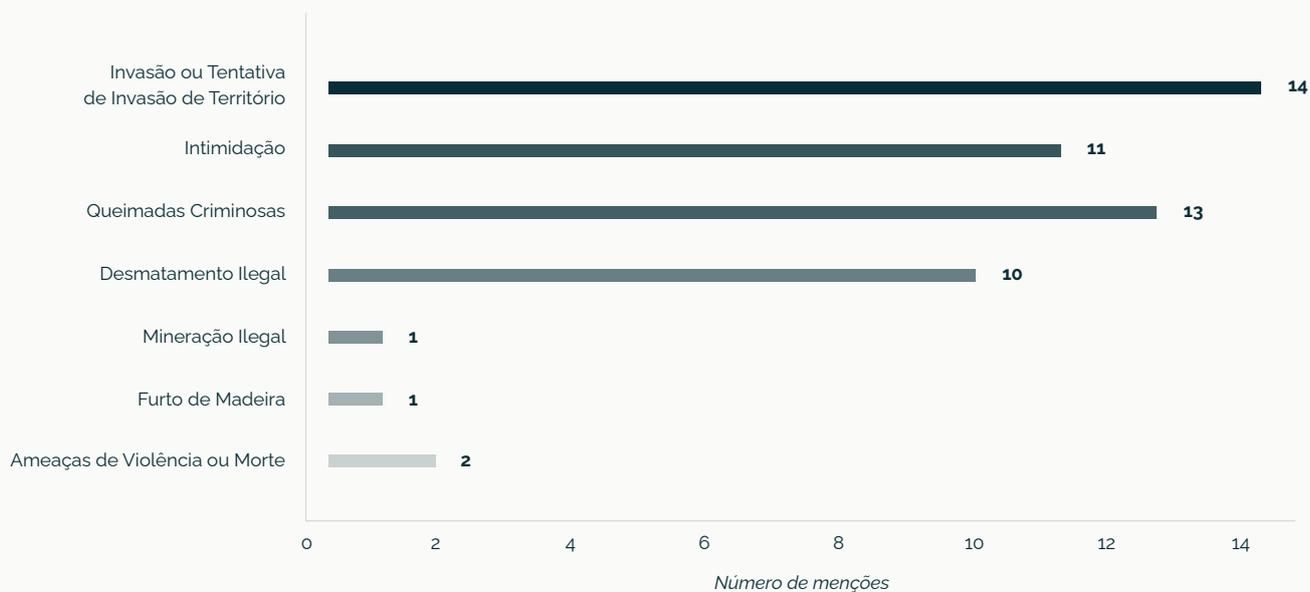
Isso sugere que, embora o apoio filantrópico seja mais presente em áreas com forte presença de populações tradicionais, há maior inserção no sistema de crédito formal em regiões com contextos organizacionais e institucionais distintos. A atuação dos fundos comunitários se destacou na Amazônia como alternativa estratégica frente às barreiras do sistema financeiro tradicional, e o único empreendimento entrevistado que acessou recursos de fundo comunitário fora da Amazônia, foi a Casa das Águas, localizada no Maranhão, em área de transição entre Amazônia e Cerrado.

Ameaças Territoriais

Considerando a importância de compreender as vulnerabilidades enfrentadas pelos empreendimentos comunitários, foi realizada uma pergunta específica sobre ameaças e conflitos territoriais em seus territórios de atuação. As respostas evidenciam um cenário crítico: muitos relataram invasões ou tentativas de invasão, intimidações a lideranças locais, queimadas criminosas e desmatamento ilegal. Também foram mencionados casos extremos, como roubo de madeira, ameaças de morte e a ocorrência de garimpo ilegal, mesmo em áreas protegidas. Esses episódios ocorrem, com frequência, em regiões próximas a rodovias ou zonas de expansão do agronegócio e do setor energético,

aumentando os riscos de conflito. Em resposta, várias comunidades têm adotado estratégias de monitoramento e organização coletiva para defender seus territórios.

Ameaças Territoriais Relatadas pelos Empreendimentos Comunitários



Economia Circular

Perguntados sobre o conhecimento dos fundamentos da economia circular, a maioria dos mapeados demonstrou interesse, embora em diferentes estágios de compreensão e aplicação. Dos 21 respondentes, 7 afirmam já aplicar práticas circulares, enquanto 10 conhecem o conceito, mas não sabem como colocá-lo em prática. Apenas 4 empreendimentos indicaram não ter familiaridade com o tema. Esses dados evidenciam que **a economia circular abre oportunidades para ações de capacitação e apoio técnico, que possam transformar esse interesse em estratégias concretas de aproveitamento de recursos, redução de resíduos e fortalecimento da sustentabilidade dos negócios comunitários.**

2. Fundos Comunitários

Desenvolvidos e geridos por populações tradicionais e indígenas, os fundos comunitários oferecem uma alternativa eficaz de acesso a financiamento para empreendimentos de base comunitária, que enfrentam barreiras no sistema financeiro convencional. **Ao fortalecer a autonomia coletiva e apoiar iniciativas locais, esses fundos se destacam por sua capilaridade**

e flexibilidade, adaptando-se a diferentes territórios, realidades e cadeias produtivas, com impactos positivos como governança fortalecida e geração de renda sustentável, tornam-se modelos replicáveis. Parcerias com organizações, governos e financiadores podem ampliar seu alcance e contribuir para um desenvolvimento mais inclusivo e resiliente.

Os fundos comunitários mapeados são, em sua maioria, associações sem fins econômicos e lucrativos, podendo, em alguns casos, ter estrutura informal ou estar alocados dentro de organizações maiores. Ao todo, seis fundos participaram do mapeamento, sendo que apenas um deles — o Fundo Tabôa — não gerido exclusivamente por populações tradicionais ou indígenas e tem sede o distrito de Serra Grande, cidade de Uruçuca no Estado da Bahia Bioma Mata Atlântica.



Abaixo segue a imagem de gráfico que permite a comparação entre algumas características dos fundos comunitários analisados, como: 1 - nível de formalização dos fundos comunitários, 2 - categoria fundiária atendida pelos fundos comunitários, 3 - exigências de rastreabilidade pelos fundos comunitários.

Características dos fundos comunitários analisados, como: 1 - nível de formalização dos fundos comunitários, 2 - categoria fundiária atendida pelos fundos comunitários, 3 - exigências de rastreabilidade pelos fundos comunitários.

Tipo	Subtipo	Babaçu	Podaali	Puxirum	Indígena do Rio Negro	Ruti	Taboa
Status de Registro Formal dos Fundos Comunitários	Registrado	✓	✓	✓	✗	✗	✓
Categorias de Posse da Terra Abrangidas pelos Fundos Comunitários	Assentamentos coletivos	✓	✗	✓	✗	✗	✗
	Unidades de Conservação	✓	✗	✓	✗	✗	✗
	Terras Privadas	✗	✗	✗	✗	✗	✓
	Territórios Tradicionais/Indígenas	✓	✓	✗	✓	✓	✗
Requisitos de Rastreabilidade pelos Fundos Comunitários	Trabalho Infantil	✓	✓	✓	✗	✗	✗
	Trabalho forçado	✓	✓	✓	✗	✗	✗
	Desmatamento ilegal	✓	✓	✓	✗	✗	✓

Fonte: elaboração própria dos autores baseada em dados dos questionários e dos sites oficiais dos 6 fundos comunitários que pertencem a este mapeamento.

Biomass

Como observado, os fundos comunitários entrevistados atuam na Amazônia, com destaque para o Fundo Babaçu e o Tabôa, que além de atuarem no Bioma da Amazônia também operam apoiando empreendimentos e iniciativas de base comunitária nos Biomass do Cerrado, Caatinga e da Mata Atlântica. O mecanismo financeiro preferencial são as doações, porém o Fundo Comunitário Tabôa oferece empréstimos em sistema próximo ao microcrédito.

Categorias Fundiárias

As categorias fundiárias de atuação variam entre os fundos. O Fundo Comunitário Tabôa prioriza empreendimentos em unidades agrícolas familiares e em assentamentos da reforma agrária. O Fundo Comunitário Puxirum atua exclusivamente em áreas de uso coletivo, como assentamentos da reforma agrária de uso coletivo (PAF – Programa de Assentamento Florestal e Programa de Assentamento Extrativista –

PAEX) e unidades de conservação. O Fundo Babaçu prioriza iniciativas em territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. Já os Fundos Ruti, Podaali e o Fundo Indígena do Rio Negro priorizam as iniciativas de comunidades indígenas.

Rastreabilidade

A adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação de impactos, bem como a publicação de relatórios e a exigência de rastreabilidade em casos de desmatamento, trabalho forçado e trabalho infantil, têm se mostrado essenciais para a credibilidade e a eficácia dos fundos comunitários. Essa é uma preocupação levantada pela maioria dos consultados, que enfatizou a importância da rastreabilidade e do monitoramento com o uso de tecnologias para cumprir essa função de forma eficiente. No quadro acima observa-se que alguns Fundos Comunitários se encontram mais preparados para realizar a rastreabilidade dos projetos apoiados especialmente aqueles com maior tempo de atuação como o Fundo Babaçu.

Seleção de Projetos

Os fundos comunitários mapeados utilizam diversos métodos para selecionar os projetos e empreendimentos que apoiam, sendo as chamadas públicas para propostas o mecanismo mais comum. Outras abordagens incluem o envio de propostas não solicitadas, decisões diretas dos gestores dos fundos, indicações feitas por parceiros estratégicos e o uso de cartas-convite direcionadas. Além disso, alguns fundos destacaram a importância de permanecerem abertos para atender a necessidades emergenciais, especialmente em situações de enchentes, secas e incêndios florestais, ressaltando a necessidade de flexibilidade em seus processos de seleção.

Restrições

Quanto à exigência por formalização dos empreendimentos e projetos como um requisito para receberem recursos dos fundos comunitários, as respostas indicam que não há uma exigência uniforme. Enquanto alguns fundos demandam registro formal e licenças específicas, outros adotam uma abordagem mais flexível, aceitando a atuação de grupos informais, especialmente em projetos de menor porte. Em alguns casos, a exigência varia conforme o financiador parceiro, ou é substituída por critérios alternativos, como a apresentação de cartas assinadas pelos membros e a existência de contas conjuntas. A realidade local também influencia: em regiões onde não há organizações indígenas formalizadas, como em parte de Roraima, o Fundo Ruti adapta seus processos para garantir o apoio direto às comunidades.

Desafios

Os fundos comunitários enfrentam uma série de desafios que limitam suas operações e sua capacidade de expansão. O mais recorrente é a captação de recursos, mencionada por 100% dos fundos entrevistados, é atribuída à falta de políticas públicas de incentivo e ao apoio insuficiente por parte das instituições financeiras. A maioria dos fundos comunitários entrevistados tem como foco principal a garantia da posse da terra. Em muitos casos, a inação do Estado em assegurar os direitos fundiários resultou em conflitos contínuos entre o uso coletivo e os interesses privados ou públicos. Esses conflitos — especialmente em áreas onde a regularização fundiária ainda não foi concluída — podem impactar negativamente o interesse dos investidores.

Foram relatados desafios logísticos, de infraestrutura e administrativos, particularmente em áreas remotas. Outras dificuldades incluem a identificação de projetos elegíveis para apoio, exigências rígidas por parte dos financiadores que, segundo as lideranças, desconsideram as realidades locais, e a necessidade de construir confiança entre apoiadores e comunidades. Altos custos operacionais e a necessidade de fundos emergenciais para responder a crises climáticas também são citados como barreiras à sua efetividade.

3. Organizações Dinamizadoras

As organizações dinamizadoras desempenham um papel estratégico no fortalecimento das capacidades de empreendimentos comunitários no campo da bioeconomia. Elas oferecem serviços de capacitação técnica, como assistência na implementação de tecnologias sociais — por exemplo, a participação em programas de cisternas voltados à adaptação climática —, apoio à obtenção de certificações orgânicas e facilitação do acesso a mercados diferenciados. Também promovem a disseminação de saberes tradicionais por meio da valorização de práticas ancestrais e do estímulo à troca de conhecimentos entre comunidades, articulando redes de cooperação e aprendizado. Além disso, exercem o papel de implementadoras de políticas públicas, com atuação na incidência política e na defesa de direitos territoriais, contribuindo para o reconhecimento dos modos de vida e para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentáveis e inclusivas.

Este mapeamento buscou identificar aquelas que se autodeclararam como indígenas, indigenistas ou de povos tradicionais, bem como aquelas que possuem lideranças indígenas ou tradicionais em posições de decisão. Entre as 20 organizações ouvidas, 12 se identificam com esses grupos, e 8 possuem representantes indígenas ou de povos tradicionais em cargos de liderança. Dentre essas 8, 5 não se autodeclararam como organizações indígenas ou de povos tradicionais, mas afirmam adotar políticas afirmativas para inclusão indígena em funções estratégicas.

Representação de Povos Indígenas e Tradicionais em Organizações de Apoio



Biomass

Sobre a atuação territorial, 16 organizações dinamizadoras entrevistadas atuam na Amazônia, 11 no Cerrado, 10 na Mata Atlântica, 8 na Caatinga, 5 no Pantanal e 2 no Pampa. É importante destacar que é bastante comum organizações dinamizadoras atuarem, simultaneamente, em mais de um bioma. O quadro abaixo destaca as organizações dinamizadoras entrevistadas e Biomas correspondentes de atuação. Verifica-se pela imagem a concentração de organizações na Amazônia e a atuação pulverizada de organizações como o Conselho Nacional de Seringueiros em todos os Biomas brasileiros, ainda que tenha sido originária do Estado do Amazonas.

Presença das Organizações Dinamizadoras por Bioma

Organizações de Dinamizadoras	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal
Articulação do Semiárido (ASA)		✓	✓			
Associação Caatinga		✓				
Associação Plantas do Nordeste		✓		✓		
Centro de Trabalho Indigenista	✓		✓	✓	✓	✓
Conselho Nacional dos Seringueiros	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Idesam - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	✓					
IEPE - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	✓					
IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	✓		✓	✓		✓
Imaflora	✓	✓		✓		
Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends	✓			✓		
Instituto Centro de Vica (ICV)	✓		✓			✓
Instituto Floresta Tropical	✓					
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN	✓	✓	✓	✓		✓
ISA Instituto Socioambiental	✓		✓	✓		
ONG Chapada		✓				
OPAN - Operação Amazônia Nativa	✓		✓			
Pacto das Águas	✓					
Rare Brasil	✓					
Rede Cerrado			✓			
Tabôa Fortalecimento Comunitário	✓	✓	✓	✓		
The Nature Conservancy (TNC)	✓		✓	✓		
Total	16	8	11	10	2	5

Fonte: elaboração própria dos autores com base nos dados dos questionários aplicados e das informações disponíveis nos sites oficiais das 21 instituições que pertencem ao mapeamento das organizações dinamizadoras, 2025.

Financiamento

Chama atenção a diversidade de fontes de financiamento com foco em organizações dinamizadoras ainda que concentradas em maior medida em recursos provenientes de agências de cooperação internacional e setor filantrópico privado no geral. As agências de cooperação e desenvolvimento foram citadas por praticamente todas as organizações entrevistadas, seguidas de fundações e organizações filantrópicas, igualmente recorrentes. Outras fontes relevantes citadas incluem empresas, instituições financeiras nacionais e internacionais, além de doações de pessoas físicas. **Esses dados revelam que a atuação das organizações depende fortemente de composição híbrida de fontes, com destaque para parcerias internacionais e filantrópicas, mas também com crescente interação com o setor privado e mecanismos inovadores de financiamento.**

Doações e Atividades

Entre as organizações dinamizadoras ouvidas, a maior parte indicou não repassar diretamente recursos financeiros aos projetos apoiados prestando assistência técnica, capacitação ou fornecendo máquinas e equipamentos. Nove organizações relataram realizar doações, e uma apontou o uso combinado de doações e regrating. Regrating acontece quando ONGs com larga atuação e respeitabilidade no campo de projetos de desenvolvimento sustentável, recebem recursos de terceiros — como fundações, agências de cooperação e empresas — e os redistribuem para projetos e empreendimentos comunitários por meio de editais em sua maioria. Ou seja, **embora o termo "doação" tenha sido utilizado nas respostas, trata-se, na prática, de um modelo em que a organização atua como intermediária, repassando recursos de financiadores externos para iniciativas locais, assumindo papéis de seleção, acompanhamento e, em alguns casos, prestação de contas.**

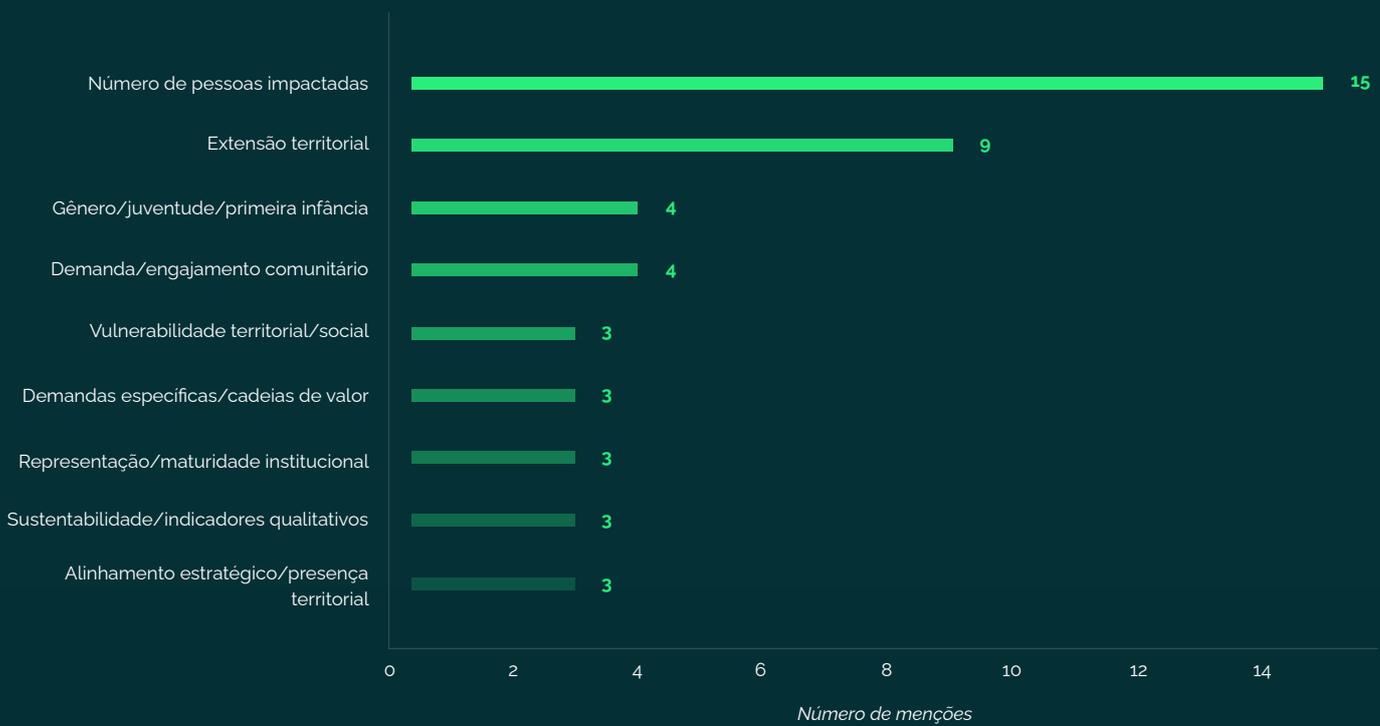
Critério para Seleção de Projetos

A maioria das organizações dinamizadoras adota critérios combinados para a seleção dos projetos que apoiam, com destaque para número de pessoas impactadas e alcance territorial das iniciativas, vulnerabilidade social e ambiental dos territórios, cadeia produtiva envolvida e necessidades. Muitas organizações também consideram a formalização dos empreendimentos, organização social e aspectos como gênero e existência de indicadores de impacto da parte dos projetos beneficiados. **De modo geral, os projetos selecionados devem estar alinhados a estratégias territoriais específicas, priorizando iniciativas que dialogam com os contextos e necessidades locais.**

Enabling organizations use a combination of public calls for proposals and institutional As

organizações dinamizadoras utilizam uma combinação de editais públicos e decisões institucionais — como deliberações de conselhos ou diretorias — para selecionar os projetos apoiados. Em muitos casos, esse processo é complementado por consultas diretas às comunidades, sendo guiado por planos de gestão territorial ou por demandas apresentadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Também são utilizadas cartas-convite, indicações de financiadores e mecanismos adaptados às parcerias e contextos locais, refletindo um equilíbrio entre critérios técnicos e legitimidade comunitária.

Critérios Utilizados pelas Organizações para Selecionar Projetos



A maioria das organizações dinamizadoras ouvidas afirmou utilizar ferramentas e indicadores de monitoramento de impacto em suas atividades. Das 21 organizações, 19 relataram adotar algum tipo de instrumento de avaliação, sendo que dez utilizam tanto indicadores próprios quanto de terceiros e nove adotam exclusivamente indicadores desenvolvidos internamente. Apenas duas organizações afirmaram não utilizar ferramentas de monitoramento.

Necessidades dos Empreendimentos Comunitários

As demandas a seguir foram identificadas e apontadas pelas próprias organizações dinamizadoras ao longo do mapeamento, e estão diretamente relacionadas àquelas mencionadas anteriormente pelos empreendimentos apoiados, o que reforça a coerência entre o diagnóstico institucional e as necessidades vividas nos territórios.

Entre os aspectos mais recorrentes, destacam-se a necessidade de recursos financeiros (como doações, crédito e capital de giro), treinamentos e capacitações.

Também se evidenciam lacunas em assessoria jurídica, contábil e de gestão, bem como em infraestrutura básica e máquinas e equipamentos para os

empreendimentos que desejam expandir a capacidade produtiva. Necessidades

como: aprimoramento na logística e transporte para escoamento da produção, inovações tecnológicas para rastreabilidade, informações sobre mercados e mecanismos de pagamento por serviços ambientais como crédito de carbono, evidenciam a diversidade e complexidade dos desafios enfrentados para o fortalecimento dos territórios e empreendimentos comunitários, na opinião de representantes de organizações dinamizadoras.

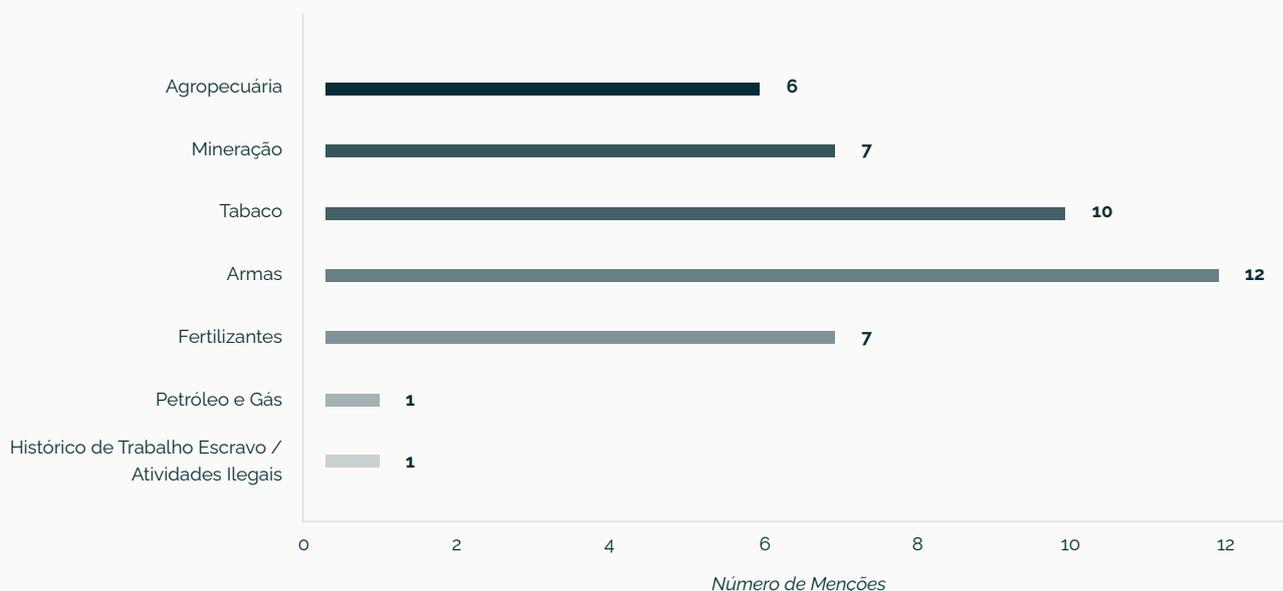
Relação com Financiadores

Ao serem questionadas sobre os desafios enfrentados na intermediação entre empreendimentos comunitários e financiadores, as organizações dinamizadoras destacaram obstáculos como: **desconexão entre as exigências dos financiadores e a realidade dos territórios, incluindo prazos de execução incompatíveis com os ciclos produtivos locais, rigidez dos editais, excesso de burocracia, e a impossibilidade de financiar itens essenciais, como recursos humanos, deslocamentos e outros custos de operação.** Muitas organizações que estão no campo, têm buscado estratégias para superar esses entraves, como utilizar ferramentas de comunicação acessíveis (como vídeos e rádios comunitárias), além de incentivar processos de planejamento participativos com equipes locais ligadas aos projetos junto às comunidades. Essas ações garantem melhores resultados adaptados às realidades e necessidades nos territórios.

Restrições

Das 21 organizações dinamizadoras, 13 indicaram restrições claras a financiadores de determinados setores, como dos setores do agronegócio, mineração, armas, tabaco e fertilizantes. Outras cinco afirmaram avaliar caso a caso, com base em princípios institucionais. Apenas três organizações declararam não possuir restrições. Isso demonstra uma tendência majoritária de cautela e alinhamento ético na escolha de financiadores, refletindo o compromisso com os valores e as causas defendidas nos territórios onde atuam.

Setores Mais Frequentemente Citados como Restritos pelas Organizações de Apoio



Das 21 organizações ouvidas, 18 relataram atuar em áreas vulneráveis a eventos climáticos extremos, mas apenas 15 receberam recursos específicos para mitigação e/ou adaptação. Isso indica uma lacuna entre a exposição ao risco climático e o acesso a financiamento climático, reforçando a necessidade de maior direcionamento de recursos para quem atua em territórios diretamente afetados.

Seção 2.2 - Perfil das Finanças

Visão Geral

De um total de organizações entrevistadas e que preencheram os formulários 5 são organizações financiadoras e investidores em empreendimentos de base comunitária de populações tradicionais e de indígenas, atuando em diferentes Biomas no Brasil. Elas possuem diferentes instrumentos financeiros, e essa seção inclui aquelas que oferecem políticas de crédito e fundos de investimento, combinados ou não, com doações. As instituições financiadoras consultadas, apesar de não serem geridas por populações tradicionais, integram o ecossistema das finanças climáticas e contribuíram para o presente mapeamento com informações sobre suas políticas de crédito, e de financiamento, que serão a seguir sistematizadas.

As 5 instituições financiadoras selecionadas foram a Tabôa - Fortalecimento Comunitário, Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, Impact Earth, Fama Re-capital e Fundo Casa Socioambiental. Com portfólios de empreendimentos com foco na preservação da biodiversidade e geração de renda para os povos tradicionais emergem como importantes atores do ecossistema das finanças climáticas. O Fundo Casa, ainda que não participando na criação de Fundos de Investimentos ou não detendo políticas de crédito, não podia faltar dada a sua atuação expressiva em termos de volume de recursos doados a projetos de base comunitária e suporte a Fundos Comunitários.

1. Tabôa - Fortalecimento Comunitário

A ONG Tabôa Fortalecimento Comunitário possui um Fundo Comunitário mais bem detalhado na seção 3 sobre Fundos Comunitários (nº27), realizando doações a projetos nos Biomas da Mata Atlântica e Caatinga. Porém, desde 2020, ampliou suas atividades e em parceria com instituições financeiras e filantrópicas, participa de Fundo de Investimentos com foco em atividades produtivas sustentáveis que agora incluem o Bioma da Amazônia.

Em dezembro de 2020, em parceria com Instituto Arapyauú, Instituto Humanize e Grupo Gaia, a Tabôa lança o CRA Sustentável captando R\$1 milhão destinado a investimentos na cadeia do cacau. Porém, em nova investida em 2023, a Tabôa e o Instituto Arapyau criam o **Kawá - Fundo de Investimento em Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGRO)** captando R\$ 30 milhões com foco em projetos agrícolas e de extrativismo sustentável nos Biomas da Amazônia e Mata Atlântica - Estados do Pará e Bahia.

Em paralelo, a Tabôa opera com política de crédito que se aproxima do sistema de microcrédito. Como pode ser observado no quadro abaixo usa garantias por aval individual ou solidário e agentes de crédito acompanham o empreendedor desde o momento da tomada do empréstimo até o pagamento final. Segundo informações de representante de empreendimento consultado para o mapeamento, seu prazo de pagamento foi negociado com a Tabôa para atender a necessidade pontual do empreendimento.

Desde 2015, a Tabôa movimentou R\$3,3 milhões gerando renda para 257 agricultoras e agricultores que adotam práticas sustentáveis nos Biomas da Mata Atlântica e da Caatinga com percentual de inadimplência de 2% (<https://taboa.org.br/>). Abaixo podem ser observados os principais aspectos da política de crédito da Tabôa.

Tabela I - Resumo da Política de Crédito da Tabôa

Faturamento Anual	Até 1 milhão de reais
Limites de crédito	Capital de giro/custeio até 20 mil reais. Investimento fixo e reforma até 40 mil reais. Crédito de evento até 15 mil reais
Prazos de carência	Varia de sem carência para até 3 meses de carência a depender da modalidade
Sistema de garantias	1 - Avalista, 2 - Grupo solidário de 3 até 10 pessoas e 3 - alienação de bens
Taxas de juros	No mínimo cobrindo o custo da inflação no período do crédito e no máximo 1% ao mês
Acompanhamento de crédito	Sim, existência de agente de crédito
Processo de cobrança	De 1 a 15 dias contatos para negociação, a partir do 15º dia contato com avalista/grupo solidário e a partir do 30º dia inclusão do nome do avalista/grupo solidário no Serasa/SPC

Fonte: Elaboração própria com base em dados do relatório sobre política de crédito da Taboa de 2020. Mais informações em: https://www.taboa.org.br/images/Taboa_PoliticaDeCredito.pdf

2. Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis

O **Fundo de Impacto da Conexsus** é um dos três branches de sua Plataforma de Investimentos e iniciou com aporte de U\$ 10 milhões captados via investimentos híbridos (comerciais e concessionais) constituindo-se em FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (Alves et al, 2020). Criado com objetivo de facilitar o acesso de empreendimentos florestais ao PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar, combina mecanismos financeiros de empréstimo com garantias, e assistência financeira local aos empreendimentos.

Os recursos do Fundo de Impacto são destinados a: (1) empréstimos diretos com foco em qualificar o tomador para participar do PRONAF; (2) Garantias de crédito (3) Empréstimos para recuperação de crédito destinados a atender necessidades imediatas de fluxo de caixa para cumprir os requisitos do Pronaf. O quadro abaixo especifica melhor os mecanismos financeiros implementados pela Plataforma de Investimentos da Conexsus.

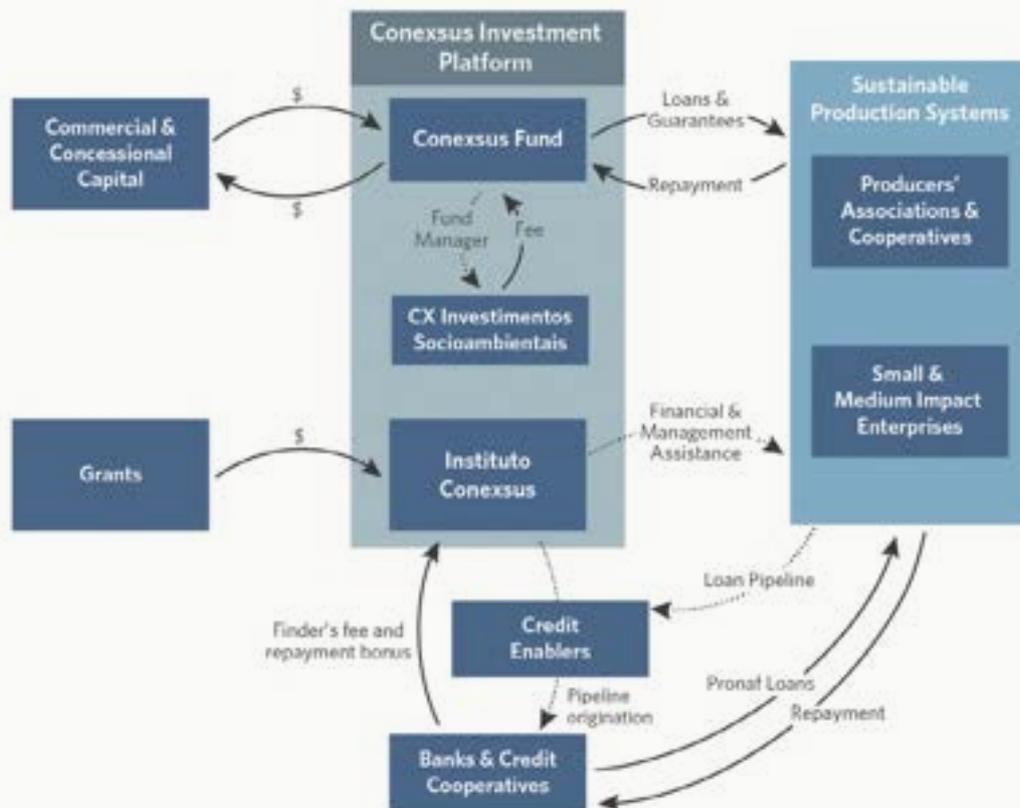
Tabela II - Resumo de Mecanismos Financeiros da Conexsus

Produto Financeiro	Finalidade	Valor	Período	Taxa média de juros	% da Carteira
Recuperação de Crédito	Empréstimos de curto prazo, geralmente para pagar impostos ou dívidas para acessar o Pronaf	R\$ 10.000	1 ano (juros semestrais)	12.4%	4%
Garantia 1: Capital de Giro Pronaf	Até 20% do valor total do Pronaf	R\$ 12.000	1 ano (juros semestrais)	7.1%	5%
Garantia 2: Investimento Pronaf	Até 20% do valor total do Pronaf	R\$ 20.000	Até 5 anos (juros semestrais)	8.4%	31%
Empréstimo Direto 1: Cooperativas e Associações	Capital de giro ou empréstimos para investimento, para gerar crédito e/ou complementar o Pronaf	R\$ 25.000	2 anos (pagamento de principal e juros a cada 6 meses)	7.8%	40%
Empréstimo Direto 2: Pequenas e Médias empresas agrícolas	Empréstimos entre capital de giro e investimento para instituições que não acessam o Pronaf	R\$ 100.000	2 anos (pagamento de principal e juros a cada 6 meses)	10.1%	20%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do relatório Conexsus Impact Fund Instrument Analysis do Climate Policy Initiative de 2020. Mais informações em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/conexsus-impact-fund/>

Na imagem a seguir observa-se que além do Fundo de Impacto, existem dois outros braços da Plataforma de Investimentos, que são o Instituto Conexões Sustentáveis e a CX investimentos socioambientais. Adicionam-se ainda, os ativadores de crédito ligados ao Instituto Conexsus, que exercem a função de conectar instituições financeiras com potenciais clientes que desejam acessar o PRONAF.

Imagem - Operações da Conexsus



Fonte: análise de operações do Fundo de Impacto Conexsus, realizada pelo Climate Policy Initiative, 2020. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/conexsus-impact-fund/>

Por meio do programa CrediAmbiental, criado para fomentar o acesso de empreendimentos comunitários ao PRONAF, são oferecidas capacitações técnicas e financeiras contínuas através de uma rede de ativadores de crédito socioambiental. Esta iniciativa teve início em 2020, em parceria com a divisão de crédito rural do Banco da Amazônia (BASA).

Em 2022, o CrediAmbiental lançou a iniciativa “CRA Verde”, possibilitando o acesso a recursos financeiros para 25 empreendimentos comunitários comprometidos com a conservação florestal. Em 2023, foram realizadas operações rotativas do CRA Verde (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), com R\$ 5 milhões sendo reemprestados, permitindo que os empreendimentos comunitários acessassem mais crédito.

Ainda em 2023, foi lançado o Crédito Semente, no âmbito do programa CrediAmbiental, oferecendo R\$ 100 mil em capital de giro para cooperativas comunitárias e associações de

produtores, com uma taxa de juros mensal de 0,45%. No mesmo ano, R\$ 2,5 milhões foram liberados para 291 projetos de crédito individual de produtores via PRONAF, elevando o volume total liberado desde 2021 para R\$ 5 milhões (Conexsus, 2023). De um total de 1.100 empreendimentos mapeados, sendo 403 no Bioma Amazônia, cerca de 5% acessaram o PRONAF (Desafio Conexsus, 2025; Climate Policy Initiative, 2020).

Apesar dos avanços significativos, o acesso continua sendo dificultado pela falta de formalização, de regularização fundiária e por desafios relacionados à gestão — evidenciando a necessidade de um maior alinhamento e parcerias entre as instituições financeiras e as organizações de apoio, para ampliar o alcance do crédito do PRONAF aos empreendimentos comunitários tradicionais.



3. Impact Earth

A Impact Earth é uma gestora de fundos focada exclusivamente em investimentos de impacto. Seus fundos de investimento oferecem soluções financeiras flexíveis, combinando empréstimos, participação nos lucros, financiamento mezzanine modalidade de investimento que combina equity (participação no empreendimento) com crédito/dívida.

Em 2023, lançou o **Fundo de Biodiversidade da Amazônia (ABF)** em parceria com a gestora Vox Capital com fechamento final de R\$ 250 milhões. Entre os investidores da ABF estavam a USAID, BNDES, SEDF, ASN Impact Investors e o L'Oréal Fund for Nature Regeneration. Abaixo, as imagens mostram dois dos produtos financiados pelo ABF.

Imagem: Acervo Café Apuí



Amazônia Agroflorestal: Apuí, Amazonas

Atividade: Sistema Agroflorestal de café e Conservação

Pilar: cadeias de valor do pequeno produtor

Tipo: estágio inicial (Venture)

Inocas Amazônia: Apuí, Amazonas

Atividade: Sistema Agroflorestal de Macaúba

Pilar: agricultura sustentável

Tipo: estágio inicial (Venture)



Imagem: Patrícia Peceguini Viana / Shutterstock

O Impact Earth lançou em 2025 o Tropical Resilience Fund – TREF com vencimento em 2030, ampliando seu alcance aos empreendimentos de impacto de variados Biomas do Brasil. Mantendo a flexibilidade que caracteriza seus mecanismos financeiros, e ciente das especificidades dos empreendimentos, o TREF dispõe dos seguintes mecanismos: **financiamento atrelado à receita, Dívida conversível e Empréstimos de curto prazo** focados em ativos ambientais (ex. créditos de carbono).

O objetivo do Fundo TREF é alcançar taxa interna de retorno médio financeiro IRR - Internal Rate of Return - de 10%, concentrando-se em três eixos de investimentos: cadeias de valor econômicas resilientes, resiliência de paisagens e investimentos em grupos de facilitadores financeiros.

4. Fama Re-Capital

É uma gestora de ativos com foco em retorno financeiro a seus investidores, apoio a negócios inclusivos e investimentos sociais e ambientalmente responsáveis. **Além das diversas premiações, a Fama Re-capital é uma B Corporation.**

Sensível ao crescimento da demanda por financiamentos sustentáveis, criaram em parceria com a **Grupo Gaia Organizações de Impacto**, o **Fundo Fama Gaia Socioeconomia**. **O Grupo Gaia também é uma B Corporation**. O referido Fundo é multibiomas, com investimentos em empreendimentos voltados para recuperação da vegetação nativa, sistemas agroflorestais, manejo sustentável, projetos de mitigação e adaptação as mudanças climáticas na Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pampa e Pantanal.

Características do Fundo

- **Taxa de performance:** 15% do que exceder 100% da taxa do CDI + 2%
- **Taxa do retorno do investimento:** 100% do CDI + 2%
- **Taxa de juros créditos:** 100% do CDI + 3,5%
- **Prazos de pagamento e de carência:** definidos caso a caso, variando conforme o valor, as necessidades e a estrutura da operação
- **Garantias:** recebíveis de contratos com compradores, penhor de estoques, cessão fiduciária de direitos creditórios, garantias coletivas de cooperativas ou associações e aval de sócios ou organizações parceiras

5. Fundo Casa Socioambiental

O **Fundo Casa Socioambiental** apoia iniciativas focadas na recuperação da vegetação nativa, no manejo florestal, em cadeias de valor sustentáveis e na adaptação e mitigação climática. Atuando em todos os biomas brasileiros, destina mais de R\$ 2 milhões anualmente em doações para iniciativas sem fins lucrativos, incluindo algumas destacadas neste mapeamento (por exemplo, Fundo Podaáli e ACESA).

Embora não atue mais internacionalmente, mantém parcerias e intercâmbios de conhecimento com outros fundos comunitários na América Latina e na África. Sua abordagem participativa inclui ouvir os atores locais e adaptar as prioridades dos doadores conforme as necessidades identificadas. Um exemplo é o projeto "Educação para o Bem Viver", realizado em 2023 em parceria com a Imaginable Futures, que incorporou perspectivas indígenas e quilombolas em seu escopo final, beneficiando 28 iniciativas em 14 estados do Brasil.

Imagem: Sergi Reboredo / Getty Images



03

Apresentação dos Empreendimentos de Populações Tradicionais de Indígenas, Fundos Comunitários e Organizações Dinamizadoras

Seção 3.1 - Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas (EPTI)

Os 21 Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas (EPTIs) listados abaixo foram selecionadas a partir dos contatos realizados com 110 instituições, das quais 52 foram entrevistadas.

com base no nível de maturidade organizacional, grau de transparência quanto a indicadores e rastreabilidade, número de pessoas alcançadas, cobertura territorial, experiência com doações e empréstimos, vulnerabilidade às mudanças climáticas e potencial de escalabilidade. O gráfico abaixo mostra a distribuição, por estados brasileiros, dos 21 Empreendimentos de Base Comunitária, que representam as instituições classificadas como EPTIs. Observa-se que uma única instituição pode atuar em mais de um estado como comentado na seção sobre análise de perfil. The image below shows the distribution by Brazilian states of the 21 institutions classified as Community-Based Enterprises in this portfolio (note that a single institution may operate in more than one state).

Imagem - Distribuição, por estado do Brasil, dos 21 empreendimentos de base comunitária das instituições classificadas como Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas neste portfólio



Fonte: elaboração dos autores com base nas entrevistas realizadas e informações disponíveis nos sites oficiais das 21 instituições pertencentes à categoria de Empreendimentos de Populações Tradicionais e Indígenas, 2025.

Imagem: Consultoria SPinheiro

É importante observar, sobre o item "necessidades" financeiras, contido na descrição de cada empreendimento a seguir mapeado, que foram estimados pelos próprios empreendedores — muitas vezes sem o apoio de estudos de viabilidade ou planejamento financeiro finalizado. Portanto,

são estimativas preliminares, baseadas nas percepções e experiências vividas pelos líderes comunitários, e não como projeções definitivas.

A despeito do esforço em sistematizar as respostas de modo a permitir uma melhor compreensão dos dados e informações, é importante destacar que as informações solicitadas foram respondidas de maneira um pouco diferenciada ora mais completa ou menos aprofundada, dependendo do empreendimento, organização ou fundo comunitário. Por exemplo, alguns chamam as instituições doadoras de "parceiras" e as informações sobre valores doados muitas vezes não eram precisas. Isso se deve pelo fato de o entrevistado não ter participado do projeto beneficiado pela doação, exigindo preparação prévia limitada por restrições de tempo de ambas as partes.

Número da Instituição: 1

ASPACS – Associação de Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Associação de extrativistas e produtores, criada em 1997, cujos membros são populações ribeirinhas e indígenas moradores de área reconhecida como Calha do Rio Purus, Estado do Amazonas. O efeito multiplicador das atividades da ASPACS, uma associação de produtores de importância histórica na Amazônia, pode ser medido pela integração na associação de moradores de duas Reservas Extrativistas a do Médio Purus e Ituxi, Floresta Estadual de Canutama, além de 4 Terras Indígenas.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Áreas de alcance

1 milhão e 533 mil hectares de florestas preservada em três Unidades de Conservação e Territórios Indígenas.

1.5 Número de pessoas impactadas

206 associados da ASPACS e cerca de 300 colaboradores entre recursos humanos e fornecedores.

2. Governança

A diretoria é eleita por meio de chapas de diretorias, com realização de assembleias

gerais ordinárias e extraordinárias periódicas para decisão de temas relevantes às comunidades e produtores.

3. Rede e Conexões

É uma rede de produtores que beneficia e coordena a comercialização e a produção de recursos da biodiversidade nas regiões em que atua, em que o extrativismo é caracterizado pelo manejo sustentável.

4. Atuação e Atividade

Seus associados realizam a coleta de recursos da natureza, vendendo in natura mas também beneficiados em agroindústria da cooperativa. Trabalha com a comercialização e venda de seringa para produção de borracha, andiroba, copaíba, cuja coleta é realizada por comunidades indígenas, além das sementes do tucumã e murumuru. Existem projetos em andamento para a produção de cacau e manejo do pirarucu em parceria com o Coletivo do Pirarucu, projeto da ASPROC mais bem detalhado no nº 3.

5. Alcance do Empreendimento

A ASPACS comercializa seus produtos localmente, bem como, para outros Estados e Municípios, vendendo a empresas e redes de compradores como as empresas Natura, Beraka e Rede Inatu.

6. Financiamento e Apoios

Já recebeu investimentos da empresa Natura, do FUNBIO, IDESAM, OPAN e realizou empréstimo com Conexsus, tem apoio da Prefeitura de Lábrea.

7. Necessidade financeira

R\$ 1.800 milhão.

8. Objetivos

Os recursos que forem obtidos pela ASPACS pretendem ser utilizados para cumprir os objetivos de alcançar a complementação financeira para a construção de dois galpões de armazenamento da produção e polos de pré-beneficiamento para o setor de óleos.

Número da Instituição: 2

ASPROC – Associação de Produtores Rurais de Carauari

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A ASPROC foi criada em 1994, na região do Médio Juruá, Estado do Amazonas. Reúne mais de 800 associados ribeirinhos, extrativistas de diversos recursos da biodiversidade praticando o manejo sustentável. Atualmente se destaca pela atividade da pesca do pirarucu manejado, criação e coordenação do "Coletivo do Pirarucu" que alcança outras regiões da Amazônia com a marca coletiva Gosto da Amazônia. Mais informações encontram-se no site <https://asproc.org.br>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

918.949,23 hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

800 membros associados, mais de 1.300 famílias e 4.791 pessoas beneficiadas.

2. Governança

A ASPROC é uma associação gerida integralmente por ribeirinhos e voltada para atender suas demandas. A diretoria é eleita por chapas e são realizadas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias as últimas periódicas para apresentação de relatórios sobre as atividades e prestação de contas aos associados. As duas fotos abaixo ilustram como foi a assembleia geral de 2025 da ASPROC.



3. Rede e Conexões

Participa do Fórum Médio Juruá que reúne 12 associações de comunidades localizadas no Território do Médio Juruá. O Fórum tem como parceiros, ICMBio, OPAN, Projeto Pé de Pincha, e o Coletivo do Pirarucu da marca Gosto da Amazônia.

A ASPROC coordena e participa do Coletivo do Pirarucu, que é uma rede de manejadores e manejadoras de pirarucu em Unidades de Conservação, terras Indígenas e acordos de pesca. Desde 2019 trabalham com a marca Gosto da Amazônia.

4. Atuação e Atividade

Atualmente o produto principal é o pescado (pirarucu) de manejo, mas possuem entre seus membros, coletores de açaí, seringa (borracha) e agricultores em áreas de uso coletivo, realizam ainda o comércio ribeirinho de produtos agrícolas plantados pelas famílias moradoras das duas unidades de conservação RDS Uacari e RESEX Médio Juruá.

5. Alcance do empreendimento

comercialização local, outros Estados e Municípios e Internacional - para fins de exportação. Vendas para supermercados Pão de Açúcar e Carrefour (em negociações) e restaurantes no Rio de Janeiro e São Paulo. Realizam vendas para mercado Institucional - PAA, PNAE e PREME.

6. Financiamento e Apoios

Recebeu apoio e doações de organizações como NATURA, PETROBRÁS, USAID, UNDP, FUNBIO e SITAWI. Realizou empréstimos com CONEXSUS e Banco Santander. Acessou recursos no Fundo Comunitário de Repartição de Benefícios do Médio Juruá.

7. Necessidade financeira estimada

R\$ 1.500 milhão.

8. Objetivos

A ASPROC pretende utilizar os recursos obtidos para cumprir objetivos como o de construir uma agroindústria para processamento de açaí e conseguir estruturar uma reserva de recursos para projetos emergenciais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Número da Instituição: 3

Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá - ASMAMJ

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A ASMAMJ é uma associação de Mulheres Ribeirinhas fundada em 2004, e uma das primeiras associações criadas após a demarcação da RESEX do Médio Juruá em 2000, localizada no Estado do Amazonas. É Rede de Mulheres com 246 associadas com foco em atividades produtivas no setor de óleos vegetais, sabonetes e manteigas voltadas ao setor de cosméticos. Seus produtos possuem a marca coletiva Flor do Mulateiro e maiores detalhes sobre o empreendimento podem ser obtidos em:

<https://flordemulateiro.com.br/>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

253,206 mil hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

246 mulheres associadas na produção e mais 1000 impactadas indiretamente em unidades de conservação localizadas no território do Médio Juruá.

2. Governança

A ASMAMJ possui governança madura, diretoria composta integralmente por mulheres ribeirinhas, detém processos de eleições por chapas e realiza assembleias ordinárias e extraordinárias, convocadas para decidirem sobre iniciativas comerciais e temas emergenciais. Abaixo é possível visualizar imagens de assembleias gerais realizadas pela ASMAMJ.



3. Rede e Conexões

A associação participa do Fórum Médio Juruá que reúne 12 associações de produtores de comunidades localizadas no Território do Médio Juruá. O Fórum tem como parceiros o ICMBio, OPAN, Projeto Pé de Pincha, e o coletivo de pirarucu da marca coletiva Gosto da Amazônia.

4. Atuação e Atividade

Produz e vende, produtos à base de extratos de plantas e materiais orgânicos encontrados na floresta, com uso de conhecimento tradicional e manejo sustentável. Realiza o beneficiamento dos recursos fornecendo aos setores dos biocosméticos, saboaria e biojóias.

5. Alcance comercial do empreendimento

A ASMANJ comercializa seus produtos em outros Estados e Municípios, vendendo para empresas, feiras de produtos da biodiversidade e vendas online por seu website.

6. Financiamento e Apoios

Conta com doações e apoio do Memorial Chico Mendes, Projeto Floresta+Amazônia, Green Climate Fund, PNUD e MMA.

7. Necessidade financeira estimada

R\$ 1 milhão.

8. Objetivos

A ASMAMJ pretende usar os recursos adquiridos para construção de laboratório de testes para seus produtos visando o aumento da qualidade e compra de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção.

Número da Instituição: 4

Associação das Produtoras de Óleo Quatro Irmãos – ASPRODAQUI

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A ASPRODAQUI fundada em 2019 é uma organização agroextrativista de base comunitária, composta majoritariamente por mulheres ribeirinhas da comunidade de São Domingos, na Flona do Tapajós - Pará. A Flona é uma área de forte atração turística, com 165 km de praias, que recebe de 5 a 7 mil turistas de diversas origens todo ano. Além de atividades ligadas ao turismo, realizam o manejo de óleos de semente e derivados e em cooperação com centros de pesquisa de universidades, atuam na bioeconomia circular. Seus produtos possuem a marca Amélias da Amazônia.: <https://www.instagram.com/ameliasdaamazonia/reels/> . Mais informações podem ser obtidas em um breve vídeo sobre as Amélias da Amazônia:



<https://www.youtube.com/watch?v=OhLFGGfVaYw>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

527 mil hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

De 150 a 200 entre moradores da Comunidade. Importante destacar o impacto para pesquisadores e estudantes do GEBIAMA - grupo de extensão de bioeconomia da Amazônia - Universidade Federal do Oeste do Pará, em torno de 50 anualmente (detalhes no vídeo acima).

2. Governança

Diretoria eleita por meio de chapas, com realização de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias periódicas.

3. Atuação e Atividades

Extrativismo de sementes oleaginosas e artesanato com uso de recursos da natureza e turismo de base comunitária. Produzem sabonetes, velas, incensos, tecidos de palha. Participam de pesquisa e práticas da economia circular com apoio do GEBIAMA - UFOPA (Projeto Bioeconomia Circular). Integram o projeto "Florestas Inteligentes" que reúne estudantes universitários, comunidades florestais e patrocinadores em iniciativas na área da bioeconomia. Mais detalhes sobre o "Florestas Inteligentes" em <https://florestasinteligentes.org.br/>

4. Alcance do empreendimento

Comercialização em comunidades próximas e vendas a outros Estados e Municípios. Possuem como clientes: lojas, comércio ribeirinho e comunitário, turistas, feiras locais e regionais e farmácias de manipulação.

5. Financiamento e Apoios

Detém parcerias desde 2019 com a Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA – Projeto Bioeconomia Circular e recebem apoio financeiro da ONG The Nature Conservancy (TNC) e Fundo Amazônia.

6. Necessidade Financeira Estimada

R\$800.000,00.

7. Objetivos

Obtenção de recursos para pesquisa em bioeconomia circular, bem como para a área de recursos humanos aprimorando a gestão do empreendimento.

Número da Instituição: 5
Cooperativa de Assentados e Quilombolas do Movimento
– CETA - Chocolates Dois Riachões

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos e com fins econômicos - Cooperativa.

1.2 Sobre

A CETA, criada em 2007, tem sede no município de Ibirapitanga, Estado da Bahia e reúne 400 associados agricultores familiares e quilombolas do assentamento da reforma agrária Dois Riachões. O Chocolate dois Riachões é um empreendimento da CETA que produz cacau e chocolate. A relevância histórica da cooperativa se dá pelo fato de os moradores terem sido submetidos, antes da criação do assentamento, à escravidão moderna por antigos fazendeiros de cacau. Hoje, as boas práticas do processo produtivo agrícola deram ao assentamento Dois Riachões, o reconhecimento do Slow Food Brasil e obtenção de certificação orgânica.

1.3 Bioma

Mata Atlântica.

1.4 Área de alcance

A Cooperativa atua em 15 municípios do Sul da Bahia.

1.5 Número de pessoas impactadas

400 famílias impactadas diretamente com geração de renda e indiretamente mais de 2.000 pessoas entre fornecedores e compradores nos municípios de alcance.

2. Governança

400 famílias impactadas diretamente com geração de renda e indiretamente mais de 2.000 pessoas entre fornecedores e compradores nos municípios de alcance.

3. Redes e Conexões

A Cooperativa de Assentados e Quilombolas do Movimento – CETA - Chocolates Dois Riachões é parte da rede "Rede Agroecológica Povos da Mata" melhor detalhada no nº 11.

4. Atuação e Atividade

A Ceta produz e abastece os mercados locais com frutas, produtos agrícolas além de cacau, para a produção do chocolate. Todo cacau plantado faz uso de sistema agroflorestal a "cabruca". Além disso, existem membros desenvolvendo

atividades de meliponicultura que é a criação de abelhas sem ferrão.

5. Alcance do Empreendimento

A comercialização é feita para outros Estados e Municípios. O chocolate produzido pelos Dois Riachões é vendido para empresas de grande porte no Brasil, como a Dengo, Amma Chocolate, Maré Chocolate e para estados nas regiões do Sudeste e do Sul. Além disso, a CETA participa com a venda de alimentos orgânicos dos programas governamentais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de (Alimentos) PAA.

6. Financiamento e Apoios

Já receberam doações de empresas e financiamentos do Instituto Arapyau e foram vencedores do Edital "Projeto Bahia Produtiva" - Banco Mundial. Atualmente em parceria com Universidade na Espanha estão em fase de elaboração de plano de negócios com vistas a exportações (2025). Realizaram empréstimos com a Tabôa.

7. Necessidade Financeira

Entre R\$500.000,00 e R\$1milhão.

8. Objetivos

Os recursos obtidos serão destinados para implantação da fábrica-escola de chocolate e de escola nacional de agroecologia na região para atrair jovens para o trabalho agrícola em sistemas agroflorestais.



Número da Instituição: 6

Cooperativa Mista da Flona Tapajós - COOMFLONA

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos e com fins econômicos- Cooperativa.

1.2 Sobre

A COOMFLONA foi fundada em 2005, localizada na Flona dos Tapajós e desde então dedica-se prioritariamente ao manejo sustentável familiar e comunitário de madeira. A COOMFLONA está inserida no ProManejo, programa de apoio governamental que incentiva o manejo florestal como alternativa de geração de renda que garante a produção de madeira sem afetar os serviços ecossistêmicos da floresta.

O plano de manejo da COOMFLONA tem 1.500 hectares e capacidade de 35 mil metros cúbicos de madeira manejada em tora, a ser explorado em 30 anos. Toda a produção é certificada pelo FSC e uma parte é exportada. A Cooperativa tem também entre seus associados, produtores de frutas em sistemas agroflorestais, e realiza o beneficiamento em agroindústria própria para produção de polpas.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Comunidades tradicionais nas Cidades de Belterra, Aveiros e Rurópolis, Estado do Pará.

1.5 Número de pessoas impactadas

23 associações de comunidades e 6 aldeias indígenas fazem parte da cooperativa, o que leva ao redor de 2 mil pessoas impactadas diretamente.

2. Governança

A diretoria é eleita por meio da realização de assembleia geral ordinária e assembleias extraordinárias são convocadas periodicamente para definições estratégicas.

3. Redes e Conexões

A COOMFLONA participa do Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, com sede na capital do Brasil, Brasília.

4. Atuação e Atividade

- Comércio de madeira em tora originária do plano de manejo
- Produção de móveis sob encomenda de designers do sul e sudeste do Brasil
- Beneficiamento de frutas e produção de polpas
- Produção de Biojoias

5. Alcance do empreendimento

Os produtos são comercializados em comunidades próximas, outros Estados e Municípios e mercado internacional com exportações de madeira dos planos de manejo para Europa.

6. Financiamento e Apoios

A COOMFLONA ainda recebeu doações da The Nature Conservancy – TNC e foi beneficiada pelo Edital do Fundo Amazônia.

7. Necessidade financeira estimada

Indicaram a necessidade de R\$3 milhões.

8. Objetivo

Compra de máquinas e equipamentos visando diminuir os custos com aluguel de equipamentos.

Número da Instituição: 7

Cooperativa de Turismo e Artesanato na Floresta – TURIARTE

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos e com fins econômicos, COOPERATIVA.

1.2 Sobre

A TURIARTE foi criada em 2015 e está localizada na RESEX – Tapajós – Arapiuns em Santarém. Com foco em turismo e artesanato tem entre seus membros, em sua grande maioria mulheres, comunitários e comunitárias da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns - Resex e do Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE/Lago Grande, no município de Santarém. É possível saber mais no site:

<https://www.turiarte.com.br/sobre.php>

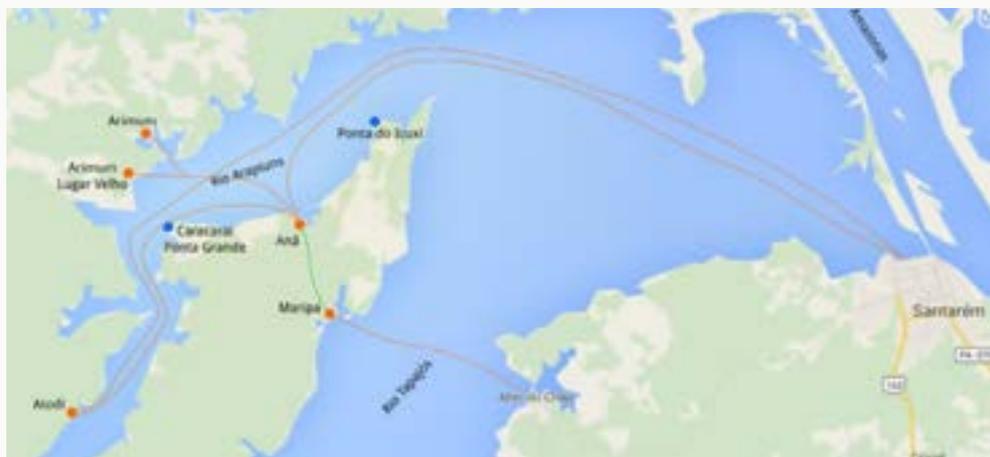
1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Área de 926 mil hectares. A TURIARTE representa 12 comunidades situadas na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Resex) e no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, que estão localizados na cidade de Santarém, no oeste do Pará. É possível verificar pela foto abaixo:

Imagem – Áreas de atuação da Turiarte - Estado do Pará



Fonte: Turiarte, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

Beneficia diretamente 200 pessoas, atingindo cerca de 400 pessoas.

2. Governança

A diretoria é eleita a partir da realização de eleições em a assembleia ordinária e assembleias extraordinárias são realizadas periodicamente. Chama a atenção a existência de critérios afirmativos para que jovens e mulheres tenham cargos.

3. Rede e Conexões

É possível classificar a TURIARTE como um arranjo local de comunidades dedicadas ao turismo e a produção de artesanato que faz uso de forma criativa e sofisticada dos recursos da natureza. A TURIARTE participa da "Rede Artesol" que tem o objetivo de promover a salvaguarda do artesanato de tradição cultural no Brasil.

4. Atuação e Atividades

- Artesanato: tingimento das peças integralmente realizado com matérias primas encontradas na natureza seguindo o ciclo natural das plantas, quando nada é extraído antes da fase adequada para tal.
- Turismo: turismo de Base comunitária, com oito (8) comunidades diretamente envolvidas em bases sustentáveis, incluindo trilhas na floresta, canoagem, pousadas e vivência da cultura local.

5. Alcance do empreendimento

O alcance da TURIARTE é local, regional e internacional, com vendas a empresas, lojas e pessoas físicas. Participa de feiras de arte na América do Sul e recebe encomendas para vendas internacionais. Em março de 2025 participou da feira "Expoartesanias", uma das maiores da América Latina.

A APEX Brasil – Agência de Promoção de Exportações, destacou em nota as atividades da TURIARTE com vendas internacionais a países como os Estados Unidos. Para mais informações no site: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/-lugar-de-mulher-e-no-mundo-inteiro---ressalta-a-diretora-de-ne.html>

6. Financiamento e Apoios

Já recebeu doações da ONG The Nature Conservancy – TNC e apoio da Natura.

7. Necessidade Financeira

Entre R\$100.000,00 e R\$500.000,00.

8. Objetivo

Utilizar os recursos obtidos para melhorar o capital de giro.



Número da Instituição: 8

COPABASE - Cooperativa Regional de Base na Agricultura Familiar e Extrativismo Ltda.

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos e com fins econômicos.

1.2 Sobre

A COPABASE foi fundada em 2008 e reúne entre seus associados, 50 comunidades tradicionais, sertanejos e quilombolas e assentados da reforma agrária, com sede no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais. Apoia agricultores e extrativistas no cerrado mineiro em diversas cadeias da sociobiodiversidade com destaque para o manejo do baru, castanha típica do Bioma do Cerrado. A excelência dos processos produtivos garantiu o apoio do movimento Slow Food e a Certificação Orgânica. Mais informações podem ser acessadas no site: <https://www.copabase.org/>

1.3 Bioma

Cerrado.

1.4 Área de alcance

10 municípios do noroeste de Minas Gerais, incluindo a bacia do Rio Urucuia, área de aproximadamente 1 milhão de hectares nos arredores do Parque Sertão Veredas. As duas imagens abaixo mostram a área de atuação da COPABASE.

Imagem – Áreas de operação da COPABASE - Estado de Minas Gerais, Brasil



Fonte: COPABASE, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

Beneficia diretamente 2.500 pessoas nas 50 comunidades associadas a cooperativa com 200 mulheres apenas no artesanato, nos 17 municípios de sua atuação, acima destacados.

2. Governança

A diretoria é eleita por meio da realização de assembleias gerais ordinárias e realiza assembleias extraordinárias de forma periódica.

3. Rede e Conexões

A COPABASE apoia e participa de redes ou arranjos produtivos, como por exemplo a chamada Rede UAI Uruçuia Grande Sertão, que é composta por 26 empreendimentos, a maioria de agricultores familiares com grande participação de mulheres. Mais informações sobre programas e projetos da COPABASE com a Rede UAI Uruçuia Grande Sertão, podem ser acessadas em: <https://www.copabase.org/programas-e-projetos>

4. Atuação e Atividade

- Plantio de alimentos e frutas em sistema de sistema agroecológico
- Beneficiamento em agroindústria (farinhas, polpas de frutas e açúcar mascavo)
- Coleta e comercialização da castanha de baru, açafraão da terra e urucum
- Produção de mel e pólen
- Artesanato

5. Alcance de Mercado

- Comunidades locais e municípios vizinhos
- Vendas para outros estados e municípios no Brasil
- Exportação de castanhas de baru e artesanato para clientes em Dubai, Canadá, Estados Unidos e França
- Mercados institucionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

6. Financiamento e Apoio

Recebeu financiamento e doações por meio de projetos do BNDES, FUNBIO, Banco do Brasil, SEBRAE e Central do Cerrado (listada como nº 36). Há uma parceria em

andamento com a EMBRAPA em um projeto de geração de créditos de carbono no bioma Caatinga. Obteve empréstimos via PRONAF com o apoio da Conexsus.

7. Necessidades financeiras

R\$1 milhão.

8. Objetivos

Capital de giro para adiantamentos aos membros pela sua produção.



Número da Instituição: 9
Coordenação Estadual das Associações das Comunidades
Remanescentes de Quilombo do Pará – MALUNGU

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A MALUNGU foi criada em 2004 e faz a coordenação de 360 associações em 500 comunidades de quilombolas no Estado Pará com foco na titulação de quilombos, apoio a produção e comercialização de produtos do extrativismo de baixo impacto e agricultura das comunidades associadas. Centrada em trabalhar a viabilidade dos territórios afrodescendentes na Amazônia brasileira, com foco no Estado do Pará, a MALUNGU centra seus esforços na promoção de geração de renda com proteção da biodiversidade e das florestas nas áreas onde atua.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

5 microrregiões do Estado do Pará contemplando aproximadamente 25 municípios.

1.5 Número de pessoas impactadas

600 comunidades quilombolas estimando se um total de 30 mil pessoas impactadas. Dados do IBGE, informam que são 135 mil pessoas autodeclaradas como quilombolas no Estado, de modo que a atuação da MALUNGU cobriria, aproximadamente, 20% da população total de afrodescendentes quilombolas no Estado.

2. Governança

A diretoria é eleita por via de chapas e em assembleias ordinárias que acontecem a cada quatro anos. A MALUNGU possui 5 representantes em cada uma das 5 microrregiões no Estado do Pará, que por sua vez são compostas de 10 a 15 municípios.

3. Rede e Conexões

A MALUNGU participa da CONAQUI - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas. A CONAQUI faz parte da Coalizão Internacional de Territórios Afrodescendentes. Em reunião da Coalizão, abril de 2025, preparatória para a COP 30, estiveram reunidas em Brasília comunidades tradicionais e representantes da sociedade civil quando uma pauta conjunta de reivindicações foi definida, sendo

destacados os seguintes pontos, dentre outros, abraçados pelo MALUNGU:

- Inclusão de afrodescendentes no UFCCC
- Impacto do mercado de carbono nas comunidades
- Dificuldades do financiamento climático alcançar a base
- Importância de viabilizar territórios de afrodescendentes na Amazônia

4. Atuação e Atividade

Extrativismo da castanha e da copaiba, produção de bombom de castanha e agricultura familiar.

5. Alcance do empreendimento

O alcance é local, regional e internacional, com comercialização em comunidades próximas, para outros Estados da federação e aproximadamente 10 associações comunitárias realizam exportações.

6. Financiamento e Apoio

A MALUNGU recebeu apoio da The Nature Conservancy (TNC) e as associações associadas recorrem a fundos comunitários da Amazônia.

7. Necessidade financeira estimada

1.500 milhão de reais.

8. Objetivo

- Capital de giro para pagamento de custos com pessoal em toda a região onde prestam serviços de comercialização da produção.
- Investimentos em projetos de seus associados produção de açaí (manejo sustentável).
- Investimentos em projetos de seus associados para criação de pequenos animais (segurança alimentar).



Número da Instituição: 10

Pousada do Garrido

1.1 Modelo Societário

Empresa com fins lucrativos, Microempresa..

1.2 Sobre

A Pousada do Garrido foi criada em 2011 e é responsável por cerca de 70% da renda gerada na Comunidade do Tumbira. Localiza-se no Município de Iranduba, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, ao lado do Parque Nacional de Anavilhanas e dentro do Mosaico de áreas Protegidas do Rio Negro. De antiga área de extração de madeira se transformou em polo destacado de Turismo de Base Comunitária, atraindo turistas nacionais e internacionais, estudantes do ensino médio, universidades e pesquisadores.

Para mais informações acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=yqteB86sEww> e https://www.facebook.com/PousadaJoseGarrido/photos/?_rdr

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Área (Hectares):102.978,28. De desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

1.5 Número de pessoas impactadas

36 famílias na Comunidade do Tumbira , com 168 pessoas diretamente alcançadas, 40 famílias em mais 4 comunidades da Reserva que integram o circuito do turismo local, gerando renda para em torno de 350 pessoas e preservação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro.

Nas imagens abaixo estão as áreas de proteção que integram o Mosaico Rio Negro e a localização da Pousada do Garrido, na Comunidade do Tumbira.

Imagem: Mosaico - Rio Negro e Documentário Turismo de Base Comunitária no Amazonas



Fonte: Documentário Turismo de Base Comunitária no Amazonas, SPinheiro Consultoria, 2023.

2. Instituições parceiras

A Pousada do Garrido tem parcerias com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Instituto IPÊ, a Universidade Estadual do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas.

3. Atuação e Atividade

Presta serviços:

- 1- Hospedagem,
- 2 - Passeios de barco pelo Mosaico de Unidades de Conservação do Rio Negro UCs,
- 3 - Trilhas na Floresta,
- 4 - Artesanato madeira e sementes,
- 5 - Festas culturais,
- 6 - Produção e Vendas locais de farinhas, goma, frutas e pescado.

4. Financiamento e Apoio

Recebeu apoio e financiamento durante sua construção de instituições Coca Cola, Samsung, Siemens, e Banco Bradesco viabilizados pela FAS (Fundação Amazonas Sustentável).

5. Necessidade financeira estimada

Entre R\$300.000,00 e R\$500.000,00.

6. Objetivos

- Incremento na qualidade dos serviços prestados na pousada; proporcionar ao turista mais experiências na floresta, e conscientização da importância de sua manutenção.
- Recursos adicionais para alívio das emergências climáticas são uma preocupação, como secas e alagamentos frequentes na região.



Número da Instituição: 11

Rede de Agroecologia Povos da Mata

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Rede Povos da Mata é uma associação fundada no ano de 2015, sediada na Bahia. Ela coordena, realiza o beneficiamento e realiza a comercialização dos produtos de seus associados. Tem como meta gerar renda com aumento da produção por meio do incentivo aos sistemas agroecológicos e com a qualidade da certificação orgânica - Brasil Orgânico. Para maiores informações consultar: <https://povosdamata.org.br/>

1.3 Biomas

Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga

1.4 Área de alcance

Sua área de atuação concentra-se em regiões no Estado da Bahia e pequenas áreas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Na Bahia divide-se em 6 núcleos de atuação (1 - Núcleo Monte Pascoal, 2 - Núcleo Serra Grande, 3 - Núcleo Pratigi, 4 - Núcleo Raízes do Sertão, 5 - Núcleo Mongoió, 6 - Núcleo de Recôncavo)

A área de atuação da Rede Povos da Mata pode ser mais bem observada na figura abaixo:

Imagem – Área de alcance da Rede de Agroecologia Povos da Mata



Fonte: Rede de Agroecologia Povos da Mata, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

1.173 agricultores foram certificados pela Rede Povos da Mata e mais 10 mil são assistidos pela Rede Povos da Mata.

2. Governança

Sua diretoria é eleita a partir da realização de eleições em Assembleias a cada dois anos.

3. Atuação e Atividade

A Rede é uma prestadora de serviços de comercialização e de certificação participativa orgânica, realizado através da OPAC – organismo participativo e avaliação da conformidade, credenciado no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

Seus associados são produtores agrícolas e dentre os produtos destacam-se:

- Café arábica, cacau, cupuaçu, cravo da Índia e guaraná
- Frutas (manga, uva, melão melancia)
- Biscoitos, farinhas e frutas desidratadas

4. Alcance do empreendimento

O alcance da Rede de Agroecologia Povos da Mata é local, municípios e comunidades vizinhas, e regional com comercialização para outros Estados da federação.

5. Financiamento e Apoio

Fundo de Desenvolvimento Comunitário Tabôa listado no nº27, Instituto Arapyauí, Muká - Plataforma Ecológica, FIDA – investindo nas populações rurais.

6. Necessidade financeira estimada

2 milhões de reais.

7. Objetivos

- Alcançar 3 mil agricultores certificados até o ano de 2030
- Contratações e fortalecimento da governança com criação de diretoria executiva
- Construir entrepostos para os produtos agrícolas

Número da Instituição: 12

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos e com fins econômicos.

1.2 Sobre

Cooperativa criada em 2004 no Estado da Bahia por grupo de 44 pessoas, sendo metade de mulheres que queriam melhor organizar, produzir e comercializar a produção de suas famílias. Hoje, a prioridade é preservar os serviços ecossistêmicos da área em que atua, por meio da proteção do umbuzeiro, árvore típica do Bioma da Caatinga, que tem a qualidade de conservar água em suas raízes. O umbuzeiro pode realizar um estoque de água chegando até 1.000 litros. Além disso, seu fruto, o umbu, é comestível e comercializado in natura ou beneficiado para muitas finalidades apreciadas na comida gourmet, como geleias, doces, compotas, sucos e bebidas alcólicas. Seus produtos têm certificação de Fair Trade e integram o movimento Slow Food. Além disso, a COOPERCUC é hoje um importante polo de educação e assistência técnica rural para agricultores da região. Para maiores detalhes consultar: <https://coopercuc.com.br/>

Abaixo imagens de alguns de seus produtos mais apreciados:

Imagem - Cerveja de umbu Belgian e geleias orgânicas de maracujá e umbu



Fonte: Coopercuc, 2025

1.3 Bioma

Caatinga

1.4 Área de alcance

As atividades da COOPERCUC se estendem a três municípios, Uauá, Canudos e Curaçá que correspondem a 12.487 km quadrados no semiárido da Bahia. Trabalha com fábrica central, na cidade de Uauá, e 18 unidades de beneficiamento localizadas em 18 comunidades rurais nas cidades de Canudos e Curaçá.

Imagem- Área de atuação da Cooperuc



Fonte: COOPERCUC, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

A COOPERCUC tem 180 associados e destes, 65% são mulheres. Cerca de 450 famílias trabalham na cooperativa, populações tradicionais da categoria reconhecida legalmente, como "comunidades de fundo de pasto".

2. Governança

A COOPERCUC realiza eleições e as decisões são por assembleias gerais. Tem critérios afirmativos para estimular a participação de mulheres e jovens em cargos de direção.

3. Rede e Conexões

Integra as redes Articulação Nacional de Agroecologia, Articulação Semiárido Brasileiro, Rede Slow Food Brasil, dentre outras voltadas ao incentivo ao cooperativismo.

4. Atuação e Atividade

Dentre os principais produtos da COOPERCUC destacam-se:

- Geléias e doces
- Sucos variados
- Polpas de frutas
- Maracujá da caatinga (com ementas vendidas para a empresa L'Occitane
- Bebidas alcoólicas (cervejas e cachaças de umbu)

5. Alcance do empreendimento

A COOPERCUC tem alcance local, vendendo a municípios e comunidades próximas, bem como para outros Estados e Internacional por meio de exportações para França, Alemanha e o Reino Unido.

Vende ao mercado institucional: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

6. Financiamento e Apoio

- Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Confederação Nacional da Agricultura - CNA, dentre outros apoios.
- Doação da Caritas EUA: construção de unidade de beneficiamento.
- Doação do Slow Food Brasil: construção de 13 unidades de beneficiamento da fruta em comunidades da região.

Se beneficiou de linhas de recursos concessionais de instituições financeiras como Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

7. Necessidade Financeira Estimada

BRL 650,000.

8. Objetivos

Investir na promoção das exportações.

Número da Instituição: 13

Orgânicos do Quintal

1.1 Modelo Societário

Empresa com fins lucrativos – Unidade Produtora Familiar.

1.2 Sobre

A Orgânicos do Quintal fica na cidade de Barro Alto Bahia e tem 30 anos de existência. Seu nome faz referência às famílias de agricultores que produzem nos quintais de suas casas muitas vezes de não mais de 100 metros quadrados de extensão. A Orgânicos do quintal, produz e dissemina entre os agricultores familiares de sua região, técnicas agroecológicas que permitem uma combinação de plantios em um mesmo espaço. O grupo possui agroindústria para beneficiamento da produção de agricultores locais. Integram a Rede Povos da Mata, detalhada no n. 11 desse mapeamento e tem a certificação orgânica para produtos e processos.

Imagem - Produtos e time do “Orgânicos do Quintal”



Fonte: Orgânicos do Quintal, 2025

1.3 Bioma

Caatinga

1.4 Área de alcance

A Quintais orgânicos agrega unidades produtivas em 16 cidades das 20 que compõe a microrregião de Irecê, Estado da Bahia.

1.5 Número de pessoas impactadas

Seis famílias envolvidas diretamente e indiretamente são 152 famílias de agricultores familiares.

2. Governança

É um empreendimento familiar com fins lucrativos com CAF – cadastro de agricultor familiar.

3. Rede e Conexões

A Orgânicos do Quintal integra a Rede Povos da Mata e a Associação Núcleo Raízes do Sertão.

4. Atuação e Atividade

Vendas de produtos agroflorestais orgânicos in natura e beneficiados com certificação orgânica, dentre eles: vinagres, extrato de tomate, cervejas, vinhos, geleias, feijões, frutas, temperos e farinhas

5. Alcance comercial do empreendimento

Comercialização local, em comunidades próximas e principalmente em feiras livres como a FEBAPS - Feira Baiana da Agricultura Familiar e Solidária. Alguns de seus produtos são vendidos nas cidades de Ilhéus, Itabuna, Salvador por meio de site de entrega de produtos orgânicos.

6. Financiamento e Capacitação

A Orgânicos do Quintal já realizou empréstimo com o PRONAF, CRESOL, Banco do Nordeste e o Fundo de Desenvolvimento Comunitário da Tabôa.

7. Necessidade financeira estimada

Total de R\$450.000,00.

8. Objetivo

Ampliar a capacidade de processamento da agroindústria.

Número da Instituição: 14

Associação do Povo Jiahui

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Terra Indígena Jiahui está localizada em Humaitá, município do sul do Amazonas, a cerca de 100 km da sede municipal pela BR-230 (Transamazônica). O território possui em torno de 48 mil hectares e faz limite com as Terras Indígenas Tenharim e Pirahã, assim como com a Floresta Nacional Humaitá. Expulsos de sua área na década de 70, a partir da década de 90 do século passado os Jiahui, começam a retornar e reocupar o seu antigo território em área de pressão próxima da transamazônica. O povo Jiahui pertence ao grupo étnico Kagwahiva, a maioria fala português e atualmente vivem em 3 aldeias. A imagem abaixo mostra a localização da Terra Indígena do Povo Jiahui.

Imagem – Área de operação da Associação do Povo Jiahui



Fonte: Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ), 2025

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Suas atividades são realizadas na região sul do Estado do Amazonas, mais especificamente, envolvendo áreas às margens do rio Purus e rio Madeira. Aproximadamente 48 mil hectares de prestação de serviços ambientais na defesa da floresta, ameaçada por interesses econômicos relacionados a agropecuária e extração de madeira ilegal.

1.5 Número de pessoas impactadas

Diretamente 125 indígenas do Povo Jihai.

2. Governança

Governança participativa com definição de cargos através de assembleias e votações.

3. Atuação e Atividade

Destacam-se com a coleta e venda de castanha e açaí, plantio de hortas, a pesca e a produção de farinha.

4. Alcance comercial do empreendimento

Vendem todos os seus produtos em comunidades próximas através do comércio ribeirinho ou comunitário, e comercializam para outros estados e municípios.

5. Financiamento e Capacitação

Apoio da OPAN detalhada no nº33 para projetos com valores em torno de 10 mil reais e do IDESAM integrando o seu Programa Manejo Florestal. Recebeu aportes de fundos Comunitários em torno de R\$ 50 mil.

6. Necessidade financeira estimada

R\$ 1 milhão de reais.

7. Objetivos

- Criação de agroindústria para processamento de frutas
- Formação em educação em gestão e financeira continuada, construir capacidades contábeis e comerciais

Número da Instituição: 15

Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos e com fins econômicos.

1.2 Sobre

A Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá, fundada em 1995, é localizada no Estado do Pará, região do Baixo Tocantins, área em que se concentram muitas cooperativas produtoras. Os associados da Cametá fazem a coleta de sementes oleaginosas vendidas em natura e beneficiadas dirigidas para o setor de cosméticos e médico(artesanal). Além disso, promovem iniciativas de coordenação e comercialização da produção agrícola de seus associados detendo agroindústria própria.

<https://www.apacc.org/arquivos/portfolios/PORTFOLIO-CART.pdf>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Município de Cametá com fornecedores em outros municípios da região do Baixo Tocantins. A área corresponde a 34.600 Km quadrados de atuação.

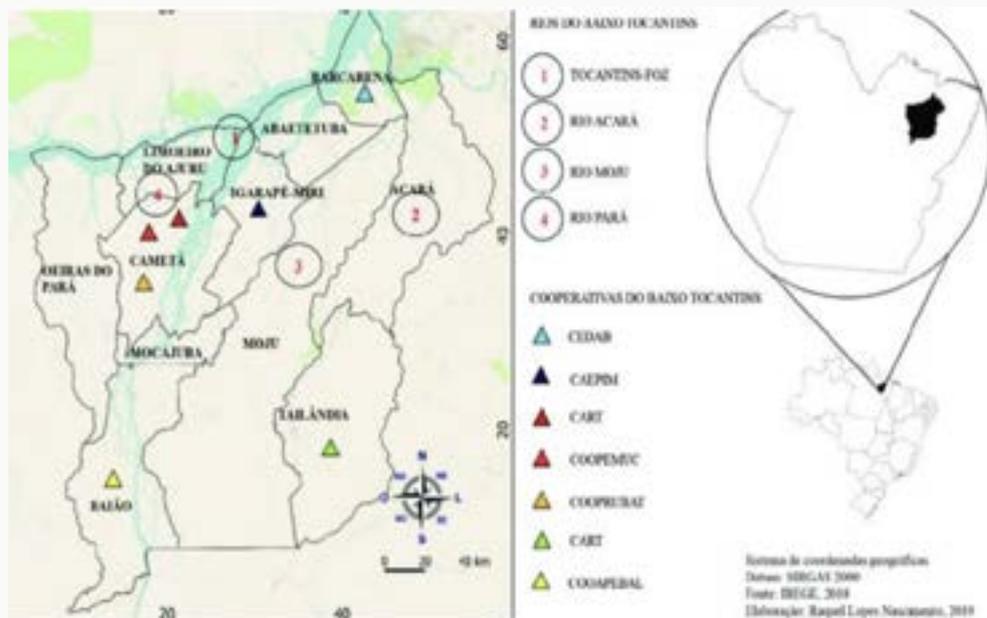
1.5 Número de pessoas impactadas

114 cooperados diretos e 190 cooperados indiretos chegando a 304 cooperados. Considerando as famílias dos associados o impacto direto chega a 1500 pessoas aproximadamente.

Na página seguinte, ilustração em que se observa a concentração de cooperativas na região do Baixo Tocantins Pará.



Imagem – Mapa de Localização da Região de Integração do Tocantins



Fonte: cooperativismo e o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar no baixo tocantins, 2020

2. Governança

Governança participativa com definição de cargos através de eleições e assembleias.

3. Atuação e Atividade

Vende produtos agroflorestais orgânicos in natura e processados, incluindo sementes oleaginosas, polpas de frutas, farinhas de mandioca e tapioca. Alguns de seus produtos são:

- Azeite de andiroba (artesanal)
- Óleo de copaíba (artesanal)
- Mel de Abelha
- Farinhas variadas
- Feijões
- Polpas de frutas
- Sementes oleaginosas in natura (murumuru, andiroba, cupuaçu, ucuuba)

4. Alcance comercial do empreendimento

Comercialização em comunidades próximas e municípios vizinhos, além da Prefeitura de Cametá dos produtos beneficiados e as sementes in natura vendidas

para a empresa Natura.

5. Financiamento e apoios

- Doações decorrentes de projetos - Fundo Amazônia e Misereor - ally for a just world.
- Recebeu empréstimo em operação com Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA realizado com a Securitizadora Vert e empresa Natura.
- Obteve recursos de fundos comunitários entre R\$ 50 mil e R\$200 mil

6. Necessidade financeira estimada

R\$ 300 mil

7. Objetivo

Ampliação de beneficiamento da produção agrícola dos associados.



Número da Instituição: 16

Centro das Plantas Mediciniais de Olawatawa

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Criado em 2015, o Centro de Plantas Mediciniais Olawatawa dedica-se à saúde indígena e às plantas medicinais. O Centro das Plantas Mediciniais de Olawatawa fica na Aldeia Paiter Suruí, no Estado de Rondônia, local de origem da líder Txai Suruí jovem indígena, com atuação destacada na COP26. O centro tem por objetivo produzir uma "revolução ecológica" unindo tecnologias ancestrais e contemporâneas, manejando hoje 56 espécies de plantas para cura de doenças e cuidados nas aldeias. Para maiores detalhes consultar o canal no youtube do Centro das Plantas Mediciniais de Olawatawa: <https://www.youtube.com/@olawatawah>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Terra Indígena Sete de Setembro situada no limite entre os Estados de Roraima e do Mato Grosso. Área de 248 mil hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

10 famílias e 40 pessoas diretamente ligadas com o Centro Olawatawa e mais 1.490 pessoas beneficiadas - população total do território onde estão suas aldeias.

2. Governança

Governança participativa com definição de cargos definidos entre as lideranças das aldeias.

3. Rede e Conexões

Se identificam como uma rede de comunidades indígenas voltada para a preservação de técnicas da saúde com base em plantas medicinais; e integram a Rede Legado Integrado da Região Amazônica (LIRA).

4. Atuação e Atividade

- Recebem turistas e pesquisadores interessados em plantas medicinais, comercializando extratos produzidos a partir de 56 diferentes plantas medicinais

identificadas até o momento.

- Na região existem projetos de restauração florestal com plantação de mudas de plantação de açaí, castanha e caju e mogno.

5. Alcance do Centro de Plantas Medicinais

Vendem seus produtos nas comunidades próximas e para outros estados e municípios.

6. Financiamento e Capacitação

- Rede LIRA: doação

- Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE: doação para a construção do Centro Olawatawa no território no valor de R\$150 mil reais.

- Fundos comunitários: R\$200.000,00 a R\$500.000,00

7. Necessidade financeira estimada

R\$ 2 milhões.

8. Objetivos

Recursos para construção de capacidades comerciais e contábeis por meio de educação continuada, e apoio para projeto de ampliação de um centro de pesquisas e construção de Hospital indígena no território.



Número da Instituição: 17

Associação UASEI dos Povos Indígenas do Oiapoque

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A região do Oiapoque situa-se no extremo norte do Brasil, Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. Na área encontram-se as etnias Palikur, Galibi Marwono, Galibi Kalinã e Galipuna, moradores das três terras indígenas de Uaçá, Juminá e Galibi. A coleta e consumo do açaí é parte da cultura dos indígenas, e Uasei é a denominação do açaí na linguagem indígena. A Associação possui agroindústria onde realiza o beneficiamento do açaí, comercializado em polpas ou em pó liofilizado. São 18 aldeias coletando e processando o açaí e mais de 10 mil litros de processados por ano.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

518.454 hectares, terras indígenas de Uaçá, Juminá e Galibi.

1.5 Número de pessoas impactadas

8.158 pessoas moradoras da região do Oiapoque.

2. Governança

Decidem os cargos por assembleias e eleições, e possuem critérios afirmativos para inclusão de jovens e mulheres na diretoria..

3. Rede e Conexões

Integram a Rede Diálogos Pro-Açaí e a Câmara de Produtos da Sociobiodiversidade do Amapá (CAMAP).

4. Atuação e Atividades

Coleta e processamento de açaí para venda em polpa ou em pó liofilizado.

5. Alcance comercial do empreendimento

- Vende localmente e possui loja na cidade de Oiapoque e para outros Estados e Municípios.
- A cadeia produtiva recebeu a certificação sanitária do Ministério da Agricultura para realizar exportações.

Imagem – Loja Empório Uasei na cidade de Oiapoque



Fonte: Empório UASEI, 2025

6. Financiamento e Apoios

ONG IEPÉ mapeada no n.º35, The Nature Conservancy e Rainforest Foundation Norway. Acessou recursos de Fundos comunitários - entre R\$50.000,00 e R\$200.000,00.

7. Necessidade financeira estimada

R\$ 1 milhão de reais.

8. Objetivos

Ampliar a capacidade da agroindústria para processamento do total da safra anual, e iniciar exportações. Atualmente processam apenas 30% da safra, e o excedente fica com atravessadores; querem ter capacidade para processar 100%.

Número da Instituição: 18

Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA)

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura – ACESA é uma organização não governamental criada em 1986 na região do médio Mearim/Maranhão; está localizada em área do MATOPIBA, zona de grande vulnerabilidade ambiental. A ACESA tem a marca Girau do Mearim reconhecida pelos consumidores como vendedora de alimentos saudáveis produzidos por agricultores que respeitam a natureza e utilizam seus recursos de forma consciente. Atualmente, a marca comercializa frutas e hortaliças orgânicas, cachaças orgânicas, polpas de frutas e artesanatos. Tem três linhas de atuação: Programa I - Produção Agroecológica e comercialização solidária, Programa II – Fortalecimento dos sujeitos da agricultura familiar solidária e Programa III – Desenvolvimento e Gestão Institucional.

1.3 Biomas

Amazônia e Cerrado (área de transição).

1.4 Área de alcance

11 municípios do Estado do Maranhão e 4 comunidades quilombolas. Área de 1.968,796 km² (3,6% da extensão total do Estado do Maranhão).

1.5 Número de pessoas impactadas

11.499 mil agricultores impactados diretamente.

2. Governança

Governança participativa com assembleias e eleições para definição de cargos.

3. Rede e Conexões

Se identifica como uma rede ou arranjo produtivo e integra a rede: “Elas em Rede: Fortalecimento de Grupos de Mulheres e Agroecologia nos Territórios de Babaçuais”.

4. Atuação e Atividade

A ACESA vende produtos das cadeias de manejo florestal não madeireiro extrativista, assim como artesanato e produtos agrícolas em sistemas agroflorestais. Também produz cachaça orgânica, frutas, hortaliças e polpas de frutas beneficiadas em agroindústrias

localizadas em três unidades familiares de produção no Maranhão:

- **Polpas Preservada** – Poção de Pedras;
- **Polpas Novo Horizonte** – Centro dos Cocos Community, São Luís Gonzaga;
- **Agropolpa** – Comunidade Santa Luzia. Lago Verde.

5. Alcance do empreendimento

São parte de um arranjo local produtivo, comercializando para comunidades próximas e municípios vizinhos, contribuindo com a segurança alimentar de região, cujas unidades produtivas familiares são pressionadas por interesses econômicos ligados à MATOPIBA.

6. Financiamento e Apoio

- **Fundação Avina**: projeto de incentivo à agroecologia;
- **Misereore e Die SternSinger**: projeto de incentivo à agroecologia e adaptação às mudanças climáticas;
- **Fundo Amazônia e Fundo Babaçu**: projeto “Elas em Rede: Fortalecimento de Grupos de Mulheres e Agroecologia nos Territórios de Babaçuais”;
- **Fundo Casa Socioambiental**: mulheres em Rede Tecendo Fibras e Construindo Justiça Climática;
- **ISPN- Instituto Sociedade, População e Natureza**.

7. Necessidade financeira estimada

Entre R\$200.000,00 e R\$500.000,00.

8. Objetivo

Reforço na logística e transporte para as atividades comerciais.

Número da Instituição: 19

Coletivo Agentes Agroflorestais Quilombolas – AQQ

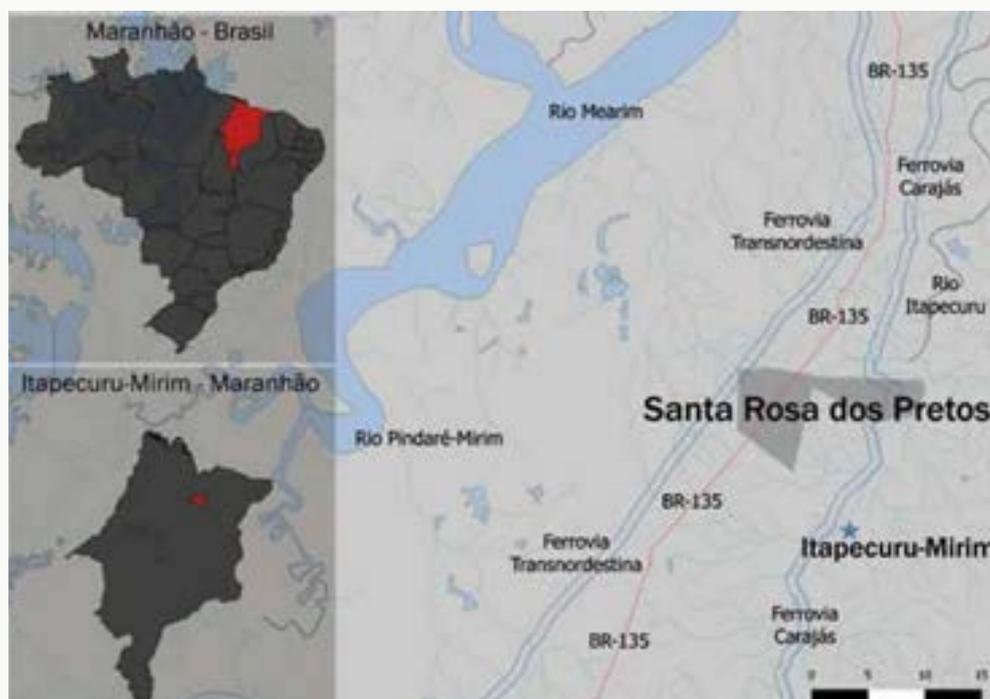
1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O Coletivo jovens Agentes Agroflorestais Quilombolas (AAQ) do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, no município de Itapecuru-Mirim (MA), é formado por jovens, meninas e meninos afrodescendentes. A área faz parte do MATOPIBA, zona criticamente ameaçada pela expansão do agronegócio. O coletivo surgiu no ano de 2017, com o intuito de recuperar o principal igarapé (rio) do território, o Simaúma. O AAQ tem como seus principais eixos de atuação a implantação de agricultura com base em sistemas agroflorestais, preservação das águas, soberania alimentar, educação e incidência política para garantia do território.

Imagem – Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos e área de atuação do Coletivo Jovens Agentes Florestais Quilombolas.



Fonte: Coletivo Agentes Agroflorestais Quilombolas, 2025

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

O território dos quilombolas fica situado em área denominada de "Corredor Carajás" que tem 7.496,9184 hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

4.200 pessoas vivendo no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos.

2. Governança

Governança participativa com forte participação feminina e de jovens lideranças cujos antepassados foram vítimas de escravidão em suas formas mais perversas na região.

3. Atuação e Atividade

- Assistência técnica em sistemas agroflorestais para agricultura familiar
- Produção de hortaliças
- Feijões e farinhas
- Extrativismo do babaçu
- Turismo de base comunitária - Etnoturismo – cultura africana.

4. Alcance do empreendimento

Comércio local em comunidades próximas, praticam comércio ribeirinho e comunitário.

5. Financiamento e Apoios

Tem apoio e parcerias com o grupo de pesquisa GEDMMA – Desenvolvimento, modernidade e meio ambiente – UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

6. Necessidade financeira estimada

R\$150 mil.

7. Objetivos

- Capacitação e treinamentos em gestão e finanças para acesso a empréstimos e investimentos em condições diferenciadas para aumentar a produção agroflorestal e investir em etnoturismo focado na cultura africana.
- Fortalecimento por meio de capacitação e assistência técnica para que acessem o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Número da Instituição: 20

Associação Casa das Águas

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Associação Casa das Águas engloba comunidades da unidade de conservação Reserva Extrativista Tauá-Mirim em processo de demarcação. As comunidades associadas atuam principalmente na pesca e extrativismo costeiro e marinho, e suas atividades são fortemente afetadas pelos portos de escoamento de grãos e dejetos químicos provenientes do agronegócio e mineradoras. Lideranças comunitárias definem a região como uma "zona de sacrifício" social e ambiental. A urgência na legalização da RESEX é tida por suas lideranças como medida urgente de conservação dos manguezais, nascentes e babaçuais, que servem como refúgio para diversas espécies de fauna e flora no Bioma da Amazônia.

1.3 Biomas

Amazônia e Cerrado (área de transição).

1.4 Área de alcance

RESEX de Tauá-Mirim é situada no sudoeste do município de São Luís do Maranhão, com 16.663,55 hectares. A região abrange comunidades tradicionais Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, Porto das Arraias, Parnauaçu, Portinho, Jacamim, Amapá, Ilha Pequena, Embaubal e Tauá-Mirim, além de outras 19 comunidades de seu entorno.

1.5 Número de pessoas impactadas

Cerca 20.000 pessoas que vivem nas comunidades da Resex e de seu entorno.

2. Governança

Governança participativa através de assembleias e eleições.

3. Rede e Conexões

Se identificam como uma rede ou arranjo e afirmam integrar redes e arranjos produtivos.

4. Atuação e Atividade

- Comércio de produtos agroflorestais in natura provenientes de agricultura familiar;
- Extrativismo costeiro e marinho
- Pescados

- Frutas nativas
- Turismo de base comunitária (Etnoturismo e artesanato)

5. Alcance do empreendimento

Comercializam para comunidades próximas e atendem a outros Estados e Municípios, fornecendo também a restaurantes locais.

6. Financiamento e Apoios

Em 2023, Associação Casa das Águas foi beneficiada com apoio por meio da instituição Fundo Brasil, que foi utilizado através da Tijupa (instituição nº 37 mapeada neste relatório), para o processo de criação da Associação Casa das Águas, utilizado na construção de sua sede.

Financiamento de fundos comunitários - entre R\$200.000,00 e R\$500.000,00.

7. Necessidade financeira estimada

R\$250.000,00.

8. Objetivos

- Restauração e ampliação do prédio da Casa das águas para capacitação e treinamentos em novas técnicas voltadas à pesca e qualificação de jovens pescadores.
- Fortalecimento da capacidade de organização comunitária da Associação Casa das Águas.



Número da Instituição: 21 COOPERASSO

1.1 Modelo Societário

Instituição com fins econômicos e sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Cooperasso é uma cooperativa localizada no bairro Guapiruvu, no Município de Sete Barras (SP), Vale do Ribeira, em 1990. Trata-se de um arranjo produtivo que viabiliza atividades econômicas e o trabalho das famílias agricultoras, abrangendo três associações que atuam na luta por políticas públicas, regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar. Os agricultores adotam práticas agrossilvipastoris inspiradas na agricultura sintrópica de Ernst Götsch, promovendo sistemas agrossilvipastoris que integram árvores, cultivos e biodiversidade, contribuindo para a segurança alimentar, a regeneração ecológica e a resiliência climática. A Cooperasso mantém uma estrutura coletiva de logística e pós-colheita, com equipamentos compartilhados.

1.3 Bioma

Mata Atlântica.

1.4 Área de alcance

A comunidade tem 8 mil hectares, os plantios ocupam de 800 a mil hectares; com pequenos agricultores familiares ocupando de 250 a 300 hectares o restante de vegetação nativa protegida.

1.5 Número de pessoas impactadas

120 famílias cooperadas, 30 envolvidas na gestão; cerca de 500 pessoas.

2. Governança

Governança participativa com eleições e convocação de assembleias extraordinárias.

3. Rede e Conexões

Se identifica como uma rede, e faz parte de diversas outras como:

- **COOPERCENTRAL Vale do Ribeira:** articulação regional voltada à economia solidária, da qual a COOPERASSO é co-fundadora. A rede contempla cerca de 1.500 famílias, reunindo 13 instituições do segundo e terceiro setor, três cooperativas e dez associações.
- **Rede Solidária Sete Barras:** iniciativa municipal coordenada pela COOPERASSO com núcleos de organização e cooperação solidária.
- **Rede Juçara Viva:** articulação interestadual que fomenta a cadeia de valor da palmeira

juçara em toda a Mata Atlântica.

- **Rede Juçara Paulista:** foco em pagamento por serviços ambientais e comercialização de sementes para programas de reflorestamento do governo de São Paulo.

- **Rede Lagamar Agroflorestal:** rede regional dedicada à promoção de sistemas agroflorestais.

- **Rede Paulista de Agroecologia:** articulação estadual que reúne organizações engajadas na transição agroecológica.

- **Sistema Participativo de Garantia (SPG):** sistema de certificação de produtos agroecológicos, no qual os próprios produtores realizam auditorias cruzadas, com reconhecimento do MAPA.

- **Organização de Controle Social Vó Rosa:** rede local voltada à conformidade de produtos agroecológicos comercializados em mercados institucionais..

4. Atuação e Atividade

Vende produtos agroflorestais sazonais in natura e beneficiados, e tem a banana e pupunha como seus principais produtos.

5. Alcance do empreendimento

- Comercialização local e outros Estados

- Mercado institucional do governo federal - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

6. Financiamento e Apoio

- A Cooperasso tem a Forest Trends como uma de suas principais apoiadoras e, ao longo de seus 28 anos de atuação, já captou cerca de R\$30 milhões junto a diversas organizações, demonstrando forte capacidade técnica e política para mobilização de recursos.

- Recebeu apoio da Fundação Getúlio Vargas e da Cardiff University: 35 mil libras para um projeto de ciência cidadã.

- A cooperativa mantém parcerias com universidades como UFSCAR e UNICAMP: suporte técnico e científico — entre os projetos a criação de abelhas nativas para mitigar os impactos da baixa polinização.

- Programa Ecoforte, do Governo Federal: construção de unidade de processamento de alimentos, produção de sorvetes com frutas nativas.

- Recebem pagamentos por serviços ambientais pelo plantio de juçara.

- Recursos do Fundo Casa Socioambiental para realizar feiras quinzenais com produtos agroflorestais.

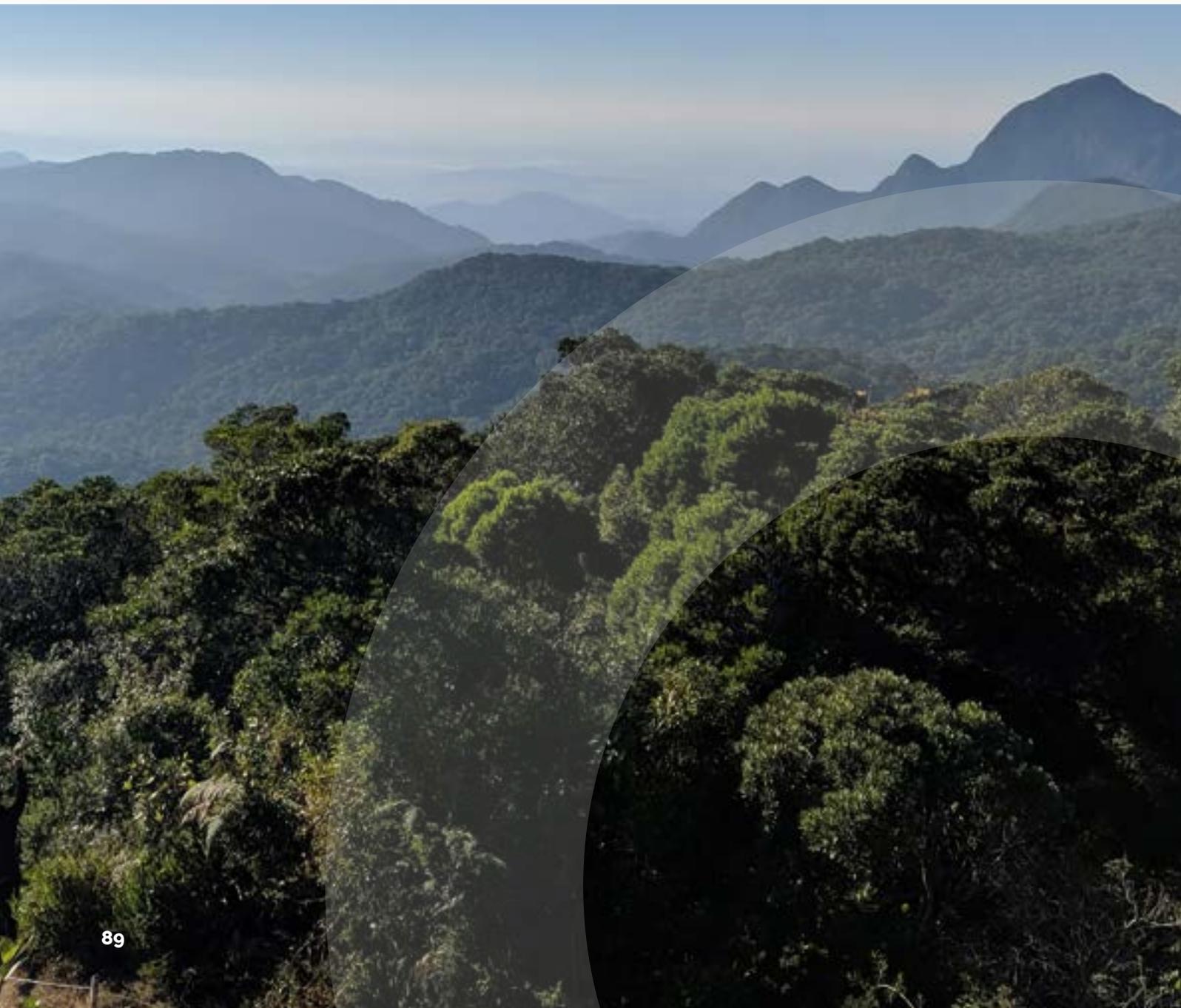
- A Cooperasso já acessou linhas de crédito e avalia positivamente essa experiência, embora reconheça as dificuldades em acessar recursos de determinadas políticas públicas devido à ausência de regularização fundiária nas terras da comunidade.

7. Necessidades financeiras

Necessidade estimada em R\$400.000,00.

8. Objetivo

Busca fortalecer três frentes principais: a ampliação do centro comunitário, que é o espaço para atividades e encontros das famílias cooperadas e da comunidade em geral; a viabilização do acesso a empréstimos com condições diferenciadas, além da atração de novos investimentos; e o aprimoramento das estruturas voltadas à logística e ao processamento da produção.



Seção 3.2 - Fundos Comunitários

Esta seção contém as descrições dos sete Fundos Comunitários que foram selecionados para fazer parte do portfólio. O gráfico abaixo mostra a distribuição, por estado, das sete instituições classificadas como Fundos Comunitários neste portfólio (uma única instituição pode atuar em mais de um estado).

Imagem – Distribuição, por estados brasileiros, das sete instituições classificadas como Fundos Comunitários neste portfólio.

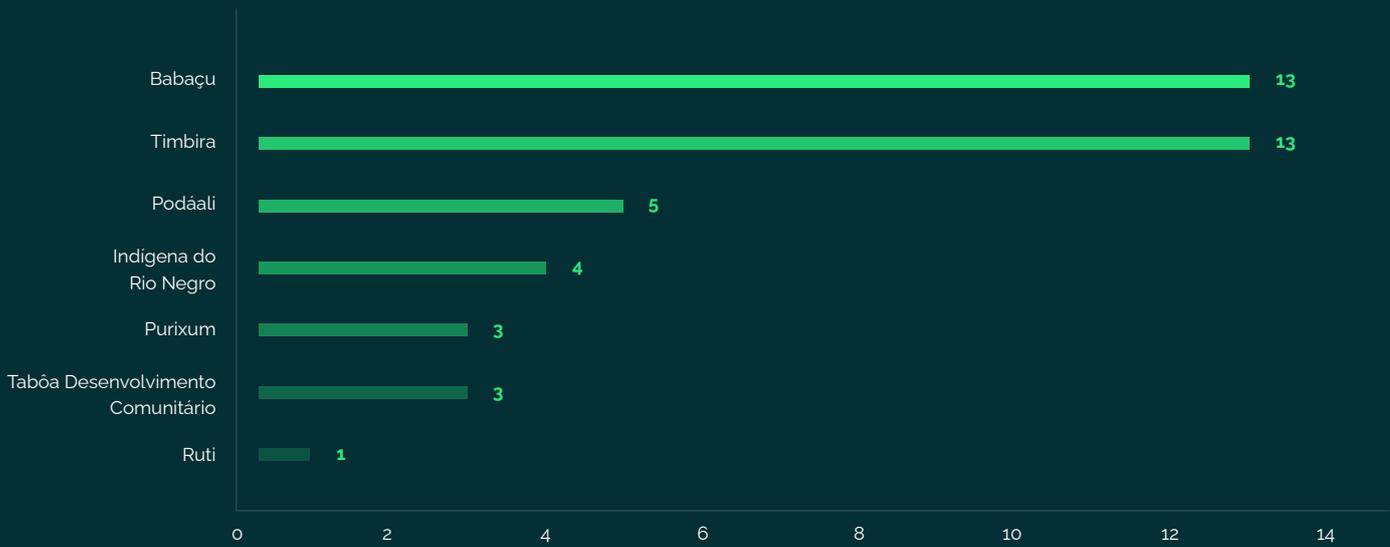


Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.

Os Fundos Comunitários foram definidos pelos entrevistadores como desenvolvidos e geridos por populações tradicionais e indígenas, oferecendo uma alternativa eficaz para o acesso a financiamento para empreendimentos de base comunitária. O perfil dos fundos comunitários selecionados para este portfólio foi apresentado na seção n. 2.1 e, a seguir, seus principais aspectos e características são apresentados individualmente.

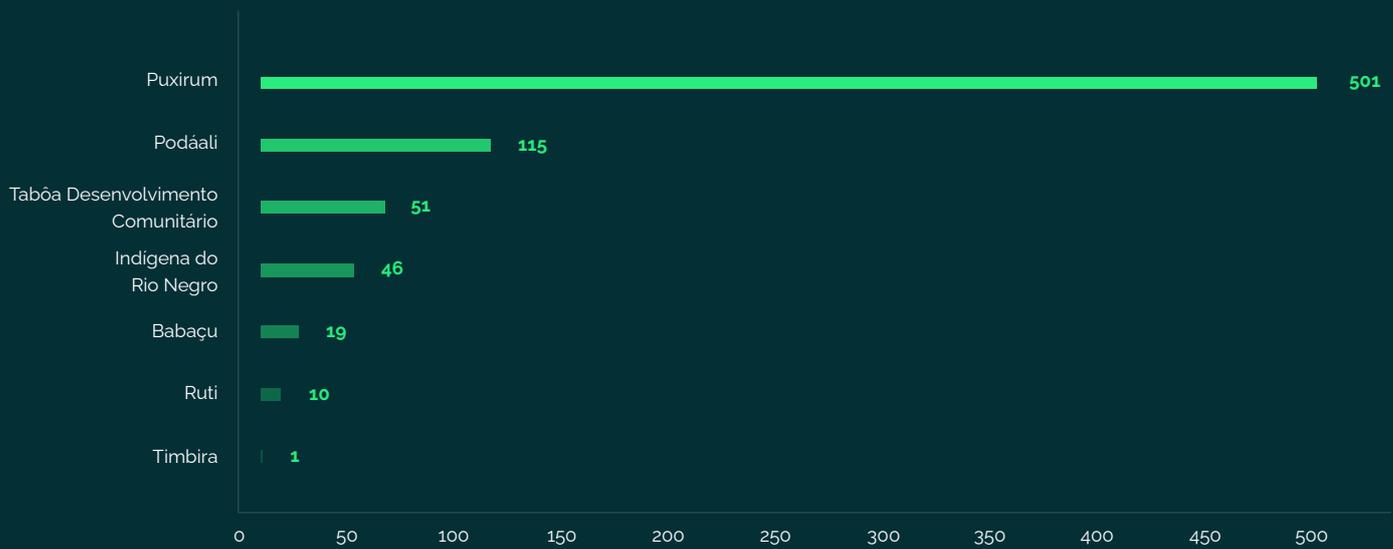
As informações sobre cada Fundo Comunitário foram obtidas por meio de questionários e entrevistas com seus diretores e lideranças, todos pertencentes a populações tradicionais. Mas, antes de apresentar individualmente cada fundo comunitário, é importante primeiro comparar algumas características-chave dos sete fundos comunitários incluídos neste portfólio. Essa comparação pode ser vista nos gráficos mostrados nas sete imagens abaixo.

Anos de existência até o ano de 2025 por nome do Fundo Comunitário



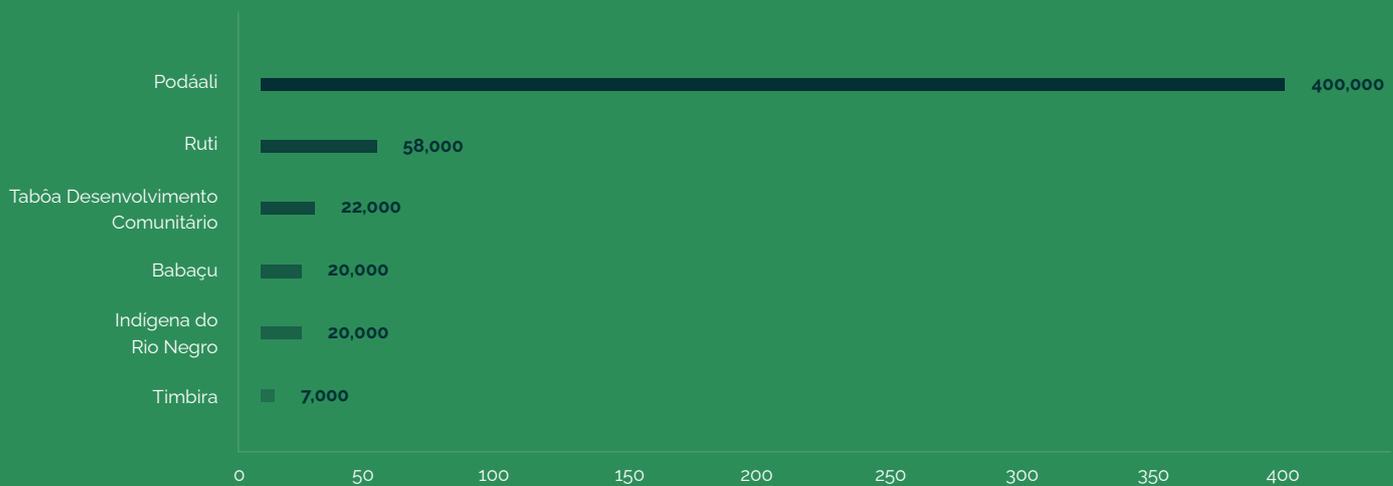
Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.

Área de cobertura (milhões de hectares) por nome do Fundo Comunitário



Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.

Número de pessoas impactadas por fundo comunitário



Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.

Valor médio anual de orçamento gerenciado

Fundo Comunitário (nome)	R\$ 100.000 até R\$ 500.000	R\$ 500.000 até R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.000 até R\$ 2.000.000
Babaçu		✓	
Podáali	✓		
Puxirum		✓	
Indígena do Rio Negro			✓
Ruti			✓
Tabôa Desenvolvimento Comunitário	✓		
Timbira		✓	

Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025

Média do apoio financeiro recebido por projetos dos fundos comunitários

Fundo Comunitário (nome)	R\$ 0.000 to R\$ 50.000	R\$ 50.000 to BRL 200.000
Babaçu		✓
Podáali		✓
Puxirum		✓
Indígena do Rio Negro		✓
Ruti		✓
Tabôa Desenvolvimento Comunitário	✓	
Timbira	✓	

Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.



Média anual dos projetos apoiados pelos fundos comunitários

Fundo Comunitário (nome)	Até 10	10 a 15	15 a 20	20	15 a 30	15 a 50
Babaçu	✓					
Podáali						✓
Puxirum	✓					
Indígena do Rio Negro				✓		
Ruti			✓			
Tabôa Desenvolvimento Comunitário					✓	
Timbira		✓				

Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025

Financiamento necessário para o crescimento sustentável dos fundos comunitários

Fundo Comunitário (nome)	R\$ 250.000	R\$ 800.000	R\$ 1.600.000	R\$ 1.800.000	R\$ 2.000.000	R\$ 3.000.000
Babaçu			✓			
Podáali					✓	
Puxirum		✓				
Indígena do Rio Negro						✓
Ruti				✓		
Tabôa Desenvolvimento Comunitário		✓				
Timbira	✓					

Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das sete instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025

Pode-se observar que a maioria dos fundos comunitários incluídos neste portfólio existe há menos de 10 anos e que eles impactam tanto uma ampla área geográfica quanto um grande número de pessoas. Além disso, os dados mostram que: I – a maioria dos fundos comunitários gerencia orçamentos anuais entre 500 mil e 1 milhão de reais, II – a maioria dos fundos comunitários apoia projetos individuais com subsídios anuais que variam de 50 mil a 200 mil reais, III – a maioria dos fundos comunitários apoia até 20 projetos comunitários por ano e IV – a maioria dos fundos comunitários necessita de entre 800 mil e 2 milhões de reais em financiamento para crescer de forma sustentável.

Após esta breve introdução e os gráficos comparativos que destacam algumas características-chave dos sete fundos comunitários deste portfólio, um conjunto mais detalhado de características é apresentado a seguir para cada fundo, individualmente.

Número da Instituição: 22

Fundo Indígena da Amazônia Brasileira Podáali

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Criado em 2020, com sede em Manaus e gerido por indígenas, o Fundo Podaáli tem o propósito de apoiar planos e projetos de povos, comunidades e organizações indígenas de valorização da cultura e seus modos de vida, além de cadeias da sociobiodiversidade promovendo a gestão autônoma dos territórios e dos recursos naturais. O Podaáli integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia. Mais informações podem ser encontradas no site: <https://fundopodaali.org.br/sobre/>

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

115 milhões de hectares, área correspondente a 23% da Amazônia Brasileira.

1.5 Número de pessoas impactadas

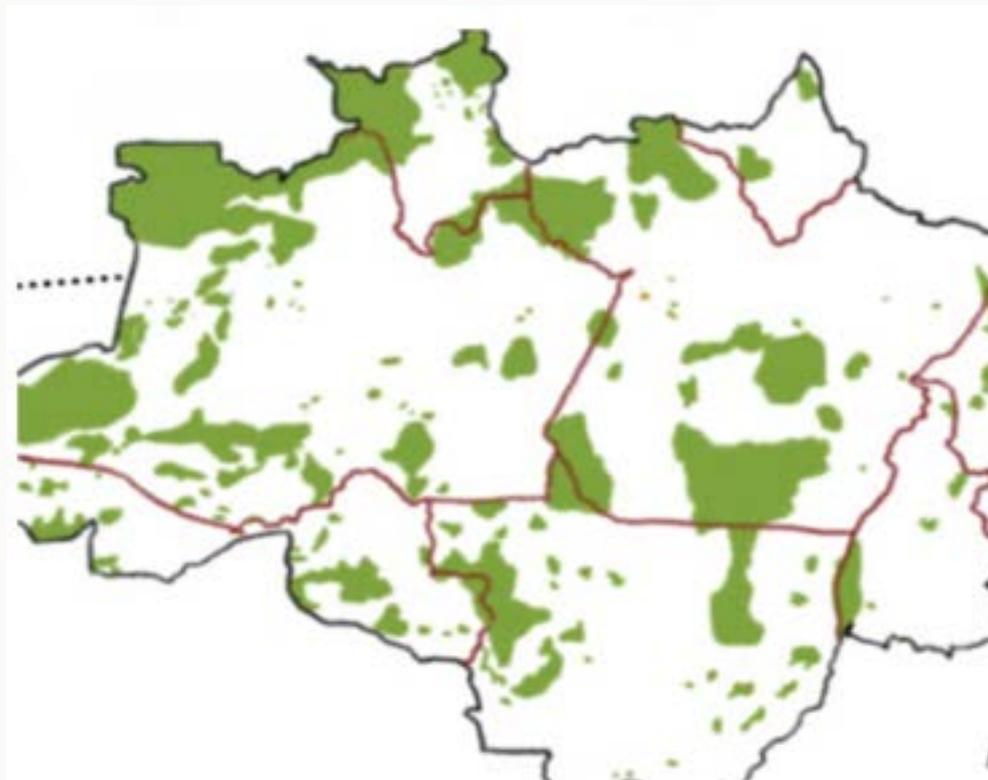
400 mil indígenas localizados na Amazonia legal, 180 povos distintos e 114 grupos de indígenas em isolamento voluntário.

2. Governança

O Fundo Podaali é uma associação sem fins lucrativos com estatutos registrados, governança e capacidade para prestação de contas.



Imagem – Área de atuação do Fundo Podaáli na Amazônia brasileira



Fonte: Fundo Podáali, 2025

3. Financiamento e Aportes

- **Valor médio administrado ano:** R\$ 50 mil
- **Número de projetos e empreendimentos apoiados no ano em média:** de 15 a 50 projetos anuais
- **Valor necessário para crescimento sustentável:** R\$ 2 milhões considerando custo operacional anual médio de R\$ 800 mil
- **Valor médio dos aportes repassados a projetos e empreendimentos de populações indígenas:** de R\$50.000,00 a R\$200.000,00

4. Projetos

O Fundo lança periodicamente editais, cartas convite e aceita projetos por demanda espontânea, da seguinte forma:

- Editais: repasses entre R\$ 20mil e R\$50 mil

- Cartas Convite: projetos entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil
- Demandas espontâneas: apoio de até R\$ 20 mil

5. Atividades priorizadas pelo fundo

- Produção e venda de recursos do extrativismo com base no manejo sustentável
- Sistemas agroflorestais
- Demarcação de Territórios Indígenas -TIs
- Medicina Ancestral
- Fortalecimento Cultural
- Gênero e juventude
- Pessoas com deficiência
- Povos indígenas isolados

6. Exigências e condições

O Fundo Podaáli requer das comunidades apoiadas rastreabilidade quanto a Desmatamento, Trabalho Escravo, Trabalho infantil e nível inicial de formalização.

7. Transparência e monitoramento

O Fundo Podaáli possui indicadores de impacto para avaliação de sua atuação que são próprios.

8. Parcerias

Embaixada da Noruega, Fundo Casa e iCS- Instituto Clima e Sociedade, entre outras instituições no Brasil e exterior.

Número da Instituição: 23

Fundo Puxirum

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O Fundo Puxirum, criado pelo CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, em 2024, é gerido por populações tradicionais em sua maior parte ribeirinhas para incentivo ao extrativismo realizado em bases sustentáveis em áreas de uso coletivo. Representa, organiza e protege os territórios onde residem comunidades tradicionais e sua biodiversidade. O CNS, entidade que criou o Fundo, tem 38 anos de existência criada para defender "seringueiros" ou "extrativistas da borracha" submetidos ao trabalho escravo por "patrões". Hoje apoia comunidades tradicionais em todo o país, zelando pelo fortalecimento de territórios de uso coletivo. O Puxirum integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Sua área de atuação são os nove estados da Amazônia Legal.

1.5 Número de pessoas impactadas

Considerando sua criação recente, ainda não estão disponíveis dados estimados de pessoas impactadas em relatórios. O Edital lançado em março de 2024 reporta apoio a cinco organizações de base comunitárias em áreas de uso coletivo para beneficiamento de produtos do extrativismo.

2. Gestão e Estrutura

São formalizados e registrados como associação sem fins lucrativos.

3. Financiamento e Aportes

- Captam recursos por meio de doações de terceiro setor
- Receberam apoio da CLUA – Climate and Land Use Alliance
- **Valor médio administrado por ano:** de R\$500 mil a R\$ 1 milhão
- **Quantidade de projetos apoiados em média:** até 10 anualmente
- **Valor necessário para crescimento sustentável:** 800 mil reais

- **Valor médio dos aportes repassados a projetos e empreendimentos:** de R\$50.000,00 a R\$200.000,00

4. Projetos

Os projetos são captados por meio de Editais, Decisão dos gestores, Indicação de parceiros, Submissão espontânea de propostas ou carta convite.

5. Atividades priorizadas pelo fundo

- Fortalecimento das cadeias do extrativismo
- Regularização Fundiária
- Pagamento por serviços ambientais

6. Exigências e condições

Exigem dos projetos beneficiados a rastreabilidade por parte quanto a Desmatamento, Trabalho escravo, Trabalho infantil e a exigência quanto a formalização dos empreendimentos beneficiados dependerá do que o financiador.

7. Transparência e monitoramento

Encontram-se em construção seus indicadores de impacto.



Número da Instituição: 24

Fundo Babaçu

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O Fundo babaçu foi criado em 2012 ligado ao movimento interestadual das quebradeiras de coco do babaçu - MIQCB. O babaçu é uma palmeira com sementes oleaginosas usadas para diversas finalidades, como matéria prima para produção de sabão, carvão dentre outros produtos. O Maranhão é o principal local onde encontram-se as palmeiras e a quebra do coco do babaçu é realizada por mulheres sendo parte da cultura local. A atividade e os babaçuais são ameaçados com o avanço das fazendas de monocultura e de gado. O Fundo Babaçu integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia. Website: <https://www.miqcb.org/>

1.3 Biomas

Amazônia e Cerrado.

1.4 Área de alcance

A área de alcance do Fundo Babaçu se concentra nos Biomas onde se encontram babaçuais prioritariamente Amazônia e Cerrado. O mapa abaixo aponta a maior concentração de palmeiras no estado do Maranhão, seguido pelos estados do Tocantins e Piauí.



Fonte: IBGE, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

Os projetos apoiados pelo Fundo Babaçú contemplam aproximadamente 1.000 famílias. O Fundo está em seu quinto edital resultando em aproximadamente fomento a geração de renda para 5 mil famílias beneficiadas com a conservação da espécie e biodiversidade local.

2. Governança e Estrutura

Formalização: está organizada como Associação sem fins lucrativos, gerida por mulheres da categoria de populações tradicionais reconhecida, legalmente, como "Quebradeiras de Coco de Babaçú".

3. Financiamento e Aportes

Atraem recursos por meio de doações de organizações filantrópicas.

Os apoiadores são a Fundação Ford, Fundo Amazônia, iCS – Instituto Clima e Sociedade, BNDES dentre outros.

- **Quantidade de projetos que o Fundo Babaçú apoia em média:** até 10 projetos
- **Valor necessário para crescimento sustentável:** R\$ 1.600 milhão, considerando custos operacionais.
- **Valor médio administrado:** R\$ 800 mil.
- **Valor médio dos aportes repassados por projetos:** de R\$50.000,00 a R\$200.000,00

4. Projetos

As formas de seleção de projetos são por Editais, Decisão dos gestores, Carta Convite e Demanda espontânea.

Os projetos são divididos por categorias:

- **Categoria Pindova:** organizações iniciantes recebem até R\$ 30 mil
- **Categoria Capota:** organizações mais experientes até R\$ 60 mil
- **Categoria Coringa:** organizações de maior maturidade entre 60 mil e 120 mil.

5. Atividades priorizadas pelo Fundo

- Promover e operacionalizar o acesso a recursos para ações de agricultura e extrativismo de base agroecológica e econômico-solidária
- Apoiar ações voltadas à segurança alimentar e nutricional e geração de renda, para a melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais e outras comunidades que vivem em regime de produção familiar nos babaçuais
- Incentivar a conservação da sociobiodiversidade existente nas florestas de babaçú

- Apoiar e promover a mobilização comunitária e o fortalecimento organizacional e institucional das organizações de base.

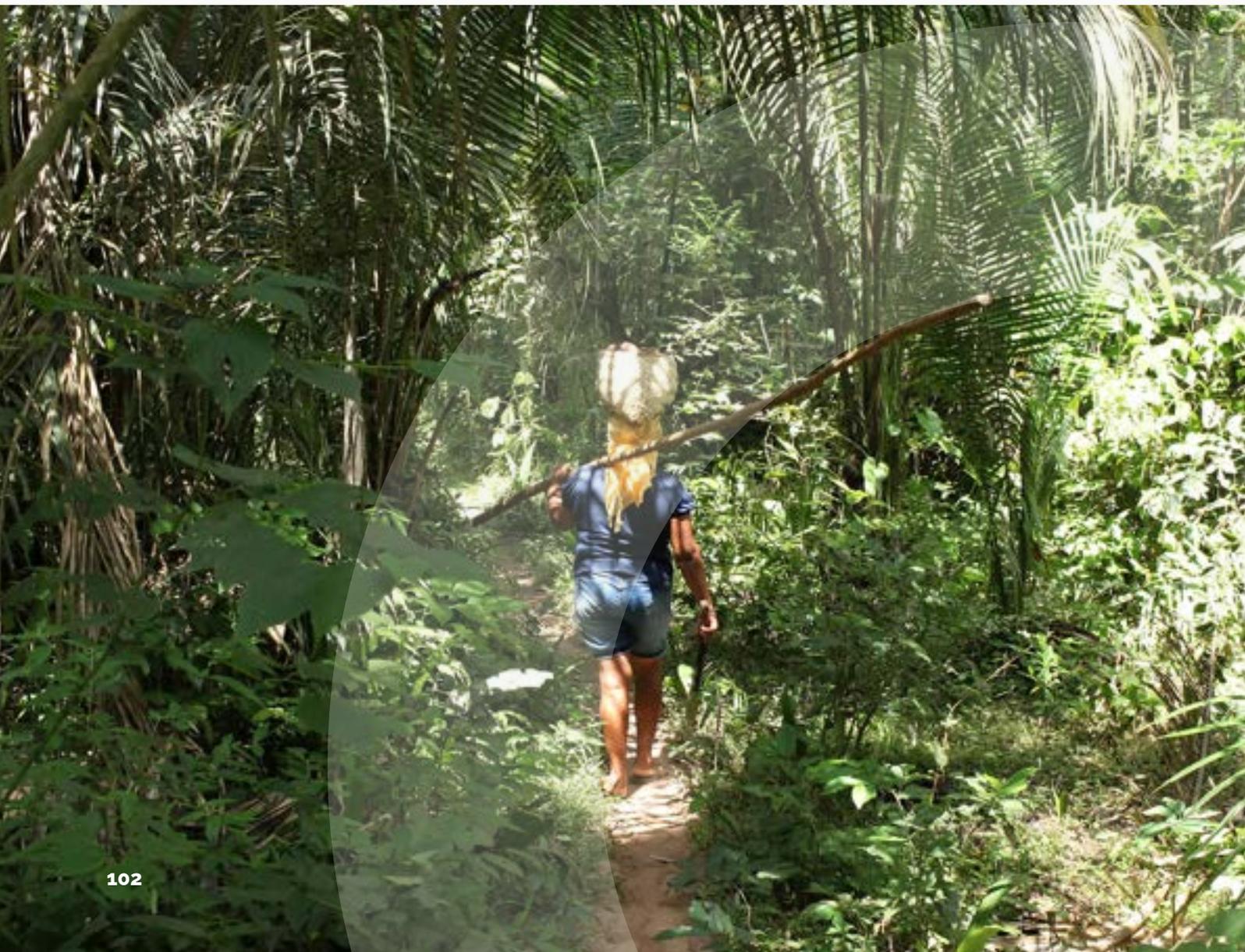
6. Exigências e condições

- Exigem a rastreabilidade por parte dos projetos contemplados em Desmatamento, Trabalho escravo e Trabalho infantil

- Exigem que os grupos de produtores ou associações sejam formalizadas, mas consideram beneficiar grupos não formalizados por demanda espontânea, desde que com limite de 50 mil reais via documento assinado pelos coordenadores do projeto e existência de conta conjunta para depósito do recurso.

7. Transparência e monitoramento

Utiliza indicadores de impacto com mecanismos de monitoramento próprios.



Número da Instituição: 25

Fundo Rutî

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O fundo indígena Rutî criado em 2024 tem por objetivo promover a autonomia dos povos indígenas de Roraima e é ligado ao Conselho Indígena de Roraima-CIR, organização indígena que data da década de 70 do século passado. Ao longo de sua história, o CIR luta pelos direitos à terra e autonomia da população indígena, que hoje equivale a cerca de 10% do total de habitantes do Estado. Os povos indígenas de Roraima são reconhecidos por sua experiência na pecuária, fazendo uso de tecnologia social em que a criação do gado é coletiva quando pastos e animais não têm proprietários. A pecuária praticada nesse sistema é apoiada pelo Fundo Rutî como importante fonte de renda de grande parte das comunidades indígenas em Roraima. O Fundo Rutî integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia.

1.3 Biomas

Amazônia.

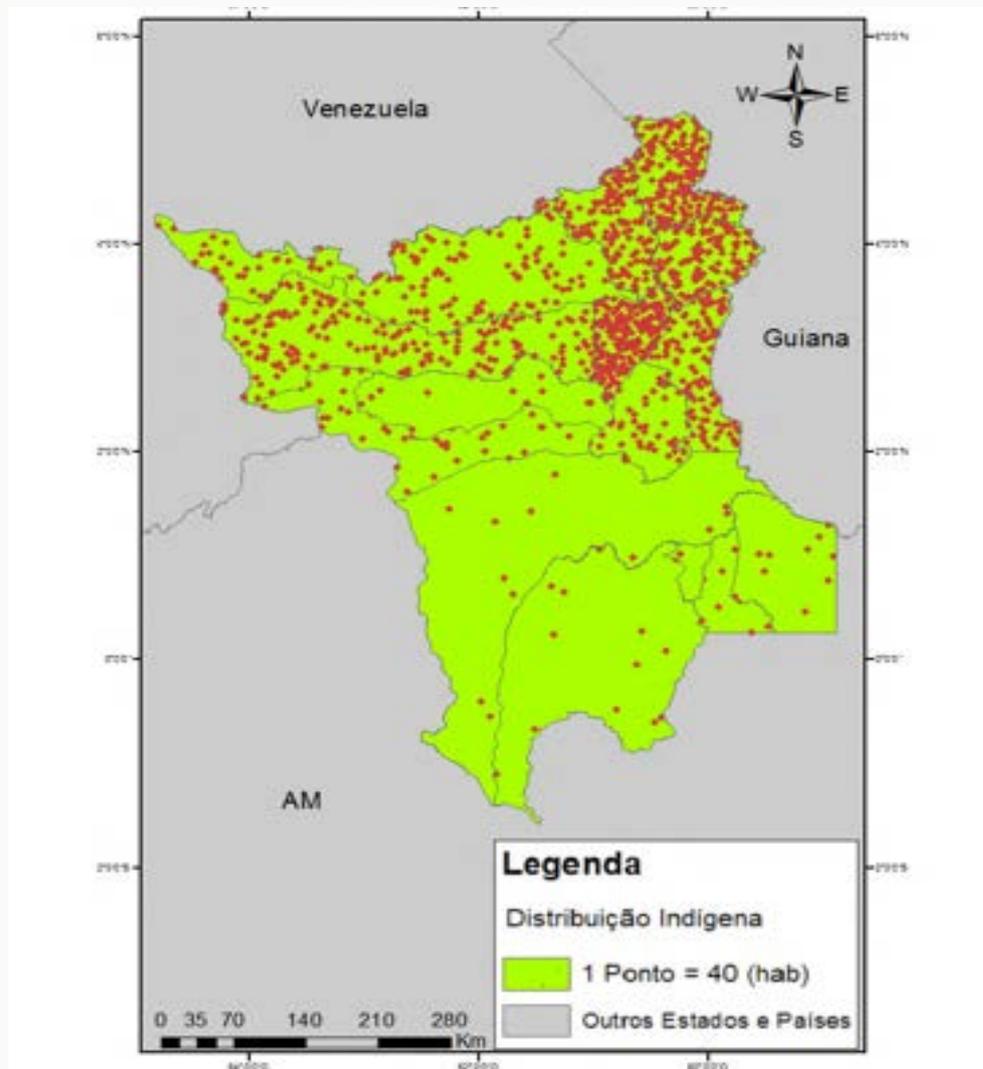
1.4 Área de alcance

35 terras indígenas e 10 milhões de hectares é a área de atuação do Fundo Rutî no Estado de Roraima junto ao CIR.

1.5 Número de pessoas impactadas

58.000 indígenas em 465 comunidades das etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana e Pirititi. Pelo quadro abaixo fonte do IBGE, verifica-se a concentração de povos indígenas nos municípios do Estado, onde situam-se também as terras dos povos Yanomami, na fronteira com Venezuela e Estado do Amazonas, população gravemente atingida pela mineração ilegal entre 2020-22.

Imagem - Distribuição da População Indígena por Município no Estado de Roraima (RR)



Fonte: IBGE

2. Governança

O Fundo Rutí não está formalizado e encontra-se em fase de incubação no CIR. Ele é atualmente, liderado por uma mulher jovem indígena, Josimara Baré, na ilustração abaixo.



3. Financiamento e Aportes

Obtiveram apoios da Embaixada da Noruega, OPAN, USAID, Terra Brasilis, IEB e CIR.

- **Valor médio administrado por ano:** de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões;
- **Quantidade em média de projetos beneficiados anualmente:** 15 a 20;
- **Valor necessário para crescimento sustentável do Fundo:** R\$ 1.800 milhões;
- **Valor médio dos aportes repassados a projetos e empreendimentos:** de R\$50.000,00 a R\$200.000,00.

4. Projetos

A forma de seleção dos projetos beneficiados se dá por editais e decisão dos gestores.

O Fundo Rutí lançou em 2025 edital no valor de R\$ 2.275 milhões da seguinte forma:

- Seis (6) projetos de alcance regional: R\$ 150 mil para cada projeto
- Sete (7) projetos de grupos familiares: R\$ 25 mil para cada projeto
- Doze (12) Projetos comunitários: R\$ 100mil para cada projeto.

5. Atividades priorizadas pelo fundo

- Fortalecimento da economia indígena (criação de gado de forma coletiva)
- Implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental
- Soberania alimentar
- Enfrentamento a emergência climática
- Inserção de mulheres e jovens indígenas nas atividades econômicas

6. Exigências e condições

Não existem exigências de formalização uma vez que a maioria das comunidades indígenas não possuem associações formalizadas. É o CIR - Conselho Indígena de Roraima, CIR, que realiza a operação e implementação dos recursos aportados e prestação de contas dos projetos.

7. Transparência e monitoramento

O CIR possui indicadores próprios de impacto e assume a responsabilidade pelo monitoramento dos projetos.

Número da Instituição: 26

Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN)

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN) é uma iniciativa da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) fundada em 1987, que tem por objetivo fortalecer apoiar as associações indígenas filiadas em suas atividades, saberes e práticas dos povos do Rio Negro (chamado povos ronegrinos). O FIRN tem foco em projetos de geração de renda comunitários alinhados com os planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs) das terras indígenas do alto e médio Rio Negro. São mais de 94 associações ligadas à FOIRN e atendidas pelo FIRN.

1.3 Bioma

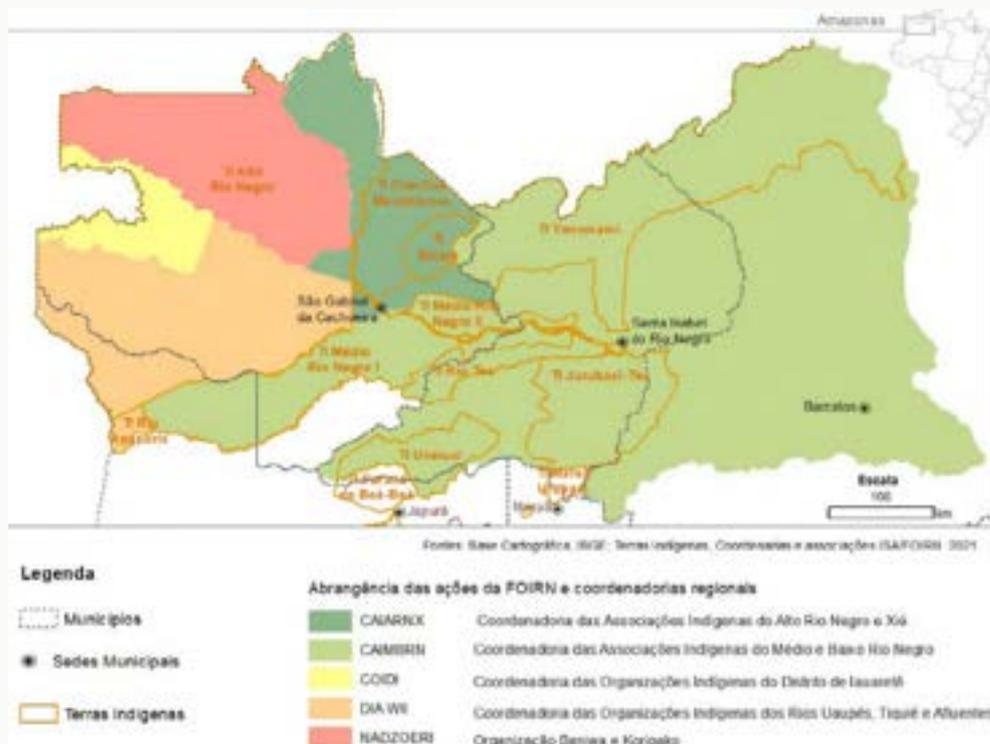
Amazônia.

1.4 Área de alcance

Sua abrangência é a mesma da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN): cidades de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, área de forte concentração de povos indígenas, na região do noroeste amazônico. No total o território do Rio Negro abrange 10 terras indígenas no baixo e médio rio negro, estado do Amazonas sendo 8 terras indígenas homologadas e 2 terras indígenas em identificação.



Imagem – Terras indígenas, coordenadorias regionais da FOIRN (área de atuação do FIRD)



Fonte: Fundo Indígena do Rio Negro, 2025

1.5 Número de pessoas impactadas

Tem impacto direto em 300 comunidades e 20 mil pessoas beneficiadas com 76 projetos inscritos nos dois primeiros editais lançados.

2. Governança

O Fundo não possui registro estando ligado a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

3. Financiamento e Aportes

O Fundo atrai recursos de doações de organizações do terceiro setor.

Teve apoio do ISA - Instituto Socioambiental e Embaixada da Noruega.

- Valor médio administrado pelo Fundo ao ano: R\$ 1.500 milhões;
- Quantidade de projetos e empreendimentos apoiados em média: 20 projetos;
- Valor necessário para crescimento sustentável: 3 milhões de reais (esse valor

considera custos operacionais de R\$ 500 mil, pessoal, logística entre outros custos).

4. Projetos

Fazem os repasses dos recursos para beneficiários por meio de Editais e submissão espontânea de propostas. Em 2023, aprovaram por meio de Edital, com apoio do ISA e Embaixada da Noruega aporte de R\$2.500 milhão e beneficiaram 25 projetos para incentivar a economia local das três categorias acima listadas.

Valor médio dos aportes repassados a projetos e empreendimentos por categorias:

- Categoria mirim: até 50 mil
- Categoria intermediária até 100 mil
- Açu 200 mil

5. Atividades priorizadas pelo fundo

- Viabilizar o planejamento territorial das terras indígenas do Rio Negro
- Apoiar atividades que garantem a segurança alimentar
- Incentivo a economia local de 23 povos indígenas na região
- Promover a educação continuada (universidades e cursos) para os povos indígenas da região.

6. Exigências e condições

Solicitam a rastreabilidade quanto a desmatamento, mas não exigem a formalização das organizações beneficiárias, uma vez que não é comum na região, indígenas se organizarem em associações formalizadas.

A responsabilidade pela operação e prestação de contas dos projetos não formalizados é do FOIRN. No caso de projetos da categoria mirim (de até 50 mil) é comum buscarem parcerias com grupos maiores formalizados.

7. Transparência e monitoramento

Possuem indicadores próprios de impacto.

Número da Instituição: 27

Fundo de Desenvolvimento Comunitário Tabôa

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Taboia foi fundada no ano de 2014 e iniciou suas atividades, no ano de 2015, no distrito de Serra Grande na cidade de Uruçuca no Estado da Bahia e em comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC). A primeira rodada de apoio do Fundo de Desenvolvimento Comunitário Tabôa foi realizada no ano de 2022. O Fundo da Tabôa apoia a Plataforma Agroecologia Muká que reúne produtores de alimentos saudáveis, com certificação orgânica e comercializados pela Rede Povos da Mata, apresentado nesse mapeamento nº 11. Além do apoio à agroecologia em parceria com a Rede Povos da Mata e a Plataforma Muká, o fundo de desenvolvimento comunitário da Tabôa realiza doações para projetos de restauração da floresta, estruturação e ampliação de agroindústrias. Nesse âmbito já foram fortalecidos 14 centros de distribuição, mapeadas 52 agroindústrias e 27 legalizadas na região. Para maiores detalhes ver: <https://www.muka.org.br>

1.3 Biomas

Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga.

1.4 Área de alcance

Predominantemente no litoral sul da Bahia área de forte pressão por obras de infraestrutura e cadeias hoteleiras internacionais. O Fundo de Desenvolvimento Comunitário da Taboia Serra Grande tem foco nos distritos da cidade de Uruçuca no Estado da Bahia e no entorno dos distritos como a área rural de Serra Grande, Camboinha, Gavião, Tesouras, Tibina, Ponta do Ramo.

1.5 Número de pessoas impactadas

22 mil pessoas.

2. Governança

O Fundo é registrado como uma associação sem fins lucrativos.

3. Financiamento e Aportes

Apoio financeiro do Instituto Arapyáú, Global Fund for Community Foundations, Instituto Humanize, Instituto ACP dentre outros.

- **Valor médio administrado por ano:** de R\$100 mil a R\$500 mil;
- **Quantidade de projetos e empreendimentos apoiados em média:** de 15 a 30;
- **Valor necessário para crescimento sustentável:** R\$ 800 mil considerando custos operacionais de R\$ 150 mil.
- **Valor médio dos aportes doados a projetos e empreendimentos:** até 50 mil reais.

4. Projetos

Os projetos são captados por Editais, Decisão dos Gestores, Indicação de parceiros e submissão espontânea de propostas.

5. Atividades priorizadas pelo fundo

- Desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis
- Recuperação / recomposição da vegetação nativa
- Pagamento de serviços ambientais
- Sistemas agroflorestais
- Projetos de adaptação a mudanças climáticas

6. Exigências e condições

Não exigem rastreamentos da parte dos beneficiários sobre desmatamento e trabalho escravo e trabalham tanto com grupos formais e informais sendo apenas exigido que os projetos beneficiem os distritos de Camboinha, Gavião, Tesouras, área rural de Serra Grande, Tibina, Ponta do Ramo.

7. Transparência e monitoramento

Utilizam indicadores reconhecidos por entidades internacionais.

Número da Instituição: 28

Fundo Timbira

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Os povos Timbira englobam 11 etnias e estão situados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Apesar dos quase 200 anos de contato continuam mantendo a língua como um sistema vivo e operante, além da sua organização social e política, a circularidade de suas aldeias, a profusão de seus rituais. Os Timbira, como os demais povos indígenas habitantes do Cerrado brasileiro, vêm enfrentando o desafio de garantir a integridade de seus territórios face à crescente pressão da pecuária extensiva de baixa tecnologia, produção de grãos, eucaliptos e hidrelétricas. O Fundo Comunitário dos Timbiras é resultado de compensação financeira de empresa, transferida aos Timbiras em 2020, por impacto causado em aldeias com a construção de barragem. O Fundo Timbira é parte da Federação de Fundos Comunitários da Amazônia. Para mais informações sobre os Timbira ver em: <https://trabalhoindigenista.org.br/povos-timbira/>

1.3 Bioma

Cerrado.

1.4 Área de alcance

1.100 milhão de hectares de terras indígenas legalizadas e que constituem importante reserva da biodiversidade no Cerrado prestando serviços ambientais de proteção do Bioma, em área de pressão da agropecuária na região do MATOPIBA.

1.5 Número de pessoas impactadas

10 associações de comunidades indígenas, representando quase 200 aldeias - aproximadamente 6.000 a 7.000 pessoas.

2. Gestão (Governança) e Estrutura

O fundo comunitário dos Timbira encontra-se em fase de reestruturação para ampliação de escopo, com criação de novo estatuto e registro, uma vez que os recursos nele existentes são direcionados exclusivamente às aldeias impactadas com a construção da barragem pelo empreendimento.

3. Financiamento e Aportes

- **Valor médio administrado por ano:** 1 milhão;

- **Quantidade de projetos e empreendimentos apoiados em média:** capacidade de apoiar de 10 a 15 projetos anuais;
- **Valor necessário para crescimento sustentável do Fundo:** 250 mil;
- **Valor médio dos aportes repassados a projetos e empreendimentos:** entre R\$ 15 mil a R\$ 50 mil reais.

4. Projetos

Demanda espontânea e editais

Atividades priorizadas pelo fundo:

- Agroindústria FrutaSã para processamento de frutas nativas (Agroindústria FrutaSã foi finalista do prêmio da Iniciativa Equatorial promovido pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2006)

5. Parcerias

O Fundo Timbira tem o apoio do CTI – Centro de Trabalho Indigenista, Embaixada da Noruega e Fundo Amazônia em 2025.

Seção 3.3 - Organizações Dinamizadoras

As organizações dinamizadoras desempenham um papel estratégico no fortalecimento das capacidades dos empreendimentos de base comunitária. Com o tempo, essas organizações frequentemente expandem suas operações para múltiplas áreas, oferecendo uma variedade de serviços que promovem o desenvolvimento do setor da sociobioeconomia. Além disso, elas apoiam os fundos comunitários, fornecendo assistência técnica em áreas como gestão e regularização fundiária, além de ajudar na implementação de políticas públicas para suprir lacunas deixadas pelo Estado.

O gráfico abaixo mostra a distribuição, por estado, das nove instituições classificadas como Organizações Habilitadoras neste portfólio (uma única instituição pode atuar em mais de um estado).

Imagem – Distribuição, por estados brasileiros, das nove instituições classificadas como Organizações Dinamizadoras neste portfólio.



Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das nove instituições pertencentes à categoria de fundos comunitários, 2025.

Imagem: Consultoria SPinheiro

Como será possível observar, ao mobilizarem recursos tanto financeiros quanto técnicos, as organizações dinamizadoras contribuem significativamente para o desenvolvimento e o fortalecimento da rede de comunidades em que atuam.

Número da Instituição: 29

Associação Caatinga

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Associação Caatinga fundada em 1998, atua com educação ambiental, assessoria para a criação de UCs, apoio a agroecologia e manejo de espécies como a carnaúba, recurso da natureza com atributos medicinais entre outros. É situada na Reserva Natural Serra das Almas uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, em Crateús, no Estado do Ceará, e Buriti dos Montes, no Estado do Piauí. A Associação Caatinga gerencia a Unidade de Conservação Serra das Almas, reserva particular de patrimônio natural reconhecida pela UNESCO. A Reserva é reconhecida pela UNESCO como posto avançado da reserva da biosfera da Caatinga. Mais informações em: <https://www.acaatinga.org.br/>; <https://www.acaatinga.org.br/serra-das-almas/>

1.3 Bioma

Caatinga.

1.4 Área de alcance

A Reserva Natural da Serra das Almas tem 6.285,38 hectares de extensão com 4 nascentes, espécies ameaçadas de extinção, contribuindo para a manutenção de serviços ambientais e ecossistêmicos. A associação colaborou com a restauração de 264 mil hectares, e a preservação de mais de 103 mil hectares da Reserva.

1.5 Número de pessoas impactadas

mil famílias em 40 comunidades diretamente beneficiadas, porém as ações de educação ambiental impactam 155 mil pessoas. 5.479 agricultores capacitados.

2. Governança

A Diretoria é eleita por meio da realização de eleições. São realizadas assembleias gerais ordinária e extraordinária, periódicas.

3. Financiamento e Recursos

- A Associação Caatinga realiza desde 2011 projeto com apoio da Petrobrás "Clima da Caatinga" e com a empresa Coca Cola envolvendo segurança hídrica.
- **Fonte de recursos:** FUNBIO, White Martins, Petrobrás, TNC, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Petrobrás e Convênios com Estados e a União.
- **Ticket médio dos projetos:** de R\$300.000,00 a R\$1milhão

4. Atuação Territorial e Setorial

Atua em Unidades de Conservação de uso sustentável (RESEX, RDS) e Propriedades privadas de agricultores.

Atividades priorizadas:

- Recuperação / recomposição da vegetação nativa
- Sistemas Agroflorestais
- Projetos de mitigação e adaptação
- Segurança Alimentar
- Pesquisa acadêmica com Universidade Federal do Ceará sobre a cadeia produtiva da carnaúba (espécie da flora da Caatinga, insumo para diversos setores da indústria e que está entre os 7 produtos principais da pauta de exportação dos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte).

Atividades:

- Restauração florestal (264 hectares já restaurados com comercialização de sementes, mudas, implantação de viveiros criação de planos de recuperação de áreas degradadas e outros)
- Tecnologias Sociais (canteiro bioséptico, cisterna de placas, forno solar, fogão ecoeficiente, sistema bioágua, meliponicultura, coletores de sementes, compostagem e gestão de resíduos sólidos)
- Políticas de Pagamento por serviços ambientais, Programa selo município verde, ICMS socioambiental do Ceará
- Pesquisas (monitoramento de espécies e pesquisa sobre estoque de carbono na Serra das Almas)

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Critérios de seleção:** número de pessoas impactadas, quantidade de crianças na primeira infância, famílias chefiadas por mulheres, renda da família.
- **Forma de seleção:** Decisão da diretoria e por demanda espontânea.
- **Utilização de indicadores:** A Associação Caatinga utiliza indicadores próprios e de terceiros.

- **Tempo médio de ciclo dos projetos:** a maioria dos projetos ocorre entre 18 e 36 meses.

6. Objetivos

desenvolver técnicas de monitoramento do impacto social e ambiental de suas atividades por meio de tecnologias como softwares.



Número da Instituição: 30

Associação Plantas do Nordeste

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Criada em 1995 a Associação é uma referência em prestação de serviços de assistência técnica para grupos de agricultores de manejo florestal, serviços agroflorestais e tecnologias de restauração em Unidades de Conservação e outras áreas de uso coletivo no nordeste do Brasil. A Associação Plantas do Nordeste atua principalmente com três iniciativas: Manejo Florestal da Caatinga, Restauração via plantios de Pau-brasil e pesquisa no campo do pagamento por serviços ambientais. A associação é frequentemente convidada a contribuir com a construção de políticas públicas implementadas pelo IBAMA e CONAMA em suas normativas.

1.3 Biomas

Caatinga e Mata Atlântica.

1.4 Área de alcance

Envolve grande parte da vegetação nativa existente no Nordeste do Brasil com expressiva diversidade biológica, a exemplo de sua flora, cuja diversidade está estimada em cerca de 20.000 espécies. A Associação Plantas do Nordeste atua mais especificamente em uma área de cerca de 290 mil hectares.

1.5 Número de pessoas impactadas

Associação Plantas do Nordeste impactou diretamente 1.300 famílias o que representa algo em torno de 5.300 pessoas.

2. Governança

Está estruturada como organização sem fins lucrativos.

3. Financiamento e Recursos

Desde o ano 2000 já receberam apoio da Petrobras, Governo da Bélgica, CNPq, GEF/MMA, FAO, GIZ, PNUD, Fundo Socioambiental da Caixa e Boticário. Associação Plantas do Nordeste não doa recursos para outras instituições, mas presta serviços.

A Associação não realiza doações, prestando serviços diretamente às áreas e grupos beneficiados.

4. Atuação Territorial e Setorial

- **Categorias fundiárias preferidas:** unidades de Conservação de uso sustentável, agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou outros povos tradicionais.
- **Atividades priorizadas:** assistência técnica para viabilização de projetos de restauração em todas as suas fases; sistemas agroflorestais e manejo de recursos da biodiversidade, área da economia circular desenvolvem soluções sobre biomassa sustentável com foco em setores industriais como o da cerâmica; estudos sobre potencial de captura de carbono com vistas a geração de créditos de carbono no Bioma da Caatinga.

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Critérios de seleção:** associação considera o número de pessoas impactadas e extensão territorial como critérios para execução de seus projetos.
- **Formas de Seleção:** decisão da coordenação da associação, parcerias dos pesquisadores e existência de pesquisa prévia.
- **Utilização de indicadores:** a Associação Plantas do Nordeste utiliza indicadores próprios e de terceiros.
- **Tempo médio do ciclo dos projetos:** a maioria dos projetos ocorre entre 18 e 36 meses.

7. Objetivos

Apoio para ampliar a assistência técnica voltada à economia circular, projetos de restauração e de geração de crédito de carbono com manejo melhorado na caatinga.

Número da Instituição: 31

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

1.1 Modelo Societário

Associação sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro, foi fundada em 1999 e atua em todos os estados da região do nordeste e parte de Minas Gerais. É uma rede com mais de três mil organizações da sociedade civil, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas e ONGs. Suas atividades incluem a agroecologia, além da adaptação à desertificação e as mudanças climáticas. A ASA é criadora e responsável pelo programa "1 Milhão de Cisternas" - P1MC, proporcionando o acesso a água de qualidade nos estados em que atua.

1.3 Biomas

Caatinga e Cerrado.

1.4 Área de alcance

Estados de Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí.

1.5 Número de pessoas impactadas

Pelo menos 5 milhões de pessoas, população alcançada pelo Programa "1 milhão de cisternas" criado pela ASA que devem ser somadas às impactadas por seus projetos de incentivo à agroecologia.

2. Governança

É uma associação composta de povos tradicionais em sua diretoria. Possui, processo de definição de cargos com diretoria eleita e realização de assembleias gerais ordinária e extraordinária periódicas. Governança descentralizada em todos os estados que atua, com conselhos e comitês locais.

3. Financiamento e Recursos

A Articulação do Semiárido - ASA conta com o apoio e parcerias com Banco do Nordeste, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), BNDES, Banco do Brasil, FAO, Cooperação Internacional, Caritas Alemã, entre outras.

- **Ticket médio dos projetos:** de R\$300.000,00 a R\$1mi.

4. Atuação Territorial e Setorial

Atua em todas as categorias fundiárias sem distinção, com foco na população desassistida em áreas de escassez de recursos, fortemente afetadas pelas mudanças climáticas.

5. Atividades priorizadas:

- Implementar projetos de instalação de placas solares
- Construir, com as comunidades, cisternas com capacidade para 52 mil litros
- Desenvolver e disseminar tecnologias sociais para a gestão e reaproveitamento da água
- Fomentar quintais produtivos
- Apoiar banco de sementes crioulas usadas em atividades de reflorestamento no Bioma.

6. Seleção e Avaliação de projetos

- **Critérios de seleção:** consideram o número de pessoas impactadas, Extensão territorial e baixos Índices de Desenvolvimento Humano.
- **Formas de Seleção:** editais, demanda espontânea e implementação de políticas públicas.
- **Utilização de indicadores:** possui indicadores próprios de impacto e sistema de monitoramento.
- **Tempo médio do ciclo dos projetos:** maioria dos projetos ocorrem entre 18 e 36 meses.

7. Objetivos

Viabilizar os chamados quintais produtivos ligados com sistemas agroflorestais fazendo uso de energia renovável e sistema de reaproveitamento com captação de água.

Número da Instituição: 32

ONG Chapada

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

Formalizada em maio de 1994, a ONG Chapada desenvolve projetos que fortalecem o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da agricultura familiar no Semiárido brasileiro. Tem como objetivo o fortalecimento e o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da agricultura familiar através da recuperação e preservação do meio ambiente por meio da agroecologia e efetivação da cidadania no Semiárido brasileiro.

1.3 Biomas

Caatinga e Mata Atlântica.

1.4 Área de alcance

Está na APA Chapada do Araripe (Unidade de Conservação) - com cerca de 1 milhão de hectares – localizada na divisa dos Estados do Ceará, do Pernambuco e do Piauí. E atuam também no Vale do Itaim, no Sertão do Araripe (11.544,52 km²) e no Sertão do São Francisco (61.765,59 km²).

1.5 Quantidade de pessoas impactadas

22 mil famílias agricultoras foram diretamente beneficiadas e 3 comunidades quilombolas.

2. Governança

É uma associação cuja composição de sua liderança possui grupos de populações tradicionais e indígenas na diretoria ou conselhos.

3. Financiamento e Recursos

A ONG Chapada tem apoios e parcerias com a ONG Caatinga Semeando Vida no Semiárido e a ONG Servos, Petrobrás, Banco do Nordeste, Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE), Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Auren e outras. A ONG Chapada participa de outras redes como A Articulação do Semiárido e Articulação Nacional de Agroecologia e outras.

- **Ticket médio dos projetos:** de R\$300.000,00 a R\$1milhão.

4. Atuação Territorial e setorial

Categorias fundiárias preferidas: não há preferências de categorias fundiárias já trabalharam em Unidades de Conservação, territórios quilombolas e assentamentos.

Atividades priorizadas:

- Produção de algodão em consórcios agroecológicos associado a outras culturas alimentares presentes nos roçados das famílias agricultoras
- Projetos de incentivo às agroflorestas; agricultura orgânica e técnicas de conservação do solo que ampliam o estoque de carbono e diminuem a emissão dele na Caatinga
- Assistência técnica em Instalação de biodigestores
- Assistência em tecnologias hídricas de captação e armazenamento de água

5. Seleção e Avaliação de projeto

- **Critérios de seleção:** indicadores qualitativos e por conceitos de desenvolvimento rural sustentável
- **Formas de Seleção:** decisão do conselho e/ou diretoria, busca ativa e orientação preliminar do financiador
- **Utilização de indicadores:** A ONG Chapada utiliza indicadores próprios.
- **Tempo médio do ciclo dos projetos:** a maioria dos projetos ocorre em um período entre 18 e 36 meses.

6. Objetivos

Ampliação do armazenamento de água em cisternas para mais 2 mil pessoas; disseminação de tecnologias sociais para reaproveitamento da água, instalação de biodigestores e assistência técnica rural de incentivo às agroflorestas para a produção de alimentos.

Número da Instituição: 33

Operação Amazônia Nativa (OPAN)

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A OPAN se reconhece como sendo a primeira organização indigenista do Brasil e desde 1969, atua pelo fortalecimento do protagonismo dos povos indígenas, valorizando suas culturas, organizações e modos de vida. As equipes indigenistas multidisciplinares da OPAN realizam trabalhos de base junto aos povos indígenas em eixos como política, terra, saúde e economia. A metodologia de trabalho da OPAN é pautada na ação direta, por meio do convívio e do envolvimento no cotidiano das aldeias, que são o núcleo orientador das propostas e desenvolvimento dos projetos.

1.3 Biomas

Amazônia e Cerrado.

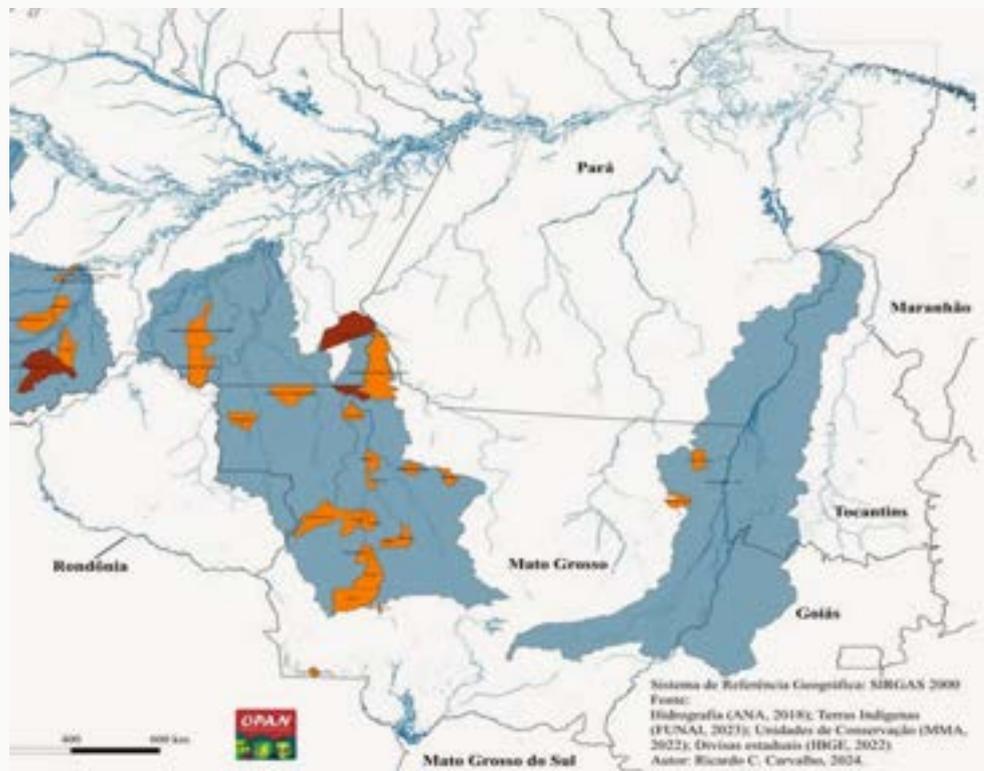
1.4 Área de alcance

Atua principalmente nos Estados do Mato Grosso (na bacia do Rio Juruena) e no sul do Estado do Amazonas. Cerca de 34 terras indígenas (7.7 milhões de hectares).

1.5 Número de pessoas impactadas

Cerca de 14 mil pessoas diretamente impactadas.

Imagem – Áreas de atuação da OPAN



Fonte: OPAN, 2023. Em azul: bacias hidrográficas com atuação da OPAN / Em laranja: Terras indígenas com atuação da OPAN / Em vermelho: unidades de conservação com atuação da OPAN.

2. Governança

É uma associação indigenista cuja composição da liderança possui grupos de populações tradicionais e indígenas na diretoria ou conselhos.

3. Financiamento e Recursos

A OPAN não realiza doações, prestando serviços diretamente às áreas e grupos beneficiados.

Recebeu doações da Embaixada da Noruega, USAID, MISEREOR, ANSA/Burcos, iCS Instituto Clima e Sociedade e The Nature Conservancy.

4. Atuação Territorial e Setorial

- **Categorias fundiárias preferidas:** Terras indígenas, Unidades de Conservação.

Atividades priorizadas:

- Fortalecimento territorial,
- Desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis,
- Reflorestamento
- Manejo de florestas
- Sistemas Agroflorestais

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Crterios de seleção:** projetos em comunidades indígenas e para beneficio dos indígenas e preservao da Floresta.
- **Formas de Seleção:** a partir da demanda dos indígenas aprovada em assembleias comunitrias.
- **Utilizao de indicadores:** a OPAN utiliza indicadores prprios e de terceiros
- **Tempo mdio do ciclo dos projetos:** a maioria dos projetos ocorrem em um perodo maior do que 36 meses.

6. Parcerias e polticas internas

A OPAN detm parcerias com redes e instituies como: Coletivo do Pirarucu, Articulaao dos Povos Indigenas do Brasil (APIB), Federaao dos Povos e Organizaes Indigenas do Mato Grosso (Fepoint), Organizao das Mulheres Indigenas Takin, dentre outros.

7. Objetivos

- Apoio a atividades de manejo florestal desenvolvidas por indigenas
- Projetos de restaurao e conservao do meio ambiente
- Recursos para formao de equipes para desenvolvimento de seus projetos



Número da Instituição: 34

Instituto Centro de Vida (ICV)

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O Instituto Centro de Vida (ICV) foi fundado em 1991. É uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública pela lei estadual nº6.752/96. O ICV trabalha com povos indígenas e populações tradicionais e seu eixo econômico tem foco na viabilização da agricultura familiar baseada nos princípios da sustentabilidade. Tem leque amplo de atuação prestando assistência técnica à produção bem como, experiência na assessoria para a criação de Fundos Rotativos Comunitários.

1.3 Biomas

Amazônia, Cerrado, Pantanal.

1.4 Área de alcance

Atuação no Estado do Mato Grosso.

1.5 Número de pessoas impactadas

43 povos indígenas incluindo 140 mil famílias da agricultura familiar.

2. Governança

É uma associação indigenista cuja composição de sua liderança possui grupos de populações tradicionais e indígenas na diretoria ou conselhos.

3. Financiamento e Recursos

- **Fonte dos recursos:** doações de instituições como do Instituto Clima e Sociedade - ICS, do Ministério de Relações Exteriores da Noruega por meio da Norway 's International Climate and Forest Initiative (NICFI), dentre outras.

- **Ticket médio dos projetos:** de R\$50.000,00 a R\$300.000,00.

4. Atuação Territorial e Setorial

Categorias fundiárias preferidas: a trabalho do ICV é baseado em parcerias com organizações comunitárias, associações e cooperativas, sem preferência por nenhuma categoria específica de posse da terra.

Atividades priorizadas:

- Viabilidade socioambiental da agricultura familiar
- Pesquisa e disseminação de informações para incidência em políticas públicas voltadas para a conservação da floresta
- Inteligência territorial via implantação de geotecnologia para análise da dinâmica territorial e monitoramento de queimadas (Projeto Rede Floresta)
- Assessoria em gestão de projetos para grupos comunitários

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Crterios de seleção:** nível de organização comunitária, existência de políticas afirmativas de gênero e escassez de recursos humanos e econômicos.
- **Formas de Seleção:** editais
- **Utilização de indicadores:** o ICV utiliza indicadores próprios
- **Tempo médio do ciclo dos projetos:** a maioria dos projetos ocorrem em um período maior do que 36 meses.

6. Parcerias e políticas internas

Já realizaram trabalhos em parceria com instituições como a OPAN e a Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-grossense (RPOAM) oferecendo assistência técnica na criação de Fundo Comunitário Rotativo. Os Fundos Comunitários Rotativos são mecanismos financeiros coletivos geridos por grupos ou associações locais, concebidos para oferecer crédito acessível, com juros baixos ou sem juros, aos membros da comunidade. Esses fundos operam em um ciclo contínuo: o dinheiro emprestado aos indivíduos é devolvido e, em seguida, emprestado a outras pessoas, criando um sistema sustentável de apoio financeiro mútuo.

7. Objetivos

Os recursos captados pelo ICV pretendem ser utilizados para construir soluções compartilhadas de sustentabilidade para o uso da terra e dos recursos naturais e tecnologia para mitigação e adaptação.

Número da Instituição: 35

IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

O IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, fundada em 2002. O IEPÉ busca contribuir para o fortalecimento cultural, político e desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas localizadas no Planalto das Guianas. O IEPÉ apoia as economias da floresta em manejo, beneficiamento e escoamento da produção indígena tendo colaborado com a instalação de antenas de internet (192 no ano de 2024). Com um leque de atuações, participa ainda da criação de mosaicos de área de preservação, implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

O Iepé desenvolve ações em parcerias com comunidades em 10 Terras Indígenas (TIs) distribuídas entre o Amapá e o Norte do Pará, chegando ao extremo leste do Amazonas e ao sul de Roraima, totalizando mais de 13 milhões de hectares. A imagem abaixo ilustra a área de atuação do Iepé.

Imagem – Área de alcance do Iepé



Fonte: Iepé, 2025. As áreas contornadas pela cor vermelha são as de atuação do IEPÉ.

1.5 Número de pessoas impactadas

O IEPÉ desenvolve projetos em 300 comunidades indígenas.

2. Governança

É uma associação indigenista que realiza eleições para diretoria, assembleias e em 2025, aprovou a criação de um Conselho Consultivo Indígena em fase de estruturação.

3. Financiamento e Recursos

- **Fonte dos recursos:** Instituições como, Rainforest Foundation Norway, Nia Tero – ONG, Embaixada da Noruega, Moore - Gordon and Betty Moore Foundation, Embaixada da França e AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento, Embaixada da Austrália, The Nature Conservancy (TNC), Ford Foundation, Bezos Earth Fund
- **Instrumentos Financeiros:** doações.
- **Ticket médio dos projetos:** acima de 1 milhão de reais.

4. Atuação Territorial e Setorial

Categorias fundiárias preferidas: Terras indígenas, Unidades de Conservação de uso sustentável (RESEX, RDS).

Atividades priorizadas:

- Assessoria para implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental
- Assessoria para criação de Mosaicos de áreas protegidas
- Capacitação técnica de lideranças indígenas e formação para professores, pesquisadores e agentes de saúde.
- Incidência política para inclusão do açaí do arquipélago do Bailique na merenda escolar dos alunos da rede municipal de Macapá. No ano de 2023 foram coletados 133.500 kg de açaí, 27.500 kg de castanha e 30.600 kg de farinha de mandioca com parte distribuída às escolas da capital do Amapá.

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Critérios de seleção:** número de pessoas impactadas, Extensão territorial. A relação de 20 anos com povos indígenas permite que confirmem apoios a partir da demanda dos grupos.
- **Formas de Seleção:** abertura de editais, Decisão do conselho e/ou diretoria, Indicação de financiadores
- **Utilização de indicadores:** o Iepé utiliza indicadores próprios e de terceiros
- **Tempo médio do ciclo dos projetos:** varia entre 18 a 36 meses.

6. Parcerias e políticas internas

O IEPÉ possui parcerias com a Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), Conselho das Aldeias Wajãpi (APINA), Associação das mulheres indígenas em Mutiã (AMIM), dentre outras.

7. Objetivos

- Articulação de redes interinstitucionais na defesa dos direitos socioambientais, desenvolvimento sustentável das áreas protegidas e conservação do bioma da Amazônia e de seus serviços ecossistêmicos.



Número da Instituição: 36

Rede Cerrado

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Rede Cerrado nasce com o Tratado dos Cerrados durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Brasil em 1992, chamada Eco-92. A Rede Cerrado é composta por 67 entidades da sociedade civil associadas em defesa da conservação do Cerrado e dos seus povos. Indiretamente, a Rede Cerrado envolve mais de 300 organizações que se identificam com a causa socioambiental do bioma. A Rede Cerrado é representada por indígenas, e agricultores familiares guardiões da biodiversidade do Cerrado.

1.3 Bioma

Cerrado.

1.4 Área de alcance

Todo o bioma do cerrado do Brasil que ocupa 24% do território brasileiro e está presente em onze estados: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo, Paraná, Rondônia, além do Distrito Federal.

1.5 Número de pessoas impactadas

Cerca de 300 organizações e um total aproximado de 18 mil pessoas impactadas.

2. Governança

É uma associação cuja composição da diretoria e conselhos possui representações de grupos de populações tradicionais. São quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, fundo e fecho de pasto, pescadores artesanais, geraizeiros, extrativistas, veredeiros, caatingueiros e apanhadores de flores Sempre Viva.

3. Financiamento e Recursos

- **Fonte dos recursos:** a Rede Cerrado já recebeu apoio de instituições como Fundação Banco do Brasil, com o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPAN), Critical Ecosystem Partnership Fund, DGM Brasil, dentre outras instituições.

- **Valor médio administrado por projeto:** R\$ 600.000,00 a R\$ 2 milhões.

4. Atuação Territorial e Setorial

Categorias fundiárias preferidas: terras indígenas, Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação de uso sustentável (RESEX, RDS), Propriedades privadas (reserva legal, agricultores familiares, assentados da reforma agrária).

Atividades priorizadas:

- Fortalecimento territorial (demarcação e titulação de Unidades de Conservação e áreas de populações tradicionais)
- Recuperação / recomposição da vegetação nativa
- Iniciativas de mitigação e adaptação a mudanças climáticas.
- Advocacy para ampliação e inclusão de agricultores na PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

5. Seleção e Avaliação de projetos

A Rede do cerrado não realiza doações, prestando serviços diretamente as áreas e grupos beneficiados.

- **Crítérios de seleção:** número de pessoas impactadas, Extensão territorial, Vulnerabilidade do território.
- **Utilização de indicadores:** a Rede Cerrado utiliza indicadores próprios e de terceiros.

6. Parcerias e políticas internas

A Rede Cerrado tem parcerias com a Central do Cerrado, Instituto Socioambiental (ISA), Rede Sementes do Cerrado, Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá), entre outras.

7. Objetivo

Atuação estratégica em diversos espaços públicos socioambientais para propor, monitorar e avaliar projetos, programas e políticas públicas que dizem respeito ao Cerrado e aos seus povos.



Número da Instituição: 37

Associação Agroecológica Tijupa

1.1 Modelo Societário

Organização sem fins lucrativos.

1.2 Sobre

A Associação Agroecológica TIJUPÁ foi fundada em janeiro de 1990. O nome TIJUPÁ é uma homenagem aos camponeses, sendo uma palavra de origem Tupi usada para batizar uma cabana menor que a oca, que é feita de madeira e palha. Desde sua criação a TIJUPÁ busca a melhoria dos sistemas produtivos tradicionais da agricultura familiar com difusão de tecnologias alternativas agroecológicas e fortalecimento da autonomia política de camponeses (as) em questões fundiárias. Atualmente, o Programa Agroecologia da TIJUPÁ investe na qualidade da produção de seus associados, sendo referência em capacitação, formação e engajamento de novas famílias de agricultores em sistemas agroecológicos. A TIJUPÁ atua em área do MATOPIBA de forte pressão dos setores de grãos, mineração e pecuária.

1.3 Bioma

Amazônia.

1.4 Área de alcance

Estado do Maranhão em 09 cidades, sendo: 07 na Região do Baixo Muni, 01 no território vale do Itapecuru e em São Luís. Total de 55 comunidades.

1.5 Número de pessoas impactadas

Em torno de 300 famílias parceiras e 1.200 pessoas diretamente impactadas.

2. Governança

É uma associação que realiza eleições e assembleias com populações tradicionais na diretoria ou conselhos.

3. Financiamento e Recursos

- **Fonte dos recursos:** A Tipujá recebe doações e participa de chamadas públicas governamentais.

Recebeu doações das Fundações Heinrich Boll Stiftung e Brot fur die Welt.

4. Atuação Territorial e Setorial

Categorias fundiárias preferidas: O foco da TIJUPÁ se concentra em agricultores familiares com atenção especial para assentamentos da reforma agrária.

Atividades priorizadas:

- Implantação de sistemas produtivos de base agroecológica (SAFs, manejo de áreas extrativistas, quintais produtivos - com hortas, criação de pequenos animais, meliponários);
- Apoio a comercialização de produtos em feiras, entregas de cestas agroecológicas para consumidores(as)
- Assessoria às organizações na elaboração e de propostas de venda e acompanhamento de contratos para programas de compras governamentais de alimentos da agricultura familiar (Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e o Programa de aquisição de alimentos - PAA);
- Assessoria/apoio em processos de incidência política de regularização fundiária em conflitos fundiários
- Atuação nas cadeias produtivas das frutas: mangaba (de forte presença de mulheres chamadas de mangabeiras); Bacuri; Piqui e Juçara (nome local para o açaí).

5. Seleção e Avaliação de projetos

- **Critérios de seleção:** decisões da diretoria
- **Formas de seleção:** decisões da diretoria
- **Utilização de indicadores:** a Tijupa utiliza indicadores próprios e indicadores propostos de acordo com os projetos executados.

6. Parcerias e políticas internas

A Tijupá tem parcerias com várias instituições como a Articulação Nacional de Agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entre outras.

7. Objetivo

Buscar acesso a mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de aquisição de alimentos (PAA); difusão da agroecologia em toda a área de atuação.



Imagem: Ish Consul / Unsplash



04

Considerações Finais

A ausência de metodologias e métodos de valoração adequados ao setor da bioeconomia no Brasil decorre dos obstáculos burocráticos a formalização de empreendimentos de base comunitária e do entendimento sobre suas dinâmicas de valor. Localizados em sua grande maioria em áreas de uso coletivo, territórios indígenas, unidades de conservação ou programas de assentamento da reforma agrária especiais, e funcionando em modelos societários sem fins lucrativos, parâmetros das análises econômicas clássicas de atribuição de valor não cabem nos empreendimentos de associações comunitárias.

O valor no caso de empreendimentos de base comunitária está na possibilidade de usufruírem dos recursos da natureza preservando a floresta em pé, sem que sejam necessariamente os proprietários dos recursos e da terra, mas de forma compartilhada e coletiva. O valor está também no alcance dos seus empreendimentos e atividades, medido pelo número cada vez maior de pessoas impactadas, consumidores e fornecedores de comunidades próximas até que perdem a conta de quantos.

Quanto mais comunidades fornecedoras e consumidores locais, mais é assegurada a proteção do território ampliado com o objetivo comum de usufruto coletivo da terra e de seus recursos naturais, moradia, preservação da biodiversidade e cultura. **Em tempos de desglobalização oferecem modelo alternativo que valoriza a potência local.** Mas os números desse comércio invisível que está nas feiras, vendas em mercados vizinhos, tecnologias da economia circular e conhecimento tradicional, ainda não são captados com precisão.

Porém, o mapeamento mostra também a grande força tarefa de organizações dinamizadoras, ONGs nacionais e internacionais, chegando ao campo, e se aproximando das linguagens, modos de vida, cultura e desafios de anos de exploração de pessoas e floresta, conflitos fundiários e ciclos econômicos que se sucedem. As organizações dinamizadoras mapeadas no estudo trazem e levam informações, fazem doações, mas se tornam cada vez mais prestadoras de serviços em diversas áreas ocupando lacunas deixadas pelo Estado. Desde assistência técnica a implantação de sistemas agroflorestais e de manejo, a biodigestores, cisternas para armazenamento de água, gestão e finanças, até a legalização de terras e criação de mosaicos de áreas de proteção, o leque das atividades das organizações está cada vez mais ampliado.

Em comum, pode ser dizer que as organizações dinamizadoras e empreendimentos de populações tradicionais e de indígenas, em sua maioria cooperativas, não são recentes e inexperientes. Ao contrário, com algumas fundadas na década de 90, e a grande maioria no início dos anos 2000, são instituições maduras em média com 20 a 25 anos de caminhada árdua.

Contrastando com cooperativas e organizações já consolidadas, o setor de Finanças Climáticas representa um elo mais recente — e cada vez mais essencial — no ecossistema da bioeconomia, tanto no Brasil quanto no mundo. **Esse setor reúne gestoras de ativos ambientais, fundos de investimento de impacto e de negócios inclusivos, doadores filantrópicos e instituições de microcrédito.** Atuando por meio de instrumentos financeiros como equity, empréstimos e títulos verdes, esses atores têm atraído o interesse de investidores e começam a gerar impactos concretos no território. O mapeamento evidencia exemplos práticos dessa presença crescente e os sinais iniciais de convergência entre as finanças e o território.

Chama atenção também a tendência de criação de Fundos multibiomas, ou seja, aqueles que estão abertos para investimentos em atividades em Biomas variados do Brasil, como o da caatinga e o cerrado. Os empreendimentos mapeados em áreas de transição dos Bioma da Amazônia e Cerrado, no Estado do Maranhão, são sensíveis pois enfrentam as consequências do MATOPIBA de exaustão da floresta, poluição de manguezais e igarapés, afetando a pesca e a produção agrícola e impactando associações de quilombolas tradicionais, hoje com jovens cujos antepassados foram escravizados, na liderança.

No semiárido do Nordeste brasileiro, algumas das estratégias mais inovadoras de adaptação às mudanças climáticas do país estão ganhando forma. Gerações lidando com a seca conferiram às populações tradicionais — como caatingueiros, sertanejos e comunidades de fundo de pasto — um profundo conhecimento ecológico e a capacidade de co-desenvolver tecnologias sociais para armazenamento de água, muitas vezes em parceria com centros de pesquisa acadêmica no Brasil e no exterior. **Essa experiência vivida também contribuiu para avanços científicos no estudo de espécies vegetais nativas capazes de armazenar grandes volumes de água em seus sistemas radiculares.** Para além da resiliência, essas comunidades também são atores econômicos dinâmicos — transformando os frutos exóticos de seu bioma em bebidas alcoólicas artesanais, cervejas e cachaças, além de geleias com certificação orgânica, muitas das quais destinadas ao mercado de exportação.

Contrastando com a antiguidade das cooperativas e organizações dinamizadoras, também estão os Fundos Comunitários, jovens, e em sua maioria dirigidos e geridos por povos indígenas, mulheres e homens que com acesso à educação, combina a sabedoria adquirida em séculos de luta para existir, com informação qualificada. Muitos tem se projetado em reuniões nas Conferências do Clima, cujas comunidades fizeram parte do mapeamento, como os da etnia Pater Surui.

Os Fundos Comunitários em sua maioria de cinco a dez anos de existência, objetivam maior autonomia dos indígenas para decidirem suas prioridades e necessidades de investimento. Assim como, decidir como e onde investir e chegando ao ponto em que prescindam de doações, segundo o declarado pela maioria dos consultados. Os Fundos Comunitários são atores relevantes no ecossistema das Finanças Climáticas dada as suas capilaridade e escalabilidade, como demonstrado no mapeamento.

Como visto, tais Fundos ainda são em sua totalidade, apoiados por doações de organizações dinamizadoras e de outros fundos financiadores. Suas origens são os Fundos Rotativos de Empréstimos, comuns entre moradores de comunidades que não acessam instituições financeiras, mas que se tornaram insuficientes ante os desafios cada vez mais complexos que envolvem emergências climáticas e disputas territoriais. **Cabe a pesquisa aprofundar o funcionamento dos Fundos Comunitários, de modo que formas inovadoras de engajamento no ecossistema das finanças climáticas possam resultar na meta almejada de autonomia das comunidades indígenas em relação às suas necessidades e demandas.**

Chama-se atenção também, para o objetivo, de grande parte dos empreendimentos entrevistados, de **tornarem-se fornecedores do governo nos Programas Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos.** Alguns já o são, mas muitos sentem-se ainda despreparados ante as exigências. O mesmo ocorre em relação ao acesso às linhas de empréstimo subsidiadas do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Destaca-se a atuação de organizações dinamizadoras no esforço de preparação dos grupos para o mercado institucional, bem como o trabalho do Instituto

Conexus, oferecendo linhas de crédito e garantias preparatórias, visando o engajamento dos empreendedores e "esverdeando" o PRONAF. Porém, nessa direção, **faz-se necessária força tarefa reunindo atores do ecossistema da bioeconomia, como organizações dinamizadoras, empreendimentos e financiadores, de modo que as comunidades tradicionais extrativistas e agricultoras que adotam práticas sustentáveis, possam estar mais bem representadas nos programas de compra e crédito do governo.**

Finalmente, o mapeamento aponta para o entrelaçamento de comunidades quilombolas, indígenas e de ribeirinhos com agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária, organizações dinamizadoras e, às vezes, financiadores, formando o que chamam de Redes. **Tais redes, potentes, viabilizam produção, qualificação, comercialização e financiamento a produtores e extrativistas, merecendo maior atenção da pesquisa sobre seus atores, iniciativas, funcionamento, desafios e resultados.**





Imagem: Fokkebok / Istock



05

Considerações Finais e Recomendações da Secretaria Executiva para o Ecossistema de Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza

Os empreendimentos indígenas e comunitários mapeados neste estudo revelam um enorme potencial de impacto climático, social e territorial, mas também enfrentam gargalos estruturantes que dificultam seu acesso a capital de mercado em escala. A ausência de garantias reais, a baixa formalização e a exposição a riscos climáticos e logísticos fazem com que esses negócios ainda não sejam considerados "bancáveis" pelas instituições tradicionais. Por isso, é essencial a mobilização

estratégica de capital filantrópico, orientado para gerar efeitos catalíticos, que prepare esses empreendimentos para acessar recursos mais robustos no futuro. Essa filantropia deve ser combinada com instrumentos de blended finance e de-risking, como fundos garantidores e estruturas híbridas, capazes de absorver riscos e ampliar o apetite de investidores privados e públicos.

Além disso, o estudo reforça que as organizações dinamizadoras (enablers) e os fundos comunitários são peças-chave do ecossistema da sociobiodiversidade, não apenas por sua capacidade de capilaridade e escuta qualificada, mas por atuarem na construção conjunta de mecanismos inovadores que permitam que o capital climático chegue de forma efetiva, segura e contextualizada às comunidades que mais protegem os biomas brasileiros.

Recomendações Estratégicas para NIL e BRB Coalition

Objetivo: Facilitar o fluxo de capital climático para empreendimentos indígenas e comunitários.

1. Criação de Mecanismos Financeiros Adaptados

Ações recomendadas:

- Estruturar instrumentos financeiros de pequeno e médio porte, com janelas contínuas e prazos longos, adequados aos ciclos da sociobioeconomia.
- Lançar um Fundo Garantidor com governança indígena e comunitária, que reduza exigência de colateral bancário e cubra riscos climáticos.
- Desenvolver produtos financeiros híbridos (filantropia + mercado), como:
 - Capital paciente para capital de giro
 - Microcrédito climático (ex: modelo CrediAmbiental)
 - Créditos vinculados a compras públicas (ex: PRONAF + PNAE)

Por quê: as regras atuais de crédito (ex: exigência de garantias reais, cobrança de juros fixos, inflexibilidade de prazos) são incompatíveis com a realidade dos empreendimentos comunitários, o que os exclui do sistema financeiro formal.

2. Criação de uma Plataforma de Investimento em Fundos Comunitários

Ações recomendadas:

- Conectar os principais fundos comunitários mapeados (ex: Fundo Podáali, Rutí, Timbira, Puxirum) com investidores institucionais por meio de uma plataforma da BRB Coalition.
- Oferecer apoio técnico e institucional aos fundos para:

- Expandir captação e reforçar governança
- Reportar impacto climático e social
- Usar esses fundos como canais de distribuição para recursos da NIL/BRB e seus parceiros.

Por quê: os fundos comunitários já operam com legitimidade e agilidade nos territórios e são percebidos como os instrumentos mais adequados pelas próprias comunidades.

3. Fortalecimento das Organizações Habilitadoras / Dinamizadoras

Ações recomendadas:

- Cofinanciar organizações que prestam serviços de incubação e aceleração de empreendimentos comunitários, com foco em:
 - Elaboração de projetos
 - Governança administrativa e financeira
 - Conectividade comercial e logística
- Criar um programa de formação de agentes financeiros comunitários, nos moldes do CrediAmbiental da Conexsus, com foco em:
 - Bancabilidade
 - PRONAF
 - Instrumentos de mitigação de risco climático

Por quê: mesmo quando os recursos existem, as organizações habilitadoras são chave para que o recurso “chegue na ponta” e para que os empreendimentos estejam prontos para recebê-lo.

4. Padronização de Produtos e Contratos Simples

Ações recomendadas:

- Desenvolver com parceiros (ex: Tozzini, WayCarbon, ICV):
 - Modelos simplificados de contrato de investimento, compra e venda, prestação de contas
 - Ferramentas de análise de risco adaptadas ao contexto comunitário
- Criar “blueprints” setoriais: um roteiro simplificado do que é necessário para financiar cadeias como:
 - Turismo comunitário
 - Artesanato e biojoias
 - Agroextrativismo

Por quê: muitos empreendimentos operam há anos, mas carecem de estrutura para formalizar propostas, acessar compras públicas ou firmar parcerias privadas. Isso os exclui do capital estruturado.

5. Engajamento e Advocacia em Políticas Públicas

Ações recomendadas:

- Propor ao governo:
 - Criação de linhas específicas de PRONAF Verde para povos indígenas e comunidades tradicionais
 - Reconhecimento e fomento dos fundos comunitários como instrumentos de política pública
- Articular com BNDES, BB, Basa e outros para flexibilização de garantias e criação de envelopes dedicados.

Por quê: há um descompasso entre os programas públicos existentes e sua capacidade real de atingir a sociobioeconomia comunitária, principalmente por falta de articulação e escuta qualificada.

6. Criação de um Mapa de Investimentos Comunitários Prioritários

Ações recomendadas:

- Lançar com a BRB Coalition um painel interativo público com:
 - Perfil dos empreendimentos mapeados e necessidades financeiras
 - Categoria de atuação
 - Potencial de impacto climático
- Usar esse mapa para:
 - Atrair doadores e investidores
 - Alimentar políticas públicas e alocação de recursos

Por quê: facilita a identificação de oportunidades, aumenta a visibilidade e viabiliza abordagens programáticas em rede.

Conclusão

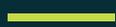
Com essas ações coordenadas, o NIL pode se tornar a plataforma de inovação financeira para a socio-bioeconomia indígena e comunitária no Brasil, enquanto a BRB Coalition pode oferecer escala, credibilidade e tração política, garantindo que o capital climático chegue, de fato, onde gera o maior impacto.



Imagem: Agatha Valença / Unsplash



06



Bibliografia

1. Agência Brasil. Fundo vai financiar pequenos agricultores de cacau na Bahia e no Pará. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-03/fundo-vai-financiar-pequenos-agricultores-de-cacau-na-bahia-e-no-para> > Acessado em: 09.04.2025
2. Associação Agroecológica Tijupa. Linha do Tempo. 2025. Disponível em: < <https://tijupa.org.br/quem-somos-linha-do-tempo.html> > Acessado em: 11.04.2025
3. "Aspirational Principles and Criteria for a Sustainable Bioeconomy", FAO, 2021.
4. Climate Policy Initiative. Conexsus Impact Fund. 2020. Disponível em: < <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/conexsus-impact-fund/> > Acessado em: 08.04.2025
5. Conexsus conexões sustentáveis. Como acessar crédito rural pelo Pronaf? Passo a passo para a agricultura familiar. 2024. Disponível em: < <https://www.conexsus.org/validacao/wp-content/uploads/2024/11/cartilha-pronaf-final.pdf> > Acessado em: 08.04.2025
6. Conexsus conexões sustentáveis. Crediambiental. 2025. Disponível em: < <https://www.conexsus.org/iniciativa/crediambiental/> > Acessado em: 08.04.2025
7. Conexsus conexões sustentáveis. ECOSISTEMAS REGIONAIS DE NEGÓCIOS COMUNITÁRIOS Caminhos para a ativação da sociobioeconomia na Amazônia. 2024. Disponível em: < <https://www.conexsus.org/validacao/wp-content/uploads/2024/06/ecossistemas-de-negocios-regionais-comunitarios-060624.pdf> > Acessado em: 08.04.2025
8. Conexsus conexões sustentáveis. Relatório de Atividades 2023. 2023. Disponível em: < <https://www.conexsus.org/validacao/wp-content/uploads/2024/11/2023-relatorio-de-atividades-cx.pdf> > Acessado em: 08.04.2025
9. Criação do centro de plantas medicinais - Olawatawah. Comundos. Disponível em: < <https://www.comundos.org/pt-br/content/cria%C3%A7%C3%A3o-do-centro-de-plantas-medicina%C3%ADs-olawatawah?language=pt-br> > Acessado em: 09.04.2025
10. Estudo revela benefícios das terras indígenas para a saúde pública. Ciclo Vivo. 2023. Disponível em: < <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/estudo-revela-beneficios-das-terras-indigenas-para-a-saude-publica/> > Acessado em: 09.04.2025
11. Fundo Indígena do Rio Negro. Quem somos. 2025. Disponível em: < <https://firn.foirn.org.br/quem-somos/> > Acessado em: 11.04.2025

12. Gentile, C; Burgo, A. Coopercuc: percursos de valorização dos recursos locais e de convivência com o Semiárido. 2016. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 7, Edição Especial, p. 136-151. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/311505797_Coopercuc_percursos_de_valorizacao_dos_recursos_locais_e_de_convivencia_com_o_Semiarido > Acessado em: 08.04.2025
13. "G20 High Level Principles on Bioeconomy" - Nature Finance, 2024;
14. Instituto Centro de Vida (ICV). Programas. Disponível em: < <https://www.icv.org.br/programas/> > Acessado em: 10.04.2025
15. Instituto Centro de Vida (ICV). Rede Florestas. Disponível em: < <https://redefloresta.icv.org.br/> > Acessado em: 16.04.2025
16. Instituto IEPE. Relatório de Atividades 2023. 2023. Disponível em:< <https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Relatorio-de-Atividades-Iepe-2023.pdf> > Acessado em: 11.04.2025
17. "Joint Report on Multilateral Development Banks' Climate Finance ", 2022
18. "Nova Economia da Amazônia" - WRI, 2023
19. O ecossistema do financiamento climático no Brasil, UK Pact, Talanoa Políticas Climáticas, 2024.
20. Operação Amazônia Nativa (OPAN). Parceria de organizações no combate à pandemia entre os povos indígenas deixa legado de solidariedade em 2020. Disponível em: < <https://amazonianativa.org.br/2020/12/22/parceria-de-organizacoes-no-combate-a-pandemia-entre-os-povos-indigenas-deixa-legado-de-solidariedade-em-2020/> > Acessado em: 10.04.2025
21. Operação Amazônia Nativa (OPAN). Relatório Institucional 2023. Disponível em: < <file:///C:/Users/diogo/Downloads/AF-OPAN-relatorio-2023-digital.pdf> > Acessado em: 10.04.2025
22. Operação Amazônia Nativa (OPAN). Relatório de Atividades 2010. Disponível em: < <https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2021/08/RELATORIO-OPAN-2010.pdf> > Acessado em: 16.04.2025
23. Plano de Ação em Ciência e Tecnologia e Inovação em bioeconomia, MCTIC, 2018.
24. Protocolo de consulta do Povo Indígena Pain Jiahui. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). 2024. Disponível em: < <https://iieb.org.br/biblioteca/protocolo-de-consulta-do-povo-indigena-pain-jiahui/> > Acessado em: 09.04.2025

- 25.** Rede de Agroecologia Povos da Mata. Missão e Valores. Disponível em: < <https://povosdamata.org.br/sobre-rede/missao-e-visao/> > Acessado em: 15.04.2025
- 26.** Rede de Agroecologia Povos da Mata. Onde estamos. Disponível em: < <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/> > Acessado em: 08.04.2025
- 27.** Rede de Agroecologia Povos da Mata. Resultado da Avaliação da REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. 2020. Disponível em: < https://povosdamata.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Resultado_Avaliacao_Rede-Povos-da-Mata_.pdf > Acessado em: 15.04.2025.
- 28.** Rede Lira: Projetos apoiados. PÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2025. Disponível em: < <https://lira.ipe.org.br/medicina-tradicional-um-caminho-para-o-fortalecimento-e-manutencao-da-cultura-do-povo-paiter-surui/> > Acessado em: 09.04.2025
- 29.** Tabôa. Crédito Produtivo. 2025. Disponível em: < <https://www.taboa.org.br/economico/credito-produtivo> > Acessado em: 08.04.2025
- 30.** Tabôa. Política de crédito: Revisada em dezembro de 2020. 2020. Disponível em: < https://www.taboa.org.br/images/Taboa_PoliticaDeCredito.pdf > Acessado em: 08.04.2025
- 31.** Tabôa. Com arranjos colaborativos inovadores, Tabôa expande crédito para fortalecimento da agricultura familiar. 2025. Disponível em: < <https://www.taboa.org.br/a-taboa/noticias/428-com-arranjos-colaborativos-inovadores-taboa-expande-credito-para-fortalecimento-da-agricultura-familiar> > Acessado em: 09.04.2025
- 32.** Tabôa. Fundo de Desenvolvimento Comunitário. 2025. Disponível em: < <https://www.taboa.org.br/comunitario/fundo-de-desenvolvimento-comunitario> > Acessado em: 09.04.2025
- 33.** Tabôa. Tabôa lança Fundo de Desenvolvimento Comunitário. Disponível em: < <https://www.taboa.org.br/en-us/taboa/news/298-taboa-lanca-fundo-de-desenvolvimento-comunitario> > Acessado em: 09.04.2025
- 34.** Terra de Direitos. Desmatamento em Unidades de Conservação da Amazônia Legal: Uma análise da governança ambiental e climática a partir do PPCDAM. 2022. Disponível em: < <https://www.terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/pesquisas-academicas/54/desmatamento-em-unidades-de-conservacao-da-amazonia-legal/23717> > Acessado em: 08.04.2025.
- 35.** Terras indígenas ocupam 13% do território nacional. Instituto Socioambiental. 2025. Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/> > Acessado em: 09.04.2025.

- 36.** "TNFD- Taskforce on Nature Related Finance Disclosure Recommendations Report (2023).

Anexo 1

A imagem abaixo mostra a distribuição, por estados brasileiros, das 37 instituições incluídas neste portfólio (uma única instituição pode atuar em mais de um estado).

Imagem – Distribuição, por estados brasileiros, das 37 instituições incluídas neste portfólio



Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das 37 instituições pertencentes a este portfólio, 2025.

Imagem: Consultoria SPinheiro

Tabela - Instituições pertencentes ao portfólio por categoria, atividades, demanda de financiamento e uso pretendido dos recursos

Nome da Instituição	Categoria	Atividades	Demanda de Financiamento	Uso Pretendido dos Recursos
ASPACS	Empreendimentos Comunitários	Polpas de frutas processadas, óleos de sementes e coleta de castanhas	R\$ 1,8 milhão	Construção de dois armazéns e centros de pré-processamento para o setor de óleos de sementes
ASPROC	Empreendimentos Comunitários	Manejo sustentável de pirarucu e açaí	R\$ 1,5 milhão	Construção de uma unidade de processamento de polpa de açaí
ASMAMJ	Empreendimentos Comunitários	Produção de óleos de sementes	R\$ 1 milhão	Implantação de um laboratório equipado para testes e pesquisa de novos produtos
ASPRODAQUI	Empreendimentos Comunitários	Oleaginosas, artesanato de base natural e turismo comunitário	Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	Capacitação profissional para gestão e pesquisa em economia circular
Chocolates Dois Riachões	Empreendimentos Comunitários	Cacau, chocolate e agroflorestas	Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	Construção de uma escola-fábrica de chocolate e uma escola de agroecologia
COOMFLONA	Empreendimentos Comunitários	Manejo sustentável de madeira	R\$ 3 milhões	Compra de maquinário para reduzir custos de aluguel no manejo sustentável de madeira
Turiarte	Empreendimentos Comunitários	Turismo e artesanato	Entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil	Análise de mercado de exportação e plano de promoção para acessar mercados internacionais
COPABASE	Empreendimentos Comunitários	Alimentos e frutas agrocológicas; exportação de castanhas de baru	R\$ 1 milhão	Análise de mercado de exportação e plano de promoção para ampliar mercados internacionais
Malungu	Empreendimentos Comunitários	Extração de castanha-do-pará e óleo de copaíba; produção de chocolates de castanha	R\$ 1,5 milhão	Capital de giro para cobrir custos de pessoal nas regiões onde atuam
Pousada do Garrido	Empreendimentos Comunitários	Turismo e educação	Entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil	Expansão dos serviços da pousada e experiências florestais para apoiar educação em conservação

Nome da Instituição	Categoria	Atividades	Demanda de Financiamento	Uso Pretendido dos Recursos
Rede Povos da Mata	Empreendimentos Comunitários	Café arábica, cacau, cupuaçu, folhas de guaraná e certificação orgânica participativa	R\$ 2 milhões	Certificação orgânica para 3.000 agricultores até 2030 e construção de centros de distribuição
COOPERCUC	Empreendimentos Comunitários	Compotas, conservas, bebidas alcoólicas e sucos de frutas exóticas da Caatinga	R\$ 650 mil	Análise de mercado e promoção para acesso a mercados internacionais
Orgânicos do Quintal	Empreendimentos Comunitários	Produtos orgânicos frescos e processados: vinagres, extrato de tomate, cervejas, vinhos e geleias	R\$ 450 mil	Aumentar a capacidade produtiva da agroindústria
Associação do Povo Jiahui	Empreendimentos Comunitários	Coleta e venda de castanhas-do-pará e frutas	R\$ 1 milhão	Implantação de agroindústria para processamento de frutas nativas
Cooperativa Agrícola da Resistência de Cametá	Empreendimentos Comunitários	Produção e venda de produtos agroflorestais orgânicos: oleaginosas, polpas de frutas, farinha de mandioca e tapioca	R\$ 300 mil	Aumentar capacidade de produção da agroindústria para frutas e óleos nativos
Centro de Plantas Medicinais Olawatawa	Empreendimentos Comunitários	Pesquisa em plantas medicinais em território indígena	R\$ 2 milhões	Expansão da sede e construção de hospital indígena
Associação UASEI dos Povos Indígenas de Oiapoque	Empreendimentos Comunitários	Colheita e processamento de açaí para venda em polpa congelada e pó liofilizado	R\$ 1 milhão	Aumentar capacidade produtiva da agroindústria de processamento de açaí
ACESA	Empreendimentos Comunitários	Produção e venda de cachaça orgânica, frutas, hortaliças e polpa de frutas em três unidades agroindustriais	Entre R\$ 200 mil e R\$ 500 mil	Investimentos em transporte para atividades comerciais em áreas impactadas pelo MATOPIBA
Coletivo de Agentes Quilombolas Agroflorestais (AQQ)	Empreendimentos Comunitários	Produtos agroflorestais e babaçu; turismo étnico e assistência técnica à agricultura familiar	R\$ 150 mil	Expansão da produção agroflorestal, promoção do turismo étnico e capacitação para o PNAE
Associação Casa das Águas	Empreendimentos Comunitários	Extrativismo costeiro e marinho, produção e venda de pescado e frutos do mar	R\$ 250 mil	Expansão da sede para capacitação em novas técnicas de pesca e qualificação de jovens
COOPERASSO	Empreendimentos Comunitários	Venda de produtos sazonais agroflorestais como banana e pupunha	R\$ 400 mil	Melhoria da infraestrutura logística e de processamento de produtos agroflorestais

Nome da Instituição	Categoria	Atividades	Demanda de Financiamento	Uso Pretendido dos Recursos
Fundo Indígena Brasileiro Amazônico – Podáali	Fundos Comunitários	Apoio à produção e venda de produtos manejados e demarcação de Terras Indígenas	R\$ 2 milhões	Sustentar atividades e responder a emergências climáticas e custos com pessoal
Fundo Puxirum	Fundos Comunitários	Apoio à produção e comercialização de produtos manejados e segurança fundiária	R\$ 800 mil	Sustentar atividades e responder a emergências climáticas
Fundo Babaçu	Fundos Comunitários	Proteção dos babaçuais e apoio à segurança alimentar e geração de renda	R\$ 1,6 milhão	Sustentar projetos focados na proteção dos babaçuais e promoção de renda
Fundo Ruti	Fundos Comunitários	Fortalecimento da economia indígena (pecuária comunitária) e gestão territorial	R\$ 1,8 milhão	Cobrir custos com pessoal e investimentos em atividades econômicas indígenas em Roraima
Fundo Indígena do Rio Negro (RNIF)	Fundos Comunitários	Apoio a 23 povos indígenas do Rio Negro com iniciativas em educação, planejamento e segurança alimentar	R\$ 3 milhões	Promover projetos educacionais, atividades econômicas e apoio a pessoal
Fundo de Desenvolvimento Comunitário Tabóia	Fundos Comunitários	Apoio a agricultores familiares promovendo produtos agroflorestais orgânicos	R\$ 800 mil	Realizar projetos de apoio a agricultores e cobrir custos com pessoal
Fundo Timbira	Fundos Comunitários	Expansão de atividades agroindustriais para processamento de frutas nativas	R\$ 250 mil	Implantar atividades de processamento para geração de renda em Territórios Indígenas afetados pelo MATOPIBA
Associação Caatinga	Organização Facilitadora	Restauração e reflorestamento; mitigação e adaptação às mudanças climáticas; apoio à agrofloresta	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Investimento em tecnologia, incluindo ferramentas para monitoramento e rastreabilidade
Associação Plantas do Nordeste	Organização Facilitadora	Assistência técnica para restauração e pesquisa de soluções sustentáveis para biomassa industrial	Entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão	Expansão da assistência técnica com foco em economia circular, restauração e créditos de carbono
ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro	Organização Facilitadora	Construção de cisternas e desenvolvimento de tecnologias sociais para gestão e reúso de água	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Desenvolvimento de hortas produtivas ligadas a sistemas agroflorestais, com energia renovável e manejo da água

Nome da Instituição	Categoria	Atividades	Demanda de Financiamento	Uso Pretendido dos Recursos
ONG Chapada	Organização Facilitadora	Assistência técnica para instalação de biodigestores e tecnologias de captação e armazenamento de água	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Expandir armazenamento de água, fornecer tecnologias sociais para reúso e instalar biodigestores
Operação Amazônia Nativa (OPAN)	Organização Facilitadora	Desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis em Territórios Indígenas	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Sustentar atividades da organização de apoio ao manejo florestal indígena
Instituto Centro de Vida (ICV)	Organização Facilitadora	Desenvolvimento agroflorestal e detecção de incêndios via monitoramento	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Implementar geotecnologias para inteligência territorial e monitoramento de incêndios
IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	Organização Facilitadora	Apoio à produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros e planos de gestão territorial	Entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão	Suporte jurídico para demarcação de territórios e promoção de atividades agroecológicas
Rede Cerrado	Organização Facilitadora	Apoio à legalização de unidades de conservação e titulação de territórios quilombolas	Entre R\$ 600 mil e R\$ 2 milhões	Suporte jurídico para demarcação e promoção de atividades agroecológicas
Associação Agroecológica Tijupá	Organização Facilitadora	Apoio a cadeias produtivas de frutas nativas e orientação para vendas a programas governamentais	R\$ 250 mil	Expandir acesso ao PNAE e PAA e promover agroecologia em áreas afetadas pelo MATOPIBA

Fonte: elaboração própria dos autores com base nas entrevistas realizadas e nas informações disponíveis nos sites oficiais das 37 instituições pertencentes a este portfólio, 2025.



Brazil Restoration
and Bioeconomy
Finance Coalition